



Universidade Federal do Pará  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Faculdade de História  
Mestrado em História Social da Amazônia

MARLY SOLANGE CARVALHO DA CUNHA

*“MATUTOS” OU ASTUTOS? OLIGARQUIA E CORONELISMO NO  
PARÁ REPUBLICANO (1897-1909)*

Belém-Pará  
2008

MARLY SOLANGE CARVALHO DA CUNHA

*“MATUTOS” OU ASTUTOS? OLIGARQUIA E CORONELISMO NO  
PARÁ REPUBLICANO (1897-1909)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador(a): Professor(a) Doutora Maria de Nazaré Sarges (FAHIS/UFGPA).

Belém-Pará  
2008

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**(Biblioteca de Pós-Graduação de IFCH/UFPA, Belém-PA)**

---

**Cunha, Marly Solange Carvalho da**

“Matutos” ou astutos ? oligarquia e coronelismo no Pará Republicano (1897-1909) / Marly Solange Carvalho da Cunha; orientadora, Maria de Nazaré Sarges. - Belém, 2008

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.

1. Pará - História, 1897-1906. 2. Políticos - Pará. 3. Oligarquia - Pará. 4. Lemos, Antonio José de, 1843-1913. 5. Lauro, Sodré, 1858-1944. I. Título.

***CDD - 22. ed. 981.15***

---

MARLY SOLANGE CARVALHO DA CUNHA

*“MATUTOS” OU ASTUTOS? OLIGARQUIA E CORONELISMO NO  
PARÁ REPUBLICANO (1897-1909)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador(a): Professor(a) Doutora Maria de Nazaré Sarges (FAHIS/UFPA).

Banca Examinadora:

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Maria de Nazaré Sarges (FAHIS/UFPA)

---

Professora Dr. William Gaia Farias (FAHIS/UFPA)

---

Professor Dr<sup>a</sup>. Maríla Ferreira Emmi (NAEA/UFPA)

---

Professor Dr<sup>a</sup>. Franciane Gama Lacerda (Suplente/FAHIS/UFPA)

*À memória de  
Márcia Cunha*

## AGRADECIMENTOS

Arrematar esta dissertação seria tarefa bem mais difícil (em alguns momentos pareceu-me quase impossível) se não tivesse a felicidade de encontrar do início ao fim inúmeras pessoas. Agradeço à amiga (de tempos “pré - históricos”) e professora Elizabeth que teve a paciência de fazer a revisão deste trabalho e por me lembrar de que nem tudo é tão óbvio.

Aos meus colegas de turma, foram meses de convívio em que compartilhamos dúvidas e questionamentos sobre os projetos e as aflições do início da escrita: Carlos, Dani, Francivaldo, Humberto, Rodrigo, Renato, Sílvio (que lembrou dos “meus” intendentes enquanto pesquisava sobre “seus” esculápios).

Adiciono no rol dos “credores”: Elane, Tony Leão (pela atenção e acolhida afetuosa que me deu em momentos críticos), Mirtes Cohen (os e-mails diminuíram um pouquinho a distância entre Manaus e Belém), Olavo. E a Andréa Pastana que dizer? Com o convívio passei a conhecê-la e admirá-la pelas muitas batalhas que encara, e nem por isso deixa de amparar aos amigos quando precisam desenrolar dos nós que a vida nos envolve. A vocês o meu obrigada.

Aos funcionários do Setor de Obras Raras e de Microfilmagem da Biblioteca Pública Arthur Viana, pois foram tantas horas que passei nesses locais que sem o auxílio deles a pesquisa seria tarefa mais árdua ainda. Assim como aos funcionários do Arquivo Público do Pará e do arquivo Instituto de Terras do Pará. À Soraia bolsista do Laboratório de Geografia (LAIG) que confeccionou o mapa.

Aos professores do PPHIST, em especial, à professora Magda Ricci, sempre atenta aos rumos dos projetos da turma, pelas aulas de Teoria da História que muitas inquietações me traziam, seus comentários ao meu trabalho final da disciplina foram fundamentais para que eu traçasse os rumos do segundo capítulo da dissertação. Ao professor Pere Petit, que além de advertir aos alunos sobre a função social do historiador, participou da banca de qualificação e seus comentários foram valorosos, indicando-me caminhos e problemas que deveriam ser incorporados à discussão.

Também foi importante o apoio do professor Willam Gaia Farias, o Gaia, que desde o final da graduação tivemos muitas conversas sobre República e história política, e indicações de leituras. E que também participou da qualificação e novamente sugeriu-me possíveis soluções aos inúmeros nós difíceis de desfazer.

À minha orientadora, professora Maria de Nazaré Sarges com quem comecei a me enredar nos caminhos da pesquisa. Agradece-la pelos auxílios bibliográficos ou leitura atenta dos meus textos seria pouco. Tenho que adicionar um “extra” nessa “dívida”, em função da sua paciência (que faria inveja a Jó) e compreensão com que tratou os inúmeros nós não só da minha “vida acadêmica”. Obrigada por compreender meu “desligamento” temporário das tarefas acadêmicas e por acreditar que eu as retomaria, sem me pressionar para isso.

Diante da falta de recursos destinados a pesquisa acadêmica fruto do descaso do governo, agradeço à CAPES por ter me concedido uma bolsa de estudos por 6 meses. Agradeço também aos alunos, lecionar em alguns municípios interioranos, não foi importante apenas para o custeio dos estudos, também foi uma importante experiência para que diminuísse minha miopia em relação aos municípios do interior. Ouvir questionamentos e opiniões dos alunos sobre a atual situação dos municípios me fez repensar alguns pontos deste trabalho. E por vezes, os ouvindo me peguei pensando quase que ingenuamente: se hoje em pleno século XXI é assim, então aquele relato que li no jornal de 100 anos atrás.....

À Ieda Palheta, ela nem faz idéia da importância das inúmeras e longas conversas que muitas vezes passavam por temas distantes da história, mas que muito me estimularam a retomar a escrita. A mesma “dívida” tenho com a Ana Célia Guedes, que mesmo a consideráveis quilômetros de distância esteve sempre muito perto, provando o quão relativa é a distância para os amigos. À Elciane Gomes e à Andrea Pazianoto que muito torceram pela conclusão deste trabalho. Foi (e é) fundamental a amizade de vocês para mim.

Ao amigo Eduardo Martins (*in memoriam*), que era minha acolhida fraterna. Que muito me ouvia falar dos intendentes, mas preferia “a parte da zombaria”, como ele dizia. Infelizmente, se foi pouco antes da qualificação, e não chegou ler a sua parte predileta. E depois enquanto escrevia me perguntava: será que o Eduardo iria gostar do rumo que tomou a história? Fica a dúvida e a saudade.

Aos “agregados” da geografia: Nilberto Gonçalves, Luciano Andrade e Reginaldo Padinha, por estarem do lado dela em todo momentos, até o fim. Desculpem o clichê: mas, vocês foram os amigos de todas as horas.

À Márcia Cunha (*in memoriam*), minha irmã, que por isso bastaria. Mais que também era minha companheira da “vida acadêmica”, com quem dividia as minhas alegrias, dúvidas e inseguranças nesse, às vezes atribulado, universo acadêmico. Embora preferisse a geografia sempre ouvia com atenção as minhas histórias. Continuar a escrita tornou-se tarefa difícil sem ter ao meu lado a minha interlocutora de primeira mão. A saudade é crônica, mas é remediada pela lembrança da alegria e do humor com que levava a vida.

A minha mãe que me ensinar, como sempre, que devemos continuar e ainda aturar a bagunça que faço. Aos meus sobrinhos Carlos Eduardo e Yasmin pela alegria.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram e torceram para que este trabalho fosse concluído.

Belém, 18 de julho de 2008.

“Não tenho a pretensão de comunicar-lhes a verdade, mas de sugerir-lhes o provável [...]”.

*(Georges Duby)*

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	10
<b>ABSTRACT</b> .....	11
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1. CISÕES PARTIDÁRIAS: A REORGANIZAÇÃO DAS NOVAS TRAMAS POLÍTICAS NA REPÚBLICA PARAENSE</b> .....	15
1.1. ESTREITANDO OS LAÇOS E DEFININDO POSIÇÕES.....	25
1.2. A INTERIORIZAÇÃO DAS DISPUTAS POLÍTICAS ENTRE “LAURISTAS” E “LEMISTAS”.....	31
1.3. CONCLUSÃO.....	55
<b>2. ENTRE RITOS E RISOS: OUTROS MEANDROS DAS CONTENDAS POLÍTICAS NA REPÚBLICA PARAENSE</b> .....	57
2.1. EM BUSCA DO FIO DA PIADA: FAZER HUMOR É FAZER POLÍTICA. ....	60
2.2. <i>NOS FASTOS DAS GLÓRIAS</i> : O MONUMENTO AO CONGRESSO.....	74
2.3. CONCLUSÃO.....	90
<b>EPÍLOGO: DO CLUB A LIGA: ESTREITANDO DISTÂNCIAS ESTABELECENDO NOVOS NÓS</b> .....	92
<b>REFERÊNCIAS: FONTES E BIBLIOGRAFIA</b> .....	101

## RESUMO

A presente dissertação discute as disputas políticas entre os seguidores dos dois líderes políticos paraenses, no início da República, Antonio Lemos e Lauro Sodré, denominados “lemistas” e “lauristas”, respectivamente. Tem como foco o período em que o grupo liderado por Antonio Lemos conseguiu estabelecer seu domínio oligárquico e busca-se compreender o processo de estabelecimento dessa oligarquia por meio das alianças estabelecidas entre Lemos e os intendentes interioranos, os quais enfrentaram forte oposição não apenas na arena político-partidária, mas também em contendas marcada por forte conteúdo simbólico.

**Palavras-Chave:** República, Oligarquia, “lemismo”, “laurismo”, intendentes interioranos.

## ABSTRACT

The present dissertation discusses the political disputes between partisans of two political leaders from Pará, in the beginning of the (Brazilian) Republic. They're Antonio Lemos and Lauro Sodré, and their followers are called 'lemistas' and 'lauristas', respectively. This text refers to a period in which the group led by Antonio Lemos came to set its oligarchic domination. It's an effort to understand the process through which this oligarchy was established, by means of alliances formed between Lemos and the countryside mayors\*6. This group that has faced up to strong opposition, not only within the political-partidary scenery , but also in confrontation that evidences a strong symbolic contents.

**Key words:** Republic, oligarchic, "lemismo", "laurismo", countryside mayors.

## INTRODUÇÃO

A proposta desse trabalho é lançar novos olhares sobre a República ao abordar as querelas entre os prosélitos de Lauro Sodré e Antonio Lemos, chamados de “lauristas” e “lemistas”, respectivamente, as quais entraram para a história e se inscreveram na memória das primeiras décadas do regime republicano no Pará<sup>1</sup>.

Embora reconhecida a importância do apoio das lideranças interioranas na constituição do poder de Antonio Lemos, escreveu-se a história republicana sob o prisma das grandes disputas. Em nível estadual, por exemplo, foi embasada na memória daqueles que testemunharam o domínio da oligarquia “lemista”, como na obra *O Pará Republicano*, de Ricardo Borges<sup>2</sup>, onde os conflitos político-partidários são descritos a partir da história dos mandatos governamentais. O jornalista Carlos Rocque, ao escrever a biografia de Lemos e ao dispor-se a realizar a história política do período, também a apreende apenas no viés das disputas político-partidárias em torno do governo estadual, limitando-se a esclarecer que o domínio exercido por Antonio Lemos era decorrente “[...] dos poderes que os políticos interioranos lhe outorgaram [...]”<sup>3</sup>. Do mesmo modo, assinala a historiadora Maria de Nazaré Sarges, biógrafa de Antonio Lemos, que salienta a consciência do biografado de que a manutenção do poder vinha de fora dos limites de Belém, cidade que administrava<sup>4</sup>.

Em face da própria amplitude do tema, enfocamos a pesquisa sobre os chamados “lemistas”, ou melhor, sobre os intendentos “lemistas”, sujeitos que administravam os mais variados municípios do interior do estado. Devido à importância desses sujeitos para a estabilidade da liderança estadual, buscou-se compreender o caráter dessa relação. Nesse sentido, a pesquisa concentra-se no período em que a dupla Lemos-Montenegro<sup>5</sup> atuava frente à política estadual.

---

<sup>1</sup> “Novos Olhares Sobre a República: religiosos católicos, trabalhadores urbanos, seringalistas e proprietários de terra (1889-1912)” era o tema do projeto de pesquisa desenvolvido no período de agosto de 2003 a julho de 2004, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Nazaré Sarges e que contou com o apoio do PIBIC/CNPq do qual participei.

<sup>2</sup> BORGES, Ricardo. *O Pará Republicano (1824 – 1929)*: ensaio histórico. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.

<sup>3</sup> ROCQUE, Carlos. *Antonio Lemos e sua época*. Belém: Amazônia Ed. Culturais, 1973.

<sup>4</sup> SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do “Velho Intendente”*: Antônio Lemos (1869-1973). Belém: Paka – Tatu, 2002. p.205.

<sup>5</sup> Augusto Montenegro foi o candidato escolhido por Antonio Lemos para concorrer ao pleito de 1900 pelo Partido Republicano Paraense e governou o estado por dois mandatos consecutivos, durante o período de 1901 a 1909. Cf: BORGES, Ricardo. *Op.Cit.*

Assim, a própria delimitação do recorte temporal da pesquisa foi sendo estabelecida conforme avançávamos na investigação das fontes<sup>6</sup> e por isso não obedece, muitas vezes, à rígida demarcação do tipo: ascensão, apogeu e queda da oligarquia “lemista”, até porque a renúncia de Antonio Lemos, em 1911, não significou o fim do “lemismo”.

O recorte justifica-se também pelo próprio entendimento de política que norteou esta pesquisa<sup>7</sup>, distanciando-se do que tradicionalmente percebe essa política como prática limitada ao espaço das instituições para compreendê-la como uma relação social que não segmenta e nem hierarquiza em “instâncias” os fatos sociais, pois “[...] quando procedemos ao exame de uma sociedade real, seja qual for, logo descobrimos, ou deveríamos descobrir, a inutilidade de se esboçar a respeito de uma divisão assim”<sup>8</sup>. Portanto, neste estudo das disputas políticas oligárquicas, propõe-se promover o que Vavy Pacheco Borges denomina de rejuvenescimento da história política, sendo resultado da ampliação da noção de política percebida em suas ligações com a cultura, permitindo visualizar as “[...] crenças, idéias, normas e tradições que dão um peculiar colorido e significado à vida política”<sup>9</sup>.

Por outro lado, a pesquisa também apresentou suas limitações no que se refere à atuação dos intendentos nos *seus* municípios, tendo em vista que o interior foi apreendido na capital, explicando melhor, significa dizer que nos aproximamos do interior, principalmente, por meio das páginas dos jornais, o que implicou em uma redefinição não só do recorte, mas do próprio tema. Não alteramos o foco: os intendentos “lemistas”. Porém, a atenção maior foi dada aos que conseguiram estreitar as distâncias entre a capital e o interior.

O trabalho constitui-se de dois capítulos, o primeiro intitulado de “Cisões partidárias: a reorganização das novas tramas políticas na república paraense”, no qual se discute as motivações para o surgimento dos chamados “lauristas” e “lemistas” e as condições que propiciaram o domínio político dos “lemistas” no Estado. Embora o foco do trabalho seja

---

<sup>6</sup> Considerando que o conhecimento histórico não é simplesmente a longa exposição de documentos por meio dos quais se pode extrair a “verdade” acerca do passado, como defende E. P. Thompson em função da sua própria lógica, é construído por meio do diálogo entre os conceitos e a confrontação empírica, portanto uma constante problematização do objeto que deve estar presente em todo o percurso da pesquisa. Ver: THOMPSON, Edward Palmer. “Intervalo: a lógica histórica”. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.47-62.

<sup>7</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. In: *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 5, Vol. 10, 1992; RÉMOND, René. “Uma História Presente”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora EFRJ/ FGV, 1996, p. 13-36.

<sup>8</sup> THOMPSON, Edward Palmer. “Folclore, antropologia e história social”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antônio Luigi & SILVA, Sergio (orgs.). Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 255.

<sup>9</sup> BOBBIO, Norberto. *Apud*: BORGES, Vavy Pacheco. “História e Política: laços permanentes”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n.23/24. Vol.12, 1992. p.16

um grupo específico, isso não significou a abstração das trajetórias dos indivíduos, pelo contrário, estes auxiliam na compreensão do próprio grupo ao qual estão inseridos. As trajetórias de alguns indivíduos são analisadas, à medida que elas permitem observar os elementos que possibilitavam a coesão e as fissuras dentro do chamado “lemismo”<sup>10</sup>. As disputas pelas adesões não foram iniciadas com a cisão do Partido Republicano Paraense, partido que da proclamação do novo regime estava a frente do governo estadual, mas as adesões ganham relevância quando o apoio das lideranças municipais tornam-se peça fundamental para a manutenção da estabilidade política estadual. Mesmo considerando que a fraude era imperativa, os meandros das disputas eleitorais nos municípios do interior possibilitam a compreensão do processo de constituição das alianças políticas.

O controle exercido pelos “lemistas” sobre as eleições - das urnas até o reconhecimento da validade das eleições feitas no Congresso do Estado - era uma barreira para o avanço da oposição nos municípios. Em contrapartida, o enfrentamento desse controle deu-se por meio da palavra, o ato de falar sobre o adversário político, para os “lauristas”, era tão importante quanto falar do próprio programa político. Mas, os “lauristas” não falavam simplesmente do adversário, também o faziam por meio do riso e da zombaria. Dessa forma, reafirmavam-se nas disputas políticas.

Em “Entre ritos e risos: outros meandros das contendas políticas na república paraense” que constitui o segundo capítulo, a opção por fazer humor também é analisada como uma importante prática política. O humor é metafórico e datado historicamente, nesse sentido, é fundamental para o entendimento da piada compreendermos o processo de escolha de alguns temas, como a figura do “matuto” para retratar os intendentes “lemistas”, oriundos dos municípios interioranos. Por outro lado, temos o empenho desses intendentes em desvincularem-se dessa associação por meio da construção de um monumento na capital. Logo, a disputa também tinha uma dimensão simbólica, pois através de símbolos ambos os grupos buscavam seu lugar no imaginário da sociedade paraense.

---

<sup>10</sup> LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.183-191.

**CAPÍTULO I:**  
**CISÕES PARTIDÁRIAS: A REORGANIZAÇÃO DAS NOVAS TRAMAS**  
**POLÍTICAS NA REPÚBLICA PARAENSE**

A maldita política dividiu a população, azedou os ânimos, avivou a intriga e tornou insuportável a vida nos lugarejos da beira do rio.

Depois que o povo começou a tomar a sério esse negócio de partidos, que os doutores do Pará e do Rio de Janeiro inventaram como meio de vida, em uma aldeiola de trinta casa as famílias odeiam-se e descompõem-se [...]. Sem conhecerem a força dos vocábulos, o fazendeiro Moraes é liberal e o capitão Jacinto é conservador. Por mim, entendo que era melhor sermos todos amigos, tratarmos do nosso cacau e da nossa seringa, que isso de política não leva ninguém adiante e só serve para desgostos e consumições<sup>11</sup>.

O Procurador, narrador do conto “Amor de Maria” de Inglês de Souza, mostra-se bastante pessimista em relação às transformações trazidas pela “política” nas cidades interioranas. Pespica observador da vida amazônica, o literato paraense Inglês de Sousa não deixou de registrar como as atividades políticas partidárias, à medida que foram incorporadas pelos habitantes das cidades interioranas, introduziram modificações nas relações sociais. A bandeira partidária, a partir de então, torna-se um elemento a mais para a constituição dos grupos. Fazendo um trocadilho com a matriz do pensamento gramsciano poder-se-ia afirmar que a personagem do conto teria uma concepção de política no sentido “hiper estrito”, posto que restrita ao “negócio de partido”<sup>12</sup>.

Muito mais promissora para a compreensão dessas transformações ocorridas na sociedade, mostra-se o entendimento de política enquanto parte inerente das relações sociais, estas marcadas pelas tensões, disputas e práticas que envolvem o exercício do poder e a busca da hegemonia<sup>13</sup>. A organização dos grupos em partidos políticos é um dos mecanismos necessários para a obtenção da hegemonia nas sociedades modernas, visto que apenas, segundo Gramsci, esta é conquistada quando se consegue não somente exercer uma direção política, mas também intelectual e ideológica<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> SOUZA, Inglês de. “Amor de Maria”. In: *Contos Amazônicos*. São Paulo: Martin Claret, 2000 p.47.

<sup>12</sup> Estado quando confundido com a “sociedade política” ou com a “sociedade civil” é considerado por Gramsci como “Estado em sentido estrito”. GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p10-11. (9ª ed.). Cf.: COUTINHO, Carlos Nelson Coutinho. *Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (3ª ed)

<sup>13</sup> GRAMSCI, Antonio. *Op. Cit.*

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*

O “negócio de partido”, de fato, estava ganhando força em fins do século XIX, sobretudo, com a mudança de regime político<sup>15</sup>, advinda com a Proclamação da República. Por isso que ainda nos primeiros anos da República foram realizadas as primeiras reuniões que visavam à fundação de um partido político de âmbito nacional. Segundo um dos principais organizadores das reuniões, o político campineiro Francisco Glycério, a grande motivação para a criação do partido foram as diversas revoltas e movimentos contestatórios que ameaçavam o estabelecimento do recém implantado regime republicano.

Conforme assinala José Sebastião Witter, os organizadores, os deputados e os senadores presentes nas primeiras reuniões acreditavam que a solução desse problema estava na criação “[...] de uma agremiação coesa e disciplinada [...]”<sup>16</sup>. Propunha-se a formação de uma nova organização partidária que conseguisse atrair para as suas fileiras os membros de todos os Partidos Republicanos regionais (PRs) que, após a Proclamação da República, foram formados a partir dos clubes republicanos, o sucesso dessa empreitada possibilitaria resolver outro impasse enfrentado pelo novo regime “[...] a dificuldade de aglutinação de forças quer na Câmara de Deputados, quer no Senado para a formação de grupos idênticos e coesos na votação de projetos[...]”<sup>17</sup>, isto é, a manutenção da fragmentação partidária tornava bastante difícil o governo do país.

As inúmeras reuniões realizadas na capital federal resultaram na formação, em 30 de julho de 1893, do Partido Republicano Federal (PRF), que embora se propusesse ser de caráter nacional sua criação não significou a extinção dos PRs estaduais; ao contrário, muitas dessas direções ‘locais’ continuaram a ter importância e permaneceram como retaguarda do partido que se tentava consolidar. O caso do Partido Republicano Paulista foi exemplar, pois foram justamente seus membros que articularam não só a criação do PRF como também ficaram à frente do novo partido.

O novo partido tinha ainda que lidar com a desconfiança das elites locais de um poder que se pretendia federal. Rodrigo Sá Patto esclarece que no início da república estas elites, temerosas de uma nova repetição do centralismo experimentado no Império, preferiram “[...] organizar-se nos próprios estados a fim de alcançar seus objetivos [...]”<sup>18</sup>, optando por não correr o risco de perder a autonomia que começavam a usufruir por meio dos PRs e que

---

<sup>15</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Relume-Dumará, 1996. (2ª ed). O historiador destaca sobre o caráter macrocefálico da burocracia do Estado Imperial, seus braços curtos quase não alcançava os municípios. (p.384)

<sup>16</sup> WITTER, José Sebastião. *República, política e partido*. Bauru: EDUSC, 1999, p.28.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p.29.

<sup>18</sup> PATTO, Rodrigo Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, p.52.

controlavam nos Estados. Para alcançar seus objetivos, somado a essa situação, o PRF acabou por aglutinar elementos completamente distintos nas suas fileiras, o que contribuiu para a cisão do partido na primeira crise que precisou enfrentar em 1897. A cisão foi resultado das divergências entre Francisco Glycério, líder do PRF e o presidente da República Prudente de Moraes, fato que marcou a saída daquele do partido pelo qual havia sido eleito.

Notadamente, o PRF nunca obteve o controle sobre os partidos existentes nos Estados, as concessões feitas pela comissão executiva do partido às “direções locais”, longe de lhes garantirem o apoio quando necessário, propiciaram as inúmeras cisões regionais. Essas direções, como foi o caso paraense, “[...] somente deixavam de ter influência na ala do Partido Republicano histórico já na época do esfacelamento do Partido Republicano Federal [...]”<sup>19</sup>.

A notícia da cisão provocada pelo rompimento entre Glycério e o Presidente da República foi recebida com grande apreensão por parte da liderança do Partido Republicano Paraense (PRP), devido ao posicionamento adotado por Lauro Sodré, que optou por permanecer ao lado do líder do PRF, opondo-se, desse modo, francamente a Prudente de Moraes. Definida a posição de Sodré nessa querela, caberia aos líderes locais definirem se o PRP permaneceria seguindo as diretrizes do PRF e de Sodré ou se apoiariam o Presidente. Parte da liderança do PRP expressou publicamente o apoio à Lauro Sodré.

A primeira reunião do PRP realizada em 20 de junho de 1897 contou com a presença de aproximadamente 40 delegados. A assembléia tinha por finalidade a eleição do representante do partido paraense na convenção do PRF na capital federal, todavia, a deliberação mais importante que aconteceu foi a indicação feita pelo Dr. Diogo Hollanda a respeito da conduta que deveria ser adotada pelos eleitos na convenção. Tal conduta refere-se a “[...] não justificar dissidência que não se baseie no abandono ou violação dos princípios e praticas do programma do partido: Presidencialismo e Federação”<sup>20</sup>. Existia o receio de que o grupo que ameaçava a dissidência viesse a criar um novo partido que viesse rivalizar com PRF, pois se determinou categoricamente aos representantes: “Não tomar parte nem aderir à formação de novo partido, direito que só se reserva o Congresso, depois de exame da exposição dos motivos que derem lugar a essa formação”<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> WITTER, op. cit., p.30.

<sup>20</sup> “Partido Republicano”, in: *A Republica* 22/06/1897 p.2.

<sup>21</sup> *Ibidem*

O posicionamento adotado pelo partido foi divulgado e defendido por meio das páginas do jornal *A República*<sup>22</sup>, órgão oficial do PRP. Na redação estava parte da Comissão Executiva do partido (composta por Lauro Sodré, Justo Chermont, Pedro Leite Chermont, Theotonio Raymundo de Britto, Antonio Lemos, Cypriano José dos Santos, Inocencio Serzedello Corrêa, Augusto Montenegro). Era no *A República* que a Comissão Executiva explicava por que o PRP não se omitiria dos problemas enfrentados na capital federal, argumentando que:

[...] embora não tenhamos tido uma ligação indissolúvel com o Partido Republicano Federal, o que nos facultaria ensejo para nos isolarmos do movimento político operado na capital federal, [...] ainda assim julgamos do nosso dever, como exemplo de solidariedade com a política federal e identificação com os interesses nacionaes, emitir o procedimento do partido nas actuaes emergencias<sup>23</sup>.

Ao que tudo indica não havia esse propalado consenso entre os membros da Comissão Executiva do partido, explicando melhor, como os próprios redatores do jornal argumentavam, não existia uma ligação tão estreita entre os membros do PRP e o PRF. Arriscar-se-ia a afirmar que a maior ligação entre os paraenses e o PRF era Lauro Sodré. Célebre republicano histórico, Sodré marcou presença na primeiríssima reunião, na qual o partido foi idealizado<sup>24</sup> e exerceu o cargo de presidente do PRP.

Por outro lado, parte expressiva do PRP acabou por retardar a definição de seu apoio, diga-se de passagem, que se tratava de um grupo liderado por Justo Chermont e Antonio Lemos, que então exercia o cargo de chefe interino do PRP. Na verdade, Lemos era acusado de apresentar um posicionamento dúbio, pois se mostrava contrário à dissidência dentro do Estado, mas fora do Pará demonstrar-se-ia favorável:

[...] aqui-não combate as manifestações da *Republica* em franca opposição á dissidência e não combate pela simples razão de ver que no Pará essa é a opinião que pode explorar com vantagem. No Rio, em todo o caso, occulta, para engaspar os srs. Chermont e Montenegro, a franca manifestação, deixando-o desse modo n'uma posição indecente<sup>25</sup>.

Os jornais, segundo Gramsci, assumem o papel de estado-maior intelectual do partido orgânico e, embora se esforcem em manter, muitas vezes, uma aparência apolítica e

<sup>22</sup> Órgão do PRP *A República* era publicado diariamente, e seu primeiro numero foi lançado em 1890. Teve suas atividades encerradas em 1897 em função da cisão do referido partido.

<sup>23</sup> “Situação Política”, in: *A República* 21/07/1897 p.2.

<sup>24</sup> WITTER, op. cit., p.24.

<sup>25</sup> “Cousas políticas”, in: *Folha do Norte* 02/08/1897 p.1

independente para que o público os percebam como uma força dirigente superior aos partidos, “[...] são também eles ‘partidos’, ‘frações de partido’ ou ‘funções de um determinado partido’”<sup>26</sup>. Atuando como “partido”, esses jornais não deixam de se envolver nas disputas e tornam-se o centro dos embates por meio das polêmicas travadas em suas páginas. O que diria Gramsci a respeito dos jornais que circulavam na capital paraense em fins do século XIX, cujos proprietários eram líderes de partidos políticos?

Dispondo de um dos maiores jornais da capital paraense *A Província da Pará*, do qual era um dos sócios proprietários, Antonio Lemos, a princípio, omitiu-se dos debates que envolviam a dissidência do PRF. As informações sobre a cisão que constam nesse jornal limitavam-se a “Secção Livre”, coluna reservadas aos que poderiam pagar para ter suas reclamações e/ou opiniões publicadas, nesta coluna eram reproduzidos alguns editoriais do jornal do PRP<sup>27</sup>, portanto não se tratava da opinião dos proprietários do jornal, e estaria desse modo assegurada a “imparcialidade” do jornal. Na verdade, ficava difícil manter-se alheio aos acontecimentos, a forma encontrada por Lemos a partir de agosto de 1897 para participar dos debates, de modo mais claro e direto, foi a criação de uma coluna para discutir as questões partidárias chamada de “Jornal Político”, talvez a intenção fosse convencer aos leitores de que o restante do jornal não estaria contaminado pelas paixões políticas<sup>28</sup>. Em todo caso, essa atitude poderia ser interpretada como uma tentativa de evidenciar o caráter puramente comercial e noticioso do jornal ao tentar apresentar, nas suas páginas, um distanciamento dos debates que aconteciam na capital federal.

Essa postura longe de indicar uma falta de envolvimento de Lemos com os acontecimentos políticos, demonstra sua grande astúcia em esperar pelo momento propício de defini-lo ou divulgá-lo. Lemos, político experiente vindo das fileiras do Partido Liberal do Império, poderia está aguardando o melhor momento para tomar partido na disputa. Além do mais, essa não seria a primeira vez que ele usaria desse artifício, pois conforme adverte Sarges quando da Proclamação da República, até às vésperas do dia 15 de Novembro de 1889, Lemos não deixava de confirmar suas ligações com setores monárquicos por meio do jornal *A Província do Pará*. Nas suas páginas, Lemos comprometia-se “[...] a aderir ao regime

<sup>26</sup> GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p22-23. (8ª ed.).

<sup>27</sup> Ver a “Secção Livre”, por exemplo, dos números de *A Província do Pará*: 13/06/1897 p.2; 15/06/1897 p.2; 16/06/1897 p.2; 18/06/1897 p.2; 19/06/1897 p.2; 20/06/1897 p.2; 21/06/1897 p.2; 23/06/1897 p.2.

<sup>28</sup> “Jornal Político”, in: *A Província do Pará* 24/08/1897, p. 2

vitorioso, sem deixar explícito qual seria esse regime [...]”, a estratégia de Lemos era simples: estar sempre do lado do regime vigente não importando qual fosse<sup>29</sup>.

A forma do PRP definir seu posicionamento era por meio do Congresso Republicano, assembléia que reuniria todos os delegados municipais, aos quais cabia por meio do voto decidir o caminho a ser trilhado pelo partido<sup>30</sup>.

O Partido Republicano Paraense era composto por uma comissão executiva localizada em Belém e a partir da qual coordenava as inúmeras comissões municipais localizadas nos municípios interioranos. Diante dessa organização, o apoio não só dos membros da capital, mas também do interior era importante, sobretudo, no caso da realização de um congresso do partido, pois cada delegado das comissões municipais representava um valioso voto. Não por acaso, uma das primeiras preocupações expressas pelo grupo leal a Sodré foi divulgar na *Folha do Norte* as “[...] manifestações de honroso apoio e incondicional solidariedade [...]” dos conterrâneos ao eminente líder das comissões dos municípios Bagre, Melgaço, Gurupá, Alemquer, Vigia e Portel. O interessante dessas demonstrações de solidariedade é que elas são expressas ao próprio Lauro e não ao partido<sup>31</sup>, que, inegavelmente, confundia-se com um dos seus idealizadores.

No congresso realizado em 24 de agosto, em Belém, um dos seus delegados Fulgêncio Simões lançou uma moção em apoio a Prudente de Moraes e a justificou declarando que este “[...] não teria contrariado nenhum princípio da Constituição republicana e nem criado qualquer tipo de problema no partido [...]”, desse modo, o PRP deveria continuar ao lado do Presidente da República<sup>32</sup>. Foi apresentada uma outra moção por Diogo de Hollanda que ratificava a decisão do Congresso realizado em junho e condenava expressamente “[...] a dissidência aberta no seio do partido republicano federal [...]”<sup>33</sup>. Optou-se por colocar em votação a moção de Simões de modo que sua aprovação significaria a rejeição desta última. Os 29 votos favoráveis garantiram o apoio do PRP ao presidente da

---

<sup>29</sup> SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do “Velho Intendente”*: Antonio Lemos (1869-1973). Belém: Paka-Tatu, 2002, p.46. Atitude que implicou para Lemos na desconfiança por parte daqueles sujeitos que defendiam e se dedicavam à propaganda do regime republicano ainda no império, os chamados republicanos históricos como Lauro Sodré, Paes de Carvalho entre outros. A historiadora Maria de Lourdes Janotti em seu estudo sobre a atuação dos monarquistas no início da República, destaca que os adesistas eram vistos com desconfiança, considerados apenas como um grupo de oportunistas. Ver: JANOTTI, Maria de Lourdes. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>30</sup> “Situação política do Estado: O congresso republicano de hoje”, in: *Folha do Norte* 24/08/1897 p.1.

<sup>31</sup> “Lauro Sodré: Apoio moral e apoio político dos seus conterrâneos”, in: *Folha do Norte* 24/08/1897 p.1; *Ibidem*, p.2.

<sup>32</sup> “A Política”, in: *A Província do Pará* 25/08/ 1897, p.1

<sup>33</sup> “O congresso republicano de hontem”, in: *Folha do Norte* 25/08/1897 p.2.

República. Essa vitória foi marcada pela saída de um significativo número de delegados participantes do congresso, por julgarem que a assembléia não expressou, de fato, a opinião do partido e manifestaram o apoio do grupo a Lauro Sodré, tais delegados teriam sido acompanhados pelo povo, que estava presente no recinto, sendo que, na saída, Glycério, Sodré e o governador Paes de Carvalho foram aclamados<sup>34</sup>. Até sobre a aclamação dada pelo povo houve discordância, pois *A Província* incluiu Prudente de Moraes entre os reverenciados pela população e não os delegados dissidentes.

A mobilização do grupo derrotado teve início com a defesa veemente do posicionamento favorável de Paes de Carvalho a Lauro Sodré. Paes de Carvalho poderia ser um importantíssimo aliado, por dois motivos: em primeiro lugar, pelo seu prestígio junto aos correligionários por ser um notório republicano histórico que juntamente com Sodré foi um dos fundadores do Clube Republicano, no Pará, em 1886; em segundo lugar, pelo seu cargo de governador do Estado. A princípio, diante dessa querela Paes de Carvalho manteve-se neutro. A neutralidade logo foi justificada pelo grupo dissidente do PRP pelo fato do governador não desejar manifestar publicamente sua opinião para não correr o risco de influenciar outros correligionários em função do poder do cargo que exercia e somente por isso ele não manifestava sua opinião<sup>35</sup> em público.

Prontamente, definida a posição do PRP frente à querela entre Glycério e Prudente de Moraes Paes de Carvalho comunicou a Sodré, em tom de lamento, que “Apesar [de] ingentes esforços entendi inevitável a cisão [do] Partido Republicano Paraense motivada por questões pessoais exacerbadas últimos acontecimentos por provocações recíprocas [...]”<sup>36</sup>. Ainda que tenha aceitado a deliberação do Congresso, Paes de Carvalho deu apoio pessoal a Sodré, logo que foi confirmada a sua candidatura à Presidência da República,

Ainda no que diz respeito às moções, em primeiro de setembro de 1897, por meio de um longuíssimo manifesto estampado na primeira página da *Folha do Norte*, o grupo dissidente do PRP aproveitava para expor o que eles acreditavam ser uma postura incoerente (e imoral) dos que votaram a favor da moção de Simões, sobretudo, a figura de Lemos, o qual

---

<sup>34</sup> Trata-se dos 21 delegados que votaram contra a moção: Cypriano Santos, Firmo Braga, Martins Pinheiro, Diogo Holanda Lima, Silva Rosado, Heráclito Pinheiro, A. Lavareda, Rodolpho Lacerda, Octavio Pires, Sabino da Luz, Joaquim Theodoro Bentes, Abraham Israel, Dr. Cyriaco Gurjão, Ó d’Almeida, F. da Silva Miranda, Guilherme de Mello, Ludgero Salazar, Eladio Lima, Barbosa Rodrigues e Enéas Martins. Ver: “O congresso republicano de ontem”, in: *Folha do Norte* 25/08/1897 p.2.

<sup>35</sup> “Situação política do Estado”, in: *Folha do Norte* 28/08/1897 p.2.

<sup>36</sup> SODRÈ, Emmanuel. *Lauro Sodré na História da República*. Guanabara: Ed. do Autor, 1970, p.17. Apud: WITTER, op. cit., p.122.

como presidente interino do PRP nunca manifestou opinião contrária aos editoriais de *A Republica*, coisa que poderia ter feito em função do seu cargo<sup>37</sup>.

Buscava-se, nesse momento, o descrédito da vitória da moção de Simões obtida no Congresso. Essa vitória, segundo o grupo dissidente, ocorreu por uma diferença de oito votos, que foram considerados duvidosos. De acordo com os argumentos expostos, os delegados representantes no congresso dos municípios de Alemquer, Igarapé-Miry, Irituia, Monte-Alegre foram eleitos pelas comissões municipais; a direção do PRP, ou melhor, parte dela teria permitido que substitutos votassem. Mas, o grande problema era que se tratava de “[...] substitutos de substitutos [...]”, que não tinham o reconhecimento das comissões municipais, esses substitutos somente foram aceitos porque estavam de acordo com a moção de Fulgêncio Simões, tais delegados estavam “[...] contrariando clara e expressamente a orientação conhecida e declarada dos municípios que elles diziam representar”, daí o argumento de que se tratava de uma “[...] maioria accidental [...]”<sup>38</sup>.

Os delegados explicavam que saíram do Congresso para que:

[...] deixando que sem a responsabilidade das nossas consciências a assembléa completasse aquillo que estava realizando, pela força bruta da preponderância numérica accidental, em nome do partido republicano, que não é formado dos dedicados a uma dada orientação individual e personalizada, mas sim do conjuncto das opiniões dos municípios, que foram calculadamente exautorados na ultima reunião do Congresso do partido<sup>39</sup>.

Em função de tantas irregularidades, o Congresso deveria ter sua decisão repudiada, tendo em vista que os correligionários dos municípios interioranos foram desrespeitados com o voto de delegados que não foram por eles escolhidos, sendo que o manifesto era finalizado com uma categórica convocação:

Srs. Membros dos directorios minicipaes,  
Nós já cumprimos o nosso dever.  
Que vós saibaes cumprir o vosso.  
Saudamos-vos<sup>40</sup>.

O manifesto foi assinado justamente pelos delegados que dias antes se retiraram do Congresso e a resposta ao mesmo não demorou, pois além dos 21 municípios que já haviam

---

<sup>37</sup> “Ao eleitorado republicano do Estado”, in: *Folha do Norte* 01/09/1897 p.1.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p.1.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p.1.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p.2.

se posicionado favoravelmente a Lauro Sodré mais 7 alinhavam-se ao grupo, portanto, teriam obtido a maioria dos 54 municípios que constituíam o Estado<sup>41</sup>.

Se o Congresso de agosto não era considerado legítimo enquanto expressão da vontade das inúmeras comissões municipais do partido, a solução encontrada pelo grupo dissidente foi a convocação de uma nova assembléia em 13 de setembro de 1897. Na reunião foi apresentada a proposta para que o PRP “[...] aliado desde 1894 ao partido republicano federal adote a designação deste, com o qual mantém inteira solidariedade na política geral ao lado de sua absoluta autonomia no que concerne a política do Estado”<sup>42</sup>. Tal proposta foi aprovada por unanimidade, assim como foram destituídos de seus cargos Augusto Montenegro, Antonio Lemos, Pedro e Justo Chermont por “[...] força da attitude que teem, contraria à da maioria do eleitorado cujos representantes os escolheram [...]”, sendo eleitos para as vagas na comissão executiva: Firmo Braga, Diogo Hollanda e Martins Pinheiro.

Para esses homens não se tratava da criação de um novo partido no Estado, mas da definição da posição política do PRP, que teria como marco a adoção de uma nova sigla e a exclusão de alguns dos seus membros, pois seriam eles os legítimos representantes desse partido<sup>43</sup>. A grande preocupação evidenciada pelos líderes do PRP era de seus correligionários desavisados no interior pudessem cair “[...] nas rêde que estão a lançar [...]” assim como ratificarem que sendo “[...] vencedores na memorável lucta de 24 de agosto, continuamos a sustentar o Partido Republicano Paraense, com as glorias e as tradições da propaganda, e que após o advento da Republica, foi organizado e chefiado pelo eminente Sr. Dr. José Paes de Carvalho”<sup>44</sup>.

O epicentro dessa discussão era a lista de nomes de republicanos históricos nas fileiras do PRF e que fora contestado pelo grupo que permaneceu sob a legenda do PRP:

Os nomes de históricos que apresentamos e que parece aquella gente querer pôr em duvida são de incontestável valor e os provocamos a demonstrar que alguns delles não tenha serviços provados á Republica, ainda nos tempos da propaganda<sup>45</sup>.

Estavam no rol apresentado pelo PRF: Paes de Carvalho, Lauro Sodré, Manoel Barata, Inocêncio Serzedelo, Silva Rosado, Sabino Luz, José Bacellar, Alexandre Tavares, Diogo Hollanda, O’ d’ Almeida Bartholomeu Ferreira, Fileto Bezerra e Henrique Santa Rosa.

<sup>41</sup> “A política do Estado”, in: *Folha do Norte* 05/09/1897 p.2.

<sup>42</sup> “A política do Estado: congresso do partido republicano”, in: *Folha do Norte* 15/09/1897 p.1.

<sup>43</sup> “Partido Republicano Federal”, in: *Folha do Norte* 16/09/1897 p.2.

<sup>44</sup> “Jornal Político”, in: *A Provincia do Pará* 18/09/1897, p. 2

<sup>45</sup> “Partido Republicano Federal”, in: *Folha do Norte* 23/09/1897 p.2.

Por outro lado, apenas quatro republicanos históricos estariam no PRP: Justo Chermont, Ignácio Nogueira, Gonçalo Ferreira e Pimenta de Magalhães. E de maneira provocativa questionava: “Digam-nos agora quem pôde falar em nome da bandeira da propaganda e de gloriosa tradição”<sup>46</sup>.

A experiência política desde os tempos da propaganda republicana no Império foi um dos baluartes do grupo que formaria o PRP após a Proclamação do novo regime, utilizado como um dos seus diferenciais em relação aos demais partidos<sup>47</sup>. Pode-se afirmar que se trata de uma disputa pelo legado histórico do PRP, do qual somente os seus mais antigos defensores seriam herdeiros. Nesse caso, quem poderia falar em nome desse partido? Os que permaneceram com a mesma designação ou o PRF que se qualificava como sendo o “[...] antigo partido republicano paraense [...]”<sup>48</sup> por ter em suas fileiras o maior número de republicanos históricos.

Concomitantemente, desenrolava-se uma outra disputa tão importante quanto a primeira, dessa vez estava em jogo às adesões das comissões municipais interioranas. Ao PRF elas eram fundamentais para a sua consolidação. As manifestações de “[...] inteira solidariedade [...]” e “[...] franco e destemido apoio [...]”, endossadas por longas listas de assinatura de eleitores vindas de Ourém, Curalinho, Monsarás, Marapanim, Ponta de Pedras, Melgaço, Chaves, Souzel, Cametá, Monte-Alegre, Salinas, Cachoeira, São Miguel do Guamá e Maracanã. Dessa forma, colocavam em xeque as adesões ao PRP, informando que eram adesões arranjadas fruto de imposições que teriam ocorrido em São Miguel do Guamá e Quatipurú<sup>49</sup>.

A replica às acusações eram mordazes, pois a matemática da contagem dos votos dos delegados era desqualificada e sem muita pressa, por ser fruto de uma “[...] faina de sommar e diminuir votos [...]”, empreendida por “meninos aperreados”<sup>50</sup>. Os esforços matemáticos não eram suficientes, o “ajuntamento dos 21”, nem assim mereceriam ser denominados, visto que muitos teriam sido destituídos do cargo antes mesmo do Congresso de 24 de agosto de 1897, apenas 14 permaneciam como delegados. De modo que, somando e

<sup>46</sup> “Os republicanos históricos”, in: *Folha do Norte* 24/09/1897 p.2.

<sup>47</sup> FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Niterói, Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, 2005.

<sup>48</sup> “Partido Republicano Federal”, in: *Folha do Norte* 26/09/1897 p.2.

<sup>49</sup> “Partido Republicano Federal”, in: *Folha do Norte* 18/09/1897 p.2; “Partido Republicano Federal”, in: *Folha do Norte* 22/09/1897 p.2.; “Partido Republicano Federal”, in: *Folha do Norte* 23/09/1897 p.2.; “Partido Republicano Federal”, in: *Folha do Norte* 23/09/1897 p.2.; “Partido Republicano Federal”, in: *Folha do Norte* 30/09/1897 ; “Partido Republicano Federal”, in: *Folha do Norte* 28/09/1897 p.1.

<sup>50</sup> “Jornal Politico: Na fivela...”, in: *A Provincia do Pará*, 19/09/1897, p. 2

subtraindo aliados, o resultado a que chegavam os líderes do PRP era de que o partido ainda seria maioria por possuir 29 delegados, independente do cálculo que fizessem os “retirantes”. Quanto às adesões, era explicado que em municípios como Ourém, Baião e Monsarás alguns líderes locais só teriam aderido ao PRP pelo fato destes terem utilizado o nome do governador Paes de Carvalho, estratégia qualificada como um “nojento embuste”, alertando ao público que deveria ficar de quarentena essa e outras adesões “arrancadas a martello”<sup>51</sup>.

Em outras palavras, ambos os partidos buscavam apregoar seu prestígio junto às lideranças e eleitorado do interior por meio da divulgação na imprensa belenense das inúmeras adesões à causa do partido nos municípios. Mas, não bastava divulgar simplesmente as adesões em si, era indispensável que as distinguíssem. No jornal do PRP, por exemplo, as adesões eram publicadas na seção intitulada “Belém Político” que, além disso, registrava a passagem dos líderes interioranos na capital, que ganhavam o *status* de “legítima influência”<sup>52</sup>.

### 1.1. Estreitando os laços e definindo posições

A cisão do PRP desencadeou um acirramento dos conflitos dentro da elite paraense pelo controle do Estado, através da ocupação de cargos tanto no executivo e legislativo estadual quanto no municipal. É sabido que o exercício de uma direção política pode prescindir de um domínio econômico, A partir desse entendimento, há a nossa ressalva na distinção das elites: a necessidade de distinguir essa elite, que agora se divide entre os dois partidos. A precaução na diferenciação de tal elite como de caráter econômica, deve-se ao fato de que ela, em alguns casos, confunde-se facilmente com a elite política, assim como intelectual<sup>53</sup>, uma vez que os sujeitos que compõem a elite política podem acumular tanto o poder político quanto econômico, oriundo de sua riqueza e também do poder ideológico<sup>54</sup>.

<sup>51</sup> “Jornal Político: furando o balão...”, in: *A Província do Pará* 21/09/1897, p. 2

<sup>52</sup> Ver por exemplo a coluna Belém Político no *O Pará* dos dias: 11/01/1898 p.2; 14/01/1898 p.2; 30/01/1898 p.2; 04/02/1898 p.2; 12/02/1898 p.1; 20/02/1898 p.2.

<sup>53</sup> CHARLE, Christophe. “Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea”. In: HEINZ, Flavio M(Org.). *Por ma história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p 19 -40. Ver também: BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: editora Brasiliense, 1991. Os critérios norteadores de Burke para a definição de elite são status, poder e riqueza dentro das sociedades de Veneza e Amsterdã.

<sup>54</sup> Sobre essas diferentes formas de poder cf: BOBBIO, Norbert. *Estado, Governo, sociedade: Para uma teoria geral da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p 82-83.

Especificação que se faz necessária como realiza Pere Petit em seu estudo sobre elites políticas, para este historiador elas podem ser assim consideradas:

[...] as pessoas que exercem um papel de liderança em diferentes estruturas políticas (por exemplo, partidos, movimentos sociais), portanto não restrito apenas àqueles que, num determinado momento histórico, desempenharam (ou desempenham) funções de responsabilidade governamental ou institucional, mas também que lideram grupos diversos e aspiram, com suas práticas políticas, a construir novos blocos de poder e/ou hegemônias<sup>55</sup>.

Ressalva necessária, sobretudo, quando se pensa no Pará logo após a mudança de regime político, a qual possibilitou aos sujeitos que anteriormente não haviam ocupado cargos públicos, assumissem cargos tanto no executivo estadual quanto no legislativo federal. Esse era o caso de Lauro Sodré e Paes de Carvalho, os quais não faziam parte de uma elite econômica<sup>56</sup>.

Não por acaso, Gaia Farias defende que a república no Pará foi resultado de um longo processo de construção marcado por tensões políticas e conflitos. Contudo, no ano de 1897 o regime republicano já estava plenamente consolidado e “[...] com a cisão as disputas se voltaram mais para o controle político oligárquico do que para a organização do regime político [...]”<sup>57</sup>. A divisão política dentro do Estado personalizou-se nas figuras de Antonio Lemos e Lauro Sodré, sendo seus prosélitos chamados de “lemistas” e “lauristas”, respectivamente. Estes se fincaram nas fileiras do PRF e aqueles no PRP, como bem lembra o pensador italiano Antonio Gramsci, trata-se de frações do mesmo partido orgânico constituído por uma elite, frações que, em momentos decisivos, deixam claro sua unicidade, “[...] pela união em bloco de agrupamentos diversos que se apresentavam como partidos ‘independentes’”<sup>58</sup>.

Marilia Emmi, empregando uma linha de análise com influência marxista, entende a oligarquia como uma entre diversas formas de participação no poder, fazendo uma distinção entre oligarquia e dominantes, o que a leva a concluir que “[...] como fração dominante do

<sup>55</sup> PETIT, Pere. *Chão de Promessas: Elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka - Tatu, 2003, p.176.

<sup>56</sup> FARIAS, William Gaia. *Op. Cit*

<sup>57</sup> Idem. *Ibidem*.p.270.

<sup>58</sup> GRAMSCI, Antonio. (1991), p31

bloco no poder, a oligarquia teve seu apogeu no período da Primeira República”<sup>59</sup>.

Continuando a discussão, Emmi esclarece:

Se oligarquia é parte, compõe um bloco de poder, ela pode em determinado momento histórico ser a fração dominante e em outro ficar em situação subordinado, ainda que pertencente ao bloco. Por outro, é a perda da hegemonia, capacidade de exercer a direção do bloco, que vai determinar o declínio da oligarquia<sup>60</sup>.

O momento mostrou-se oportuno para o estabelecimento dos grupos oligárquicos no Estado, uma vez que com a sucessão presidencial e a eleição de Campos Sales foi implantada a “política dos governadores” ou “política dos estados”, formou-se a aliança entre as oligarquias do Sudeste e os PRs nos Estados. O que garantia o reconhecimento da política do grupo ligado ao Partido Republicano Paraense, isto é, do grupo chefiado por Antonio Lemos. Em contrapartida, as oligarquias do sudeste exigiam o apoio dos representantes do Estado do Pará às suas decisões no Congresso Federal. Todavia, a estrutura de poder oligárquica não se reduz ao coronelismo e ao seu controle político-eleitoral.

Para a historiadora Cláudia Viscardi, o acordo realizado entre o governo federal e os líderes políticos estaduais consistia em uma nova estratégia do executivo federal para o estabelecimento de relações com os Estados, pois seria a solução vislumbrada por Campos Sales para a instabilidade do regime, cujos problemas tinham “[...] por fundamento as dificuldades de relações existentes entre o Executivo e o Legislativo Federais e as lutas partidárias que dividiam o Parlamento [...]”<sup>61</sup>. A “política dos estados”, como foi denominada por Campos Sales, tinha como ponto fundamental o fortalecimento do poder de árbitro do governo federal.

Ainda, segundo Viscardi, o acordo consistia em uma tentativa de despolitização do Estado Nacional, visto que os conflitos deixariam a esfera federal e limitar-se-iam às fronteiras dos Estados. Sendo assim os grupos disputariam o controle político dentro dos Estados e o vencedor desfrutaria do apoio do governo federal<sup>62</sup>. Por outro lado, a garantia de estabilidade das lideranças dentro dos Estados não era resultado somente de sua consonância com o Executivo Federal, a manutenção do líder político dependeria, sobretudo, de sua

---

<sup>59</sup> EMMI, Marília. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: UFPA/NAEA, 1999, p. 47.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>61</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo horizonte: Editora C/ Arte, 2001, p.31.

<sup>62</sup> *Ibidem*, pp.32-33.

habilidade para lograr a coordenação e a harmonização das lideranças das diferentes regiões<sup>63</sup>. Nesse sentido, a estabilidade de um líder estadual no poder dependia da sua capacidade em atender os diferentes interesses em jogo e da exigência de que boa parte dessas lideranças apoiassem o governo.

A capacidade que Lemos possuía, muito o favoreceu quando ainda exercia o cargo de secretário do PRP, enquanto Justo Chermont, e posteriormente Sodré e Paes de Carvalho estavam na Presidência. Nesse momento, embora não estivesse à frente das decisões dentro do partido, o secretário Lemos soube aproveitar a oportunidade para estabelecer contatos com as lideranças dos municípios interioranos, em especial, os intendentess, que eram sujeitos para os quais Chermont e os demais presidentes que o sucederam não disponibilizavam seu tempo e empurravam-nos para o secretário. Valente de Andrade, saído das fileiras do “lemismo”,<sup>64</sup> escreveu, em 1913, sobre o fim do governo Lemos e considerava que os encontros entre Lemos e os intendentess propiciaram a formação da oligarquia “lemista”. Esses encontros acabaram favorecendo:

[...] enormemente, os planos ambiciosos do proprietário da Província. Os inoportunos [os intendentess] que lhe vinham da de Justo Chermont eram recebidos com festivos abraços, frases carinhosas e xícaras de café. Todas as suas pretensões eram facilitadas e, no dia seguinte a Província noticiava, em frases cativantes a estadia na capital, do –“nosso distinto amigo”– intendente de tal parte. Regressando ao interior levavam com entusiasmo a notícia das amabilidades de Lemos. Em breve, entre eles e os chefes políticos havia além de cordialidade de relações, mais a *solidariedade* que resulta entre cúmplices de certos atos [que] começam a desvirtuar o regime<sup>65</sup>.

Se a aproximação de Lemos com esses intendentess foi facilitada pela atitude omissa dos presidentes que proporcionaram aos intendentess irem encontrar em Lemos a atenção que lhes tinha sido negada, a própria função de secretário do partido por si só já chama a atenção. Não será um ex-secretário alguns anos mais tarde a minar a influência de Lemos?<sup>66</sup> Um secretário era responsável por receber e ler os ofícios, fazer a triagem e, muitas

<sup>63</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira: da Colônia à Primeira República*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969, p.89. Ver também: Idem. “O coronelismo: uma interpretação sociológica”. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira: O Brasil Republicano - Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1977.

<sup>64</sup> Trata-se da demissão de Valente de Andrade que fazia parte do quadro de redatores de *A Província do Pará*, “Como se alija um homem”, in: *Folha do Norte* 26/05/1907 p.1; idem, in: *Folha do Norte* 28/05/1907 p.1.

<sup>65</sup> ANDRADE, Valente de. *Evolução Política: A queda das oligarchias*. Belém: Typographia da Livraria Escolar, 1913, p.159. (grifo nosso)

<sup>66</sup> Referência a João Coelho que fora eleito pelo PRP para substituir Augusto Montenegro no cargo de governador do Estado. Coelho substituiu Antonio Lemos no cargo de secretário do PRP quando este assumiu a presidência executiva do partido. Ver: SARGES, op. cit.

vezes, as próprias respostas das correspondências endereçadas ao presidente. Desse modo, era o grande intermediário entre o presidente inacessível e os seus correligionários<sup>67</sup>. Maria Luzia Álvares considera três aspectos fundamentais desse contato: o apoio clientelístico, o que possibilitava as lideranças um maior trânsito dentro do partido; o fortalecimento da liderança no interior, que estivesse em harmonia com seus princípios políticos; e, é claro, o “apoio personalístico”<sup>68</sup>. Inegavelmente, o secretário sabia muito bem cativar e aguçar a vaidade desses homens, vindos dos mais variados e distantes pontos e que tinham sua estadia na capital não só noticiada, mas também acabavam sendo lisonjeados em um dos maiores jornais do Estado.

De fato, podemos afirmar que essa estratégia foi acertada, pois a solidariedade<sup>69</sup>, para usar o termo empregado por Valente de Andrade, estabelecida entre Lemos e essas lideranças políticas foram essenciais para a constituição do que em breve viria a ser sua base aliada e “[...] quando o diretório do partido percebeu, ele já havia empolgado toda a força eleitoral do interior [...]”<sup>70</sup>. A partir desse fato, é possível compreender o motivo pelo qual a vitória obtida no Congresso do Partido Republicano do grupo liderado por Lemos, não pode ser entendida como resultado apenas de alguns dias em que ele esteve no exercício do cargo de Presidente interino do partido, mas como fruto de um longo processo de cooptação política de aliados, marcado pela absorção “[...] de novos elementos na liderança, ou na estrutura partidária como meio de serem ameaça à estabilidade ou à existência da organização do aparelho de Estado”<sup>71</sup>, artifício que se mostrou superior aos esforços realizados pelos

---

<sup>67</sup> Guardadas as devidas diferenças basta conferir, por exemplo, as funções atribuídas ao secretário na Câmara dos Deputados. In: *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Belém: Secção de Obras d’A Província do Pará, 1906, p. 8-9.

<sup>68</sup> ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. *Saias, Laços e ligas: Construindo imagens e lutas (um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses-1910-1937)*. Belém, 1990. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos: Universidade federal do Pará, 1990, p.107-108.

<sup>69</sup> Não se trata de escolha de uma palavra feita aleatoriamente, como solidariedade implica em uma relação dependência e auxílio mútuos, ela torna-se mais apropriada para referir-se a relação estabelecida entre Antonio Lemos e as lideranças políticas, posto que de caráter muito mais equilibrado entre os sujeitos envolvidos. Diferentemente do conceito de clientelismo que implica na relação extremamente hierárquica de troca entre atores com poderes desiguais. O que não significa que esta relação (Lemos e os coronéis) poderia assumir também um caráter clientelista. Sobre clientelismo ver: GRAHAN, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. Graham aproveitando-se da elasticidade do conceito de clientelismo acaba utilizando-o até para explicar a relação entre senhor e escravo na sociedade brasileira do século XIX, portanto o clientelismo estaria presente nas ações desde o rei/imperador até o último elemento da hierarquia social. (p. 44 *et. seq*)

<sup>70</sup> ANDRADE, Valente de. Op. cit., p.159.

<sup>71</sup> FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1897, p.16.

partidários de Lauro Sodré. Portanto, é possível afirmar que paciência que Antonio Lemos tivera ao receber os políticos do interior começava a ser recompensada.

A partir desse viés de inquirição não causa espanto o fato de que justamente no momento em que Lemos acumulou os cargos de presidente do PRP e intendente de Belém, as bases políticas que lhe garantiram a direção política estadual, por cerca de quinze anos, já estavam consolidadas, pois, doravante, passou a receber das lideranças interioranas o apoio político necessário para eleger os candidatos que indicava. Em contrapartida, os chefes políticos tinham o apoio do partido e de Lemos nas suas ações, essa era uma forma de reconhecimento da autoridade adquirida pelos coronéis dentro dos municípios.

Para esses coronéis afiançarem a legitimidade de sua influência nos seus municípios era necessário que angariassem o maior número de eleitores (leia-se votos) aos partidos por eles representados. Era comum na imprensa a publicação de listagem de eleitores arregimentados por essas lideranças, conforme fizeram questão de publicar José Joaquim Dias e José Porphirio de Miranda Jr., ambos eram líderes, respectivamente, das comissões municipais do PRF e do PRP do município de Souzel (ver figura 01, p.52 e mapa p. 54). José Porphirio divulgava no jornal *A Província do Pará* uma lista de eleitores do PRP, a fim de deixar clara a sua capacidade de angariar prosélitos a causa do seu partido<sup>72</sup>.

Doravante, a disputa tomava outro rumo, agora o esforço era para deslegitimar as adesões do rival, como fizeram os “lauristas” por meio da pena dos redatores da *Folha do Norte*, que segundo o articulista, o rol de nomes apresentados por José Porphirio no jornal *A Província do Pará* teria sido “[...] arranjado, e a primeira prova é o amontoado de ‘eleitores natos’ publicados [...]” e complementa a denúncia informando que:

De Souzel não veio telegramma algum.

No Alto Xingu, onde mora Porfírio, difficeis são as comunicações, e ninguém as torna mais facies com o fim especial de emprestar prestigio a quem não o tem.

O longo abaixo assignado que o publico vio estampado e com o qual julgou-se vitorioso em Souzel o prudentismo, não passa da lista de seringueiros, fregueses de Porfírio, grande numero delles analphabetos e todos são alistados como eleitores, n’aquele municipio, como não é o próprio José Porfírio.

Basta ver que elles próprios se chamaram, para disfarçar a cousa, - eleitores- natos.

<sup>72</sup> “Jornal Politico: Nosso partido no Xingu”, In: *A Província do Pará* 01/11/1897 p.2

Por aí vê-se a falta do homem, do chefe ou cousa que valha que quer favonear-se com a influencia e geral estima que deixou seu tio, o estimado comerciante, sr. Agrário Cavalcante<sup>73</sup>.

Bastante significativo o conteúdo a respeito do processo de arregimentação eleitoral, não interessa propriamente saber se o que o articulista informa aos seus leitores era realmente “a verdade” a respeito dos fatos ocorridos. No entanto, importa aqui é a possibilidade do que foi narrado ser verossímil, considerando-se as condições de trabalho nos seringais e do domínio exercido pelos seringalistas sobre os seringueiros<sup>74</sup>. Conforme expresso no diário “laurista”, a lista apresentava uma série de irregularidades como a classificação desses eleitores como naturais do Pará, tendo em vista que grande parte dos homens que se internavam no interior da floresta amazônica era oriunda de outros Estados da federação, sobretudo, dos localizados na região nordeste<sup>75</sup>, fato que seria agravado pela condição de analfabetos desses trabalhadores, o que de acordo com a legislação eleitoral os impediria de serem eleitores. O próprio José Porphirio era baiano e havia chegado ao Pará no início dos anos de 1890, sua mudança para o Alto Xingu atendia uma solicitação de seu tio o comerciante Agrário Cavalcante que já havia se estabelecido no Xingu por volta de 1880. Em 1909, José Porphirio encomendara um livro sobre o município de Souzel, notadamente a história do município, ou melhor, da região do Xingu se confunde com a história de sua vida, ambos prosperariam conjuntamente. Apresentado como o grande transformador e propulsor dos “progressos” daquela extensão do interior paraense, favorecido com a mudança do regime político e sendo denominado como “o rei do Xingu”<sup>76</sup>.

Foi sucinta a replica de José Porphirio ao chamar de gracioso o artigo da *Folha* e asseverar que sua resposta se dará nas urnas, por ocasião das eleições a Presidência da República marcada para março de 1898, na certeza de que “[...] até o próprio José Dias, sem o menor constrangimento, há de votar nos nomes gloriosos de Campos Salles e Rosa e Silva”, replicava em tom provocativo o seringalista<sup>77</sup>. A propósito dessas eleições para o executivo federal voltaremos mais adiante.

<sup>73</sup> “Souzel”, in: *Folha do Norte* 11/11/1897 p.1. Essa não é a primeira acusação sobre as adesões obtidas por José Porphirio, o seringalista estaria negaceando eleitores levando-os a assinar abaixo-assinados sem lhes esclarecer o conteúdo. Ver: “Protestos: Souzel”, in: *Folha do Norte* 15/10/1897 p.1.

<sup>74</sup> LACERDA, Franciane Gama. “A vida e o trabalho nos seringais”. In: FONTES, Edilza (Org). *Contando a História do Pará: da Conquista à sociedade da borracha* (séc.XVI-XIX). Belém: E.Motion, 2002, pp.295-318.

<sup>75</sup> SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, pp.87-118.

<sup>76</sup> CAMPOS, Américo; ABREU, Lindolpho. *O município de Souzel*. Belém, 1909.

<sup>77</sup> “Secção Geral”, in: *A Provincia do Pará*, 19/09/1897, p. 2.

## 1.2. A interiorização das disputas políticas entre “lauristas” e “lemistas”

Mal beirava a canoa do matuto que vinha para as eleições, ou para algum negócio seu, era o pobre-diabo agarrado, obrigado a optar entre o *viveiro do Sr. major* e o *viveiro do Sr. tenente*. Se não era dos conhecidos como tendo dedicação constante ao partido, era conduzido ao viveiro e lá encerrado até chegassem a ocasião de aproveitar-se-lhe o voto. Os liberais rondavam o viveiro conservador e os conservadores o viveiro liberal, no intuito de *furtarem* algum votante desgarrado<sup>78</sup>.

A Constituição federal de 1891 possibilitava aos Estados deliberarem sobre a política municipal o que resultou na adoção de diferentes formas de escolha do poder executivo municipal. Em alguns Estados, a escolha era feita pela Câmara, ou ainda, deixava-se a critério do governador a indicação<sup>79</sup>. No caso do Pará, a Constituição estadual estabelecia a realização de eleições nos municípios para os cargos de intendente e vogaes<sup>80</sup>, assim chamados o chefe do executivo municipal e os membros do Conselho Municipal, respectivamente.

As eleições municipais de junho de 1897 no Pará, embora tenham ocorrido antes da cisão do PRP, não ficou isenta das querelas entre “lauristas” e “lemistas”, pelo contrário, garantir um correligionário frente ao executivo municipal era de suma importância. Não é de admirar, então, que o processo eleitoral de alguns municípios tenha levado as facções a gastarem muita tinta nos impressos da capital paraense e, novamente, são os correligionários de Souzel que voltam à cena.

A pendenga recomeça motivada pelo questionamento da legitimidade do processo eleitoral. José Joaquim Dias teria enviado um ofício ao governador do Estado, informando a respeito de sua posse na intendência de Souzel em 15 de novembro. Mas como poderia ter ocorrido o fato relatado, se estava em Belém em novembro e apenas embarcou com destino a Souzel no dia 13 daquele mês? E mais tendo embarcado em uma linha de vapor que nem sequer tem como destino a região do Xingu<sup>81</sup>.

<sup>78</sup> SOUZA, Inglês de. *Coronel Sangrado*. Belém: EDUFPA, 2003(Coleção Amazônia), p. 174 (grifos do autor). O literato nos explica o que os viveiros eram “casas em que se prendiam os votantes incertos, fartando-os de carne fresca e cachaça até a hora de seguirem para a igreja, em bandos, guiados pelos chefes, e guardados por todos os cabos. Votante que pusesse o pé no viveiro não podia sair sem licença, ou sem acompanhamento”. (p. 172)

<sup>79</sup> NICOLAU, Jair. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, pp27-28.

<sup>80</sup> Corresponderiam aos cargos atualmente de prefeito e vereadores dos municípios.

<sup>81</sup> “Intendente de Souzel”, in: *O Pará* 16/12/1897 p.2.

Segundo esclarece o autor do artigo, seria impossível que José Joaquim Dias chegasse a Souzel antes do dia 16 de novembro. Portanto, o ato que relatou no ofício não teria ocorrido e ainda argumentava que por ser o ofício datado de 24 daquele mês, essa seria a data mais provável em que José Joaquim Dias teria aportado no município e efetivado a posse do cargo. Ato grave para o qual se solicitava uma urgente averiguação por parte do governador do Estado, para o qual era sugerido que solicitasse as atas de reconhecimento da eleição e da posse e da lista de passageiros da embarcação citada, esclarecendo, assim, se José Dias estava ou não entre os seus passageiros.

Por outro lado, não menos graves foram as denúncias estampadas no jornal “laurista” sobre a atuação da liderança “lemista” naquele município, José Porphirio de Miranda Jr. seria o causador de uma verdadeira “anarchia no interior”, esse era o tom do artigo que informava:

Nos últimos dias do anno que acaba de findar, chegou a Souzel um tal José Porphirio acompanhado de capangas e no dia 29 pela manhã assaltaram a intendência arrombando portas e apossando-se de tudo.

Com elles estava um vogal, de nome Francisco Tenório , que nem é da metade antiga, nem é dos mais votados.

O sr. Dias, intendente cuja posse e cuja legitimidade o governo do Estado já reconheceu, achava-se em Porto de Moz por 2 dias, tendo em todo caso passado o exercício ao vogal mais votado, sr. João Ferreira da Gama, que ao tempo do assalto, por morar fora de Souzel, ainda não se achava alli.

Occupada a intendência, com visível criminalidade, os assaltantes de tudo tomaram conta, investiam-se das funcções que não teem e ate demitiram funcionarios.

E Tenório, graças a esse assalto, está funcionando como intendente<sup>82</sup>.

Versão completamente distinta do episódio foi apresentada, no dia seguinte, nas páginas de *O Pará*, o qual se preocupava em esclarecer aos seus leitores que:

Foi, pois, temendo o vergonhoso desastre eleitoral, que José Dias abandonando o município de Souzel, há muito que se acha quasi que residindo em Porto de Moz,[...]. Ora, seria realmente para lamentar que o eleitorado de Souzel não podesse concorrer a eleição e o nosso distincto amigo capitão José Porphirio, com a responsabilidade de um chefe político de prestígio, reuniu os vogaes e apresentou-se para assistir a divisão seccional e organização das mesas, alem de evitar que a immoralidade dos planos dos patrões políticos do sr. Dias tivesse execução.

[...]

O sr. Dias em vez de vir queixar-se aos seus patrões políticos fará melhor prestando ao publico contas dos rendimentos do município de Souzel<sup>83</sup>.

<sup>82</sup> “Anarchia no interior”, in: *Folha do Norte* 06/01/1898 p.2.

<sup>83</sup> “Anarchia no interior”, in: *O Pará* 07/01/1898 p.2.

Há uma clara sobreposição dos argumentos expostos, as acusações sobre as eleições municipais confundem-se com o pleito para presidente que seria realizada em março daquele ano e, ainda, com acusações sobre as irregularidades na administração municipal. No início do ano de 1898, estavam marcada as eleições para o cargo de Presidente da República, eram os principais concorrentes: Campos Sales e Lauro Sodré, este candidato de Francisco Glycerio apoiado pelo PRF no Pará, aquele contava com o apoio de Prudente de Moraes e do Partido Republicano Paraense. Cabe destacar que se alegava que a decisão de Lauro Sodré em apoiar Glycerio foi motivada por pura vaidade em nome de sua candidatura a Presidência da República<sup>84</sup>. O jurista Ricardo Borges, em *O Pará Republicano*, não deixa de enfatizar na sua explicação para a cisão do PRP os papéis de Antonio Lemos e Lauro Sodré como polarizadores, mais do que isso, Borges busca justificar a atitude de Sodré como fruto não apenas de suas pretensões de âmbito nacional, bem como do “[...] maquiavelismo de Glycerio [...]” que sabia que só o PRF poderia viabilizar esse desejo do líder paraense<sup>85</sup>.

Essa era a primeira disputa eleitoral após a cisão do PRP e o surgimento dos grupos “lauristas” e “lemistas”, eleição que no caso do município de Souzel seria prejudicada pela omissão do intendente na organização das mesas eleitorais, conforme a versão do *O Pará*; já na *Folha*, a intervenção, ou seja, a intromissão de José Porfirio nos assuntos da intendência teria por motivação destituir José Joaquim Dias do seu cargo:

O Pará” devia aconselhar seu alludido amigo para formar um partido serio que somente discutisse política e não um partido de faccinoras, etc...

Quanto a dizer “O Pará” em seu alludido artigo “que seu distinto amigo José Porfirio com a responsabilidade de chefe, reuniu o conselho Municipal de Souzel para proceder a divisão do município [em secções eleitorais]”, contestamos, porque se assim fosse o Conselho ter-se-ia reunido no dia 24 e não 29 de dezembro ultimo como fez.

Depois para uma simples reunião de Conselho não precisaria [de] tanto aparato do sr. Porfirio, reunido o povo, chegado a Souzel a horas mortas da noite e aquartelando-se na casa da Intendência, cujo o único portão fora aberto independente de chave.

[...]

À vista do exposto, diga “O Pará”: Houve ou não anarquia em Souzel?

No caso afirmativa por quem é promovida?<sup>86</sup>

<sup>84</sup> “Os abyssinios do Pará”, in: *Folha do Norte* 14/09/1897 p.1.

<sup>85</sup> BORGES, Ricardo. *O Pará Republicano (1897-1929)*: ensaio histórico. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983, p. 103.

<sup>86</sup> “Anarchia no interior”, in: *Folha do Norte* 10/01/1898 p.3.

Se o resultado dessa eleição é conhecido por todos com a vitória de Campos Sales, por outro lado, o resultado da sua apuração em Souzel chama a atenção: Campos Sales, 215 votos; Rosa e Silva 215; Lauro Sodré 2. Esta era a forma que José Porphirio dizia responder as “[...] calúnias e injúrias[...]” com que tinha sido atacado “[...] por um papeluxo (sic) rotulado-Folha do Norte[...]”<sup>87</sup>.. No mesmo numero do jornal é publicado um abaixo assinado dos vogaes protestando contra o intendente José Dias, solicitando que ele oportunamente venha amortizar “[...] o grande desfalque dos cofres municipais em consequência das retiradas criminosas dos dinheiros públicos feitas pelo referido intendente”<sup>88</sup>.

Em protesto dirigido ao Governador Paes de Carvalho, o então intendente de Souzel, José Joaquim Dias, não deixa de se queixar a respeito dessas ações praticadas por José Porphirio, solicitando providencias para os fatos “[...] poucos edificantes [...]” que estavam ocorrendo em Souzel, os quais estariam lesando tanto os interesses do município como os seus particulares. Em virtude desse fato, recorriam à imprensa para deles protestar contra “[...] os abusos e violências que se estão praticando, em minha propriedade [...]”, queixava-se Dias. O reclamante explicava ainda que estariam “[...] matando aqui alguns bois que possuo, e que depredações se tinham praticado em bens de minha propriedade, o que constitui um crime público passível de pena [...]”<sup>89</sup>.

O apelo de Dias a Paes de Carvalho evidencia o quanto essas disputas poderiam ir às últimas consequências, pois José Porphirio não ameaçava a integridade física do seu adversário, afinal dentro dessas disputas nos municípios, o assassinato dos adversários políticos era algo comum, tanto que “[...] o mandatário e o braço executor não eram molestados ou eram facilmente absolvidos, desde que tivessem força e prestígio [...]”<sup>90</sup>. Em todo caso, havia a possibilidade de prejudicar seu adversário economicamente, isso se deve, justamente, pelo fato de que o número de eleitores de um candidato poderia ser medido pelo seu poder econômico. Entretanto, não pode ser ignorada a evidência de que ambos eram proprietários de seringais no Xingu adicionando as suas contendas outros interesses que extrapolavam a simples arregimentação de eleitores<sup>91</sup>.

<sup>87</sup> “Correspondencia política”, in: *O Pará* 16/03/1898 p.2.

<sup>88</sup> “Souzel”, in: *O Pará* 16/03/1898 p.1.

<sup>89</sup> “Anarchia no interior”, in: *Folha do Norte* 08/04/1898 p.3.

<sup>90</sup> Segundo Maria Isaura P. Queiroz. Cf: QUEIROZ, *Mandonismo local...*, p.92.

<sup>91</sup> José J. Dias era também era proprietário de seringais, segundo consta no registro de titulo de posse solicitado por D. Carolina Nunes Souza, o terreno requerido tem como limites os “[...] seringais de José Joaquim Dias [...]” Cf: Registro de título de posse n.25 do lugar “Bela Vista” de D. Leopoldina Carolina Nunes Souza. In: Registro de posse. Município de Souzel (1899-1904) Livro s/n, registro n.25 pp.19v, 20, 20v. Arquivo do Instituto de

Em Cachoeira, município que fica localizado na ilha do Marajó (ver figura 01, p.52) ocorreu a cerimônia de posse no Conselho Municipal do cargo de intendente para Guilherme Antonio Pereira Feio e dos cargos de vogaes para João Matteus da Gama, Rufino Antonio da Silva e Milton Oliveira, o único problema apontado pelos seus opositores era que tais cargos não seriam seus de direitos, pois haviam sido eleitos para aqueles cargos Bento Lobato de Miranda, Sebastião Diniz e Antonio Marcellino de Medeiros Cuimar, respectivamente. Isso era resultado da forma como agiu:

[...] a comissão de poderes, [que] sob motivos capciosos, imprudentes e imaginários, opinou pela anulação das eleições da quarta seção, pelo Conselho Municipal incoherente e ilegalmente depurou aqueles candidatos, e reconheceu eleito intendente o cidadão Guilherme Antonio Pereira Feio, que obteve votação em segundo lugar[...]<sup>92</sup>.

O tom de denúncia presente nas narrativas apresentadas pelos dois lados dessa querela evidencia o quão importante era o convencimento dos seus (e)leitores. Já nas primeiras décadas do século XIX, à medida que a imprensa desenvolve-se, será largamente usada numa verdadeira guerra entre os jornalistas no processo de Independência, marcada pelo uso de uma linguagem vulgar e pela troca de insultos<sup>93</sup>. Já em fins do XIX e início do XX, o aprimoramento técnico da imprensa possibilitou que o jornal se consolidasse como o principal meio de comunicação do período e, por conseguinte, proporcionou a essas disputas políticas uma nova dimensão. Nada mais era do que o papel da imprensa enquanto divulgador, estruturador e de centralizador das visões dominantes. Desse modo, o embate deve ser compreendido como uma disputa de e pelo poder<sup>94</sup>. É o que possibilita a compreensão do conteúdo desses artigos que pretendiam gerar polêmica entre os leitores, pois:

---

Terras do Pará (ITERPA). Consta também o registro n. 26 da mesma requerente, no qual consta nos seus limites “[...] pelo lado de baixo os seringas da posse ‘Cachinjuba’ pertencente a Jose Joaquim Dias[...]”. Registro de título de posse n.26 do lugar “Bom Retiro” de D. Leopoldina Carolina Nunes Souza. In: *Ibidem*, pp. 21,21v.

Na documentação do arquivo do ITERPA nos livros de registros de posses consultados do período de 1892 a 1904 não encontramos registros requeridos por José Porphirio de Miranda Júnior, todavia assim como no caso de Dias encontramos referência de sua propriedade no registro solicitado por terceiros como no caso do posseiro José Lima de Oliveira na descrição dos limites do terreno desse requerente consta “[...] pelo lado de cima com um pequeno igarapé que divide esta posse com os terrenos demarcados do coronel José Porphirio; pelos fundos com terrenos do mesmo coronel José Porphirio e pela frente com o rio Xingu [...]”. Cf: Registro de título de posse n.60 do lugar “Liberdade” de José de Lima Azevedo. In: *Ibidem*, pp. 47v, 48.

<sup>92</sup> “Correspondencia Política: Cachoeira”, in: *O Pará* 09/01/1898 p.4.

<sup>93</sup> LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: A guerra dos jornalistas na Independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>94</sup> BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa: poder e público*. Rio de Janeiro: Vícios de Leitura, 2000, p.162.

A polêmica como um modo específico de prática intelectual se aproxima, em sua estrutura, da política partidária e parlamentar e das lutas entre as oligarquias. Mas a luta se dá sempre entre iguais. O combate é travado sempre entre indivíduos situados em campos idênticos, onde sobressai o exagero retórico e teatral das diferenças e oposições. [...] Os donos dos jornais polemizam com os olhos voltados para as reações do público e para a forma como o debate seria recebido. O locutor não se dirige apenas ao adversário. O seu objetivo é atingir o leitor<sup>95</sup>.

No caso dos jornais, a polêmica instaurada pelos jornalistas deve ser compreendida como mais uma arena na qual eram travadas as disputas políticas partidárias, uma vez que os jornais *O Pará* e a *Folha do Norte* estavam comprometidos com as causas dos partidos. O alvo sem dúvida foi o leitor-eleitor que poderia ser convencido a aderir à causa de um dos partidos.

No entanto, o jornal não era o local em que os impasses dessa natureza seriam resolvidos. As disputas eleitorais não eram necessariamente resolvidas nas urnas, elas acabavam não com a contagem dos últimos votos dos eleitores, mas nos votos dos parlamentares do Congresso do Estado, que davam o veredicto final acerca do processo eleitoral. Vejamos com mais calma acompanhando alguns casos.

Em 26 de maio de 1898, o coronel Bento Lobato de Miranda, proprietário rural na ilha do Marajó, obteve o reconhecimento da sua eleição ao cargo de intendente do município de Cachoeira<sup>96</sup>. O reconhecimento do Congresso do Estado foi antecedido de inúmeras visitas do coronel à capital, as quais foram registradas nas páginas de *O Pará*<sup>97</sup>. O coronel Bento Lobato de Miranda compareceu a redação do jornal um dia antes da aprovação do reconhecimento da eleição, isto é, dia 25<sup>98</sup>. É necessário esclarecer que as reuniões da Comissão do PRP ocorriam no mesmo prédio que funcionavam as oficinas e a redação do *O Pará*, por isso visitar o jornal abria espaço para uma reunião política entre o coronel de Cachoeira e Antonio Lemos. Essa eleição foi contestada pela *Folha do Norte*, em defesa do ex-intendente Guilherme Feio, afirmando que Bento Lobato “[...] não teve um só voto para o lugar que o investiu a lei [...]”<sup>99</sup>.

---

<sup>95</sup> Ibidem, p.162.

<sup>96</sup> Lei nº 542 de 26 de maio de 1898. Cartas de lei de 1898. Código: 2144. Arquivo Público do Estado do Pará (APEPA)

<sup>97</sup> Ver por exemplo: “Belém Político”, in: *O Pará*: 30/01/1898 p.2; Idem 20/02/1898 p.1; Idem 08/03/1898 p.2; Idem 06/05/1898 p.2.

<sup>98</sup> “Visitou-nos hontem o sr. coronel Bento Lobato de Miranda, presidente da comissão municipal de Cachoeira”. “Belém Político”, in: *O Pará* 26/05/1898 p.2.

<sup>99</sup> “O caso de Cachoeira”, in: *Folha do Norte* 18/07/1898 p.1.

De modo geral, os argumentos favoráveis às anulações variavam de acusações que iam de irregularidades na formação das comissões para a organização da eleição a fraudes como: atas duplicadas e votação de bico de pena. Cabe destacar que a fraude não foi uma prerrogativa do regime republicano, mas era uma prática recorrente desde o Império<sup>100</sup>. A grande modificação que ocorreu deu-se na própria organização da eleição, pois a legislação republicana deixou a cargo dos Conselhos Municipais, tanto a divisão das secções eleitorais quanto a escolha dos membros das mesas de votação<sup>101</sup>.

O que contribuiu para a permanência por longos anos de indivíduos e/ou grupos nos municípios, pois ficava sob a responsabilidade do Intendente e vogaes do Conselho Municipal, a preparação das eleições para todos os cargos desde o executivo federal ao municipal<sup>102</sup>. Todavia essa autonomia dos municípios esbarrava no reconhecimento de sua Verificação de Poderes, o que era realizado pelo Congresso do Estado. Essa era, de fato, a última etapa do processo eleitoral. Assim, quando existia algum tipo de dissonância política entre os candidatos eleitos nos municípios e o grupo oligárquico dominante, o Congresso do Estado tornava-se o local em que poderiam ser solucionadas as divergências.

O desenrolar da discussão do projeto referente ao município de Souzel chama a atenção por reunir outros ingredientes a trama. Inicialmente, tal projeto foi aberto na Câmara dos Senadores<sup>103</sup>, o grande ponto de discórdia, estabelecida entre os parlamentares da casa, envolvendo o projeto era que a proposta contrariava a própria lei eleitoral, visto que não havia sido realizada a verificação de poderes pelo Conselho Municipal de Souzel. O projeto foi veementemente criticado e rejeitado pela oposição. Nesse contexto, asseverava o senador do PRF, Theotônio de Britto, que as leis só eram respeitadas quando:

[...] têm o defeito de não pertencerem à parcialidade política da maioria.

[...]

Não tenho outro intuito quando venho à tribuna, venho sempre convencido de que perco meu tempo, pois não há razões, não há leis que convençam a maioria quando as questões que se suscitam prejudicam interesses partidários dos membros da comissão<sup>104</sup>.

<sup>100</sup> NICOLAU, op. cit, pp10-26.

<sup>101</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>102</sup> SIMÕES, Fulgêncio Firmino. *Regimen Municipal do Estado do Pará: Lei Orgânica n.226 de julho de 1894*. Belém: [...],1908

<sup>103</sup> *Annaes da Câmara dos Senadores do Estado do Pará*. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1898. Vol. VIII, p.61.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p.87.

Desse modo, o Senado estaria interferindo na autonomia do município, já que caberia a este o reconhecimento ou não do processo eleitoral municipal<sup>105</sup>, somente a partir desse reconhecimento é que poderia ter sido feito o projeto. A maioria do Senado indiferente a esses argumentos apresentados pela oposição aprovou o projeto que foi encaminhado para a Câmara dos Deputados<sup>106</sup>.

Novamente, a maioria pertencente ao PRP mostrou-se indiferente aos argumentos oposicionistas, sendo o projeto aprovado e encaminhado à Câmara dos Deputados. Nessa casa, eram acrescentadas outras irregularidades ao requerimento enviado de Souzel que solicitava a anulação:

A petição que está aqui [...] o seu corpo e a certidão são do proprio punho do sr. capitão Jose Porphirio de Miranda Junior, somente subscrito pelo secretario do conselho.

[...] não me parece ser regular o mesmo individuo fazer o requerimento e passar a certidão!

[...]

O Conselho foi composto por cinco membros; falta um nome, logo quem fez o requerimento e passou a certidão, e o secretario que a subscreveu, são os dois responsáveis.

A letra é do sr. Jose Porphirio de Miranda Junior, porque está no fim um petição assinada por elle e, fazendo-se o confronto de uma com a outra, vê-se que são da mesma pessoa<sup>107</sup>.

Ao fim de uma longa argumentação sobre as infrações eram solicitadas providências, averiguação por parte do governador do Estado. A resposta dada pelo deputado do PRP, Arthur Lemos, era de caráter bastante esquivo, limitando-se a afirmar ao deputado do PRF:

Se devesse atender ao natural interesse da discussão, certamente não acompanham a s. exc. Em *tamanhas miudezas e detalhes*, que fatigam o espírito e nem sequer causam impressão, porque naturalmente a câmara, quando não é arrebatada pelo alcance ou imponência da argumentação, assiste a esta longa exposição com o espírito fatigado e sem a necessária atenção. E faz bem<sup>108</sup>.

Quanto às acusações de fraude e falsificações, limitou-se a tratá-las como miudezas e detalhes que apenas provaram cansaço aos ouvintes, mas a continuação do debate merece atenção:

<sup>105</sup> Ibidem, pp.87-89.

<sup>106</sup> Ibidem, p.125.

<sup>107</sup> *Annaes da Câmara dos Deputados do Estado do Pará*. Belém: Typ. do Diário Official, 1898. Vol. VIII, p.247.

<sup>108</sup> Ibidem, p.249(grifo nosso).

[...] O nosso honrado colega discorreu sobre o assunto de modo brilhante, mas nada provou s. exc. Ocupou-se quase totalmente na defesa de seu parente o capitão Jose Porphirio de Miranda Junior, eu faria a mesma cousa: defenderia meu parente das acusações que lhe são feitas nos documentos que já li perante a câmara.

O sr. Arthur Lemos: - Não é meu parente.

O sr. Salazar: É cunhado de v. exc.[...]

Sr. Presidente, disse s. exc. , que os jornais desta capital já trataram do alcance em que se achava o atual intendente de Souzel, quando foi reeleito.

[...]

Ora, sr. Presidente, se o que dizem certos jornais desta capital desacreditassem a alguém, muita gente boa estaria desacreditada ou pelo menos, com a reputação abalada<sup>109</sup>.

A parte final da fala de Salazar remete às acusações apresentadas inicialmente sobre o intendente eleito pelo PRF: José Dias. O deputado não questionava a credibilidade do jornal enquanto meio de comunicação, mas de “certos jornais”, entenda-se nesse caso o órgão de imprensa do adversário e deixa evidente, também, o quão corriqueiras tornaram-se as acusações nessas folhas. De modo que, em alguns casos, os parlamentares e outros envolvidos em polêmicas levantadas nos jornais nem se preocupavam em respondê-las.

Por outro lado, deve-se observar atentamente os primeiros argumentos apresentados pelo deputado Salazar, que ironicamente afirma compreender perfeitamente o empenho do seu colega Arthur Lemos, pois se tratava da defesa de um “parente”. A explicação dessa relação de parentesco, que emergiu na fala do deputado da oposição, pode ser explicada pelo fato de que José Porphirio de Miranda Junior, após ficar viúvo, casou-se novamente, desta vez com Rosalina Lemos, sobrinha do senador Antonio Lemos e irmã de Arthur Lemos. E ao que parece, o seringalista não mediu esforços para entrar na família Lemos, pois o rumor que persistia na região do Xingu, onde se localizava o município de Souzel, é que José Porphirio “[...] fez matar sua primeira esposa para poder casar-se com Rosalina Lemos [...]”<sup>110</sup>.

Ao que concerne a esse crime atribuído a José Porphirio, não foi encontrada referência alguma nas fontes consultadas. Isso chama a atenção, pois não são poucas as acusações feitas a ele por meio da imprensa, como a que consta no jornal *Diário de Notícias* de 1897. O artigo foi justamente motivado pela notícia de seu casamento com Rosalina Lemos, pois visava chamar a:

<sup>109</sup> Ibidem, p.250.

<sup>110</sup> WEINSTEIN, op.cit, p. 347.

[...] atenção do sr. senador e do sr. deputado ... para o projectado casamento de sua parenta, senhora que a sociedade paraense se ufana de ter em seu seio, com um celebre capitão Porfírio do Xingu, pois para que em tempo possa prevenir desgostos futuros e funestas consequências, é bom que saibam quem é esse sujeito que neste Estado se apresenta como cousa que presta, mas que em S. Raymundo Nonato, no Piauhy onde residio era considerado, assim como a *illustre* família de Cacos de que faz parte, como a escoria dos assassinos do Piauhy[...]<sup>111</sup>.

Claramente, o artigo era destinado a Antonio Lemos e a Arthur Lemos. Segundo o seu autor, José Porphirio teria assassinado dois homens em São Raymundo e não estava preso devido às relações “[...] intimas, ilícitas e vergonhosas [...]” com o juiz de direito do local<sup>112</sup>.

Notadamente, com o novo regime instaurado em 1889, há um fortalecimento dos partidos políticos. Portanto, é inegável que a partir das alianças nos partidos eram articuladas as eleições e, ainda se fosse necessário, as suas anulações. Mas, quando se trata da análise da ação de alguns indivíduos não é possível compreender seus posicionamentos no Congresso do Estado, por exemplo, sem ter em vista os diferentes grupos aos quais esses indivíduos estavam ligados.

No caso referente ao município de Souzel, prevaleceu a versão que atendia aos interesses do PRP, os quais estavam extremamente imbricados com os interesses familiares de seu presidente Antonio Lemos. O que não causa surpresa o seu resultado: a anulação, em junho de 1898, da eleição realizada no ano anterior em Souzel<sup>113</sup>.

Portanto, mesmo considerando que os Lemos estivessem longe de ser uma família dita tradicional da sociedade paraense, isso não significa que, na sua aliança com José Porphirio, não envolvessem os interesses que, segundo Cancela, estavam presentes nas alianças estabelecidas entre famílias tradicionais e os sujeitos enriquecidos direta ou indiretamente com a atividade extrativista. De modo que:

[...] o poder e o patrimônio de um genro bem sucedido poderia vir a tornar-se um fator importante para conseguir ou fortalecer cargos administrativos e funções políticas, da mesma forma que ter um sogro ou cunhado com influencia

<sup>111</sup> “Prevenção e mofina”, in: *Diario de Noticias* 13/06/1897 p. 2.

<sup>112</sup> *Ibidem*

<sup>113</sup> Lei nº 550 de 4 de junho de 1898. In: *Cartas de Leis* de 1898. Códice 2144. (APEPA). Além de Souzel foram declaradas nulas pelo Congresso de Estado as eleições de Breves, Alemquer, Bragança, Anajás, Chaves, Monsarás por meio das leis: Lei nº534 de 21 de maio de 1898; Lei nº 539 de 25 de maio de 1898; Lei nº 567 de 13 de junho de 1898; Lei nº 571 de junho de 1898; Lei nº 589 de 23 de junho de 1898; Lei nº 594 de junho de 1898; respectivamente. In: *Ibidem*.

política poderia abrir portas a novas atividades, mercados e favores que potencializassem os negócios<sup>114</sup>.

Era fundamental aos indivíduos recém-chegados associar sua fortuna ao prestígio e ao poder para garantir sua ascensão dentro da sociedade. Mais do que isso, merece ser registrado que apesar de possuir uma grande importância na vida econômica como proprietário de seringais e comerciante de borracha, José Porphirio apenas se lançou na disputa pelo cargo de Intendente de Souzel após seu casamento. Mas, não podemos deixar de levar em consideração que ser um membro da família Lemos dava justamente o respaldo político necessário a ele nos embates partidários que ultrapassavam os limites do município de Souzel.

Com a vitória da família Lemos no Congresso, a nova eleição em Souzel acabou sendo remarcada para 15 de agosto de 1898, José Porphirio lança-se como candidato do PRP ao cargo de intendente e apesar do notório esforço realizado por ele e pelos seus correligionários e familiares do PRP, a fim de obterem a anulação da eleição anterior em Souzel, na sua explicação para a candidatura José Porphirio afirma está apenas:

Acendendo (sic) a reiterados pedidos de meus amigos e eleitores deste município sou forçado a sair do propósito em que me achava de não querer ser o intendente de Souzel.

Sou, pois, em consideração a meus amigos que me impuzeram tamanho sacrifício, candidato a este lugar<sup>115</sup>.

E complementa seu discurso afirmando não aceitar caso eleito:

[...] o mandato por vaidade e muito menos por interesses, porque estes comparados aos meus particulares ficam muito aquém [...].

Fatias e nefandas tem sido as administrações passadas para este município que jaz no mais triste abandono com o desaparecimento criminoso das suas rendas. Revoltado o povo contra esse estado de miséria, vira-se confiante para minha humilde pessoa, exigindo enorme e pesadíssimo sacrifício de erguer este município que se estorce na miséria, dispondo alias de recursos que bem aplicados o fariam um dos mais prósperos do Estado [...]<sup>116</sup>.

O candidato do PRP, além de considerar a vitória como certa antes mesmo do pleito, não deixava de justificar sua candidatura a partir do que ele identificava como falhas ou mesmo crimes na administração anterior. Isso vale, sobretudo, quando atenta para o abandono em que diz encontrar-se o município, ou para o que se identifica como uma

<sup>114</sup> CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém 1870-1920)*. (Tese) Programa de Pós-Graduação em História Econômica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, p.286.

<sup>115</sup> “Souzel”, in: *O Pará* 04/ 08/1898 p.1.

<sup>116</sup> *Ibidem*

constante dentro do jogo político do período, isto é, o exercício de cargos públicos motivados por interesses particulares. Considerando-se o nome mais adequado para a intendência de Souzel, José Porphirio na parte final de seu discurso aumenta ainda mais o seu tom dramático ao dizer que esperava exercer o cargo com o auxílio do povo de Souzel. E acrescenta que no momento em que esse povo não estivesse mais ao seu lado esperava “[...] ter a coragem e confiança de renunciar o mandato [...]”<sup>117</sup>. As previsões do seringalista realizaram-se, pois em 15 de agosto não só ele foi eleito por unanimidade, assim como todas as vagas destinadas a vogaes foram preenchidas por candidato do PRP, como ele próprio fez questão de informar por meio de telegrama a comissão executiva do partido em Belém<sup>118</sup>.

Os interesses pessoais que emergem na fala de Jose Porphirio, como grande motivação para a disputa pelo cargo de intendente, podem ser perfeitamente compreendidos. Nas palavras de Nunes Leal, o chefe municipal também chamado de “coronel” (independente de possuir de fato essa patente) exerce:

[...] uma ampla jurisdição sobre os seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais [...]<sup>119</sup>

Mais ainda, o cargo possibilitava ao grupo que dominasse o poder executivo municipal promover retaliações de diversas formas, como foi acusado de fazer o intendente do município de Chaves, o qual por meio das leis municipais:

[...] aumenta e gera tributos exagerados e odiosos, adubados de mentira e capadoçagem, próprios do legislador...

Mentirosos porque triplicando os impostos o aumento da receita é irrisório.

[...]

Político, cria impostos aos fazendeiros, porque os maiores do município são os sr. coronel Silva Santos, dr. Jonas Montenegro e Justo Chermont, dona Brites Assis e outros adversários<sup>120</sup>.

Localizado na ilha do Marajó, o município de Chaves tinha, então, como principal atividade econômica a pecuária<sup>121</sup> e, de maneira especial os fazendeiros que são citados como

<sup>117</sup> Ibidem

<sup>118</sup> Todos os votos dos 197 eleitores que compareceram as urnas foram para José Porphirio. Ver: “Souzel”, in: *O Pará* 06/ 09/1898 p.3.

<sup>119</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 23.

<sup>120</sup> “Chaves: lei municipal”, in: *O Pará* 12/03/1898 p.2.

vítimas das leis criadas pelo intendente pertenciam ao grupo de Antonio Lemos. A reclamação foi publicada em março de 1898, já em agosto desse ano era eleito João Capistrano de Souza Vasconcellos pelo PRP com o apoio de Antonio Lemos. Portanto, a solidariedade também foi estabelecida entre Lemos e os fazendeiros da ilha do Marajó, “[...] uma vez que o intendente de Belém controlava os matadouros, arrecadava impostos sobre o gado, e firmava contratos para a distribuição de carne fresca”<sup>122</sup>. Por outro lado, possibilitava aos fazendeiros intendentos obterem maior controle sobre a exportação de gado feita dos municípios por eles administrados para Belém. Como fez o intendente de Soure solicitando ao intendente de Belém, Antonio Lemos, uma autorização para que o administrador do curro da capital fornecesse a intendência de Soure um balanço trimestral do gado oriundo desse município, pois alguns fazendeiros estariam exportando o gado por outro porto que tinha fiscalização para não pagarem os impostos devidos<sup>123</sup>.

Assim como Bento Lobato de Miranda na Intendência de Cachoeira atenderia, sobretudo aos anseios dos grandes pecuaristas do município, principalmente os apelos referentes ao furto de gado, este era assunto freqüente na imprensa considerando os “[...] incalculáveis os prejuízos anuais causados aos fazendeiros do Marajó [...]”<sup>124</sup>, tendo em vista tratar-se “[...] da única riqueza verdadeira do Estado, a mais estável e de mais futuro [...]”<sup>125</sup>. Sendo também o intendente pecuarista não causa surpresa o fato de que uma das suas primeiras providências foi reestruturar a policia rural de Cachoeira<sup>126</sup>.

---

<sup>121</sup> Um bom indicador das atividades econômicas dos 54 municípios é: *O Pará em 1900: quarto centenário do descobrimento do Brasil*. Pará: Imprensa A. A. Silva, 190, p166.

<sup>122</sup> WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: Expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993, p. 157.

<sup>123</sup> Ofício da Intendência Municipal de Soure, de 26 de fevereiro de 1898, in: Intendência Municipal de Belém. Ofícios recebidos de diversas autoridades (03/01 a 23/06/1898), o despacho de Antonio Lemos que consta no próprio ofício foi favorável ao pedido. Ainda em 1901 novo pedido de providências foi feito para que não fosse abatido na capital gado oriundo de Soure sem o pagamento dos impostos a intendência. Ver: Ofício da Intendência Municipal de Soure, de 17 de novembro de 1901, in: Intendência Municipal de Belém. Ofícios recebidos (outubro a dezembro de 1901)

<sup>124</sup> *O Pará* 12/06/1898 n.458 p.1

<sup>125</sup> Idem

<sup>126</sup> *O Pará* 16/06/1899 n.461 p.1. Como também indica um ofício de 26 de agosto de 1898 do Palácio do Governo que recomendava ao Comandante do Regimento Militar, o coronel José Sotero de Menezes “[...] que mandeis entregar ao coronel Bento Lobato de Miranda, intendente Municipal de Cachoeira, sete rifles com a respectiva munição é necessário, para tempo de paz, a fim de serem empregadas no serviço da policia rural daquele município”. Minutas de ofícios aos comandantes dos Regimentos militares. 1898. Códice 2136 (APEPA). O furto de gado era um dos grandes problemas enfrentados, já em 1894 os alguns fazendeiros da ilha do Marajó reuniram-se para criação da Associação de Fazendeiros do Marajó que tinha como intuito promover o melhoramento da indústria pastoril, e tinha como sócios fundadores: Bento José da Silva Santos; Joaquim Taveira Lobato; Vicente Chermont da Miranda; Dr. Cícero Penna; Francisco Bezerra de Moraes Rocha; Justo Leite Chermont; Dr. Germano de Lyra Castro; Cyrillo J. Ramos da Cruz; Francisco Leite Chermont; Joaquim Jonas Bezerra Montenegro; João Francisco de Miranda Pombo; Raymundo José de Miranda; Antonio M.

Não somente isso, ocupar a cadeira da Intendência poderia se tornar “[...] um meio para adquirir o controle de enormes extensões de terra não reclamadas ricas em seringueiras, ou para consolidar uma clientela local mediante o emprego simultâneo de favores políticos e força física [...]”<sup>127</sup>.

Tal situação não foi exclusividade do Pará, pois a instalação da República propiciou que se estabelecesse em todo o país uma “[...] dinâmica da apropriação territorial, caracterizada pela passagem das terras do domínio público para o domínio privado”<sup>128</sup>, processo que foi realizado pelos grupos dominantes nos Estados.

As terras devolutas que faziam parte do patrimônio da Coroa, com a República passaram a pertencer aos Estados por meio da Constituição de 1891, no seu artigo 64, permaneciam apenas a União as faixas de terra necessárias para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas federais<sup>129</sup>. A Constituição ao mesmo tempo em que dava aos Estados a autonomia, os fazia herdeiros do grave problema fundiário. O estudioso da questão agrária, Manuel Correia de Andrade, fornece a tônica da situação que se consolidou: “Assim, ao invés de trazer uma contribuição a solução do problema agrário, a fim de atenuar a pressão das classes menos favorecidas, que necessitavam de terras para cultivar, a Constituição dificultou o acesso a propriedade de terras as mesmas”.<sup>130</sup>

Cabia a cada Estado definir o que fazer com as ditas terras devolutas. No caso paraense, o então governador Lauro Sodré<sup>131</sup> resolveu provisoriamente a pendenga por força

---

Lobato; Bento Lobato de Miranda; Leonardo [---] Lobato; Emiliano da Silveira Frade; Dr. Pedro Chermont; Penna & Filhos; como representante de Leopoldina Lobato de Miranda, seu filho Bento Lobato de Miranda; como representante do Dr. Virgílio da Bohemia Sampaio, Joaquim Jonas B. Montenegro; Demetrio Bezerra da Rocha Moraes; Demetrio Bezerra da Rocha Moraes; Antero Augusto Lobato; Leonardo Lobato Tavares; João de Deus Lobato e Manuel Antonio Lobato. Estes fazendeiros seriam proprietários por mais da metade do gado existente naquela ilha. Observando os nomes dos sócios percebemos indivíduos pertencentes tanto ao Partido Republicano Paraense (PRP) partido da situação, quanto ao Partido Republicano Democrático (PRD), os quais logo após a mudança de regime político disputavam o controle do governo estadual. Na fileira do PRP tínhamos nomes como Justo Chermont, assim como no PRD estava Vicente Chermont de Miranda, um dos fundadores do PRD partido opositor. Ver: “Reunião dos fazendeiros do Marajó”, in: *O Democrata* 24/04/1894 p.2; “Associação dos Fazendeiros de Marajó”, in: *O Democrata* 13/04/1894 p.1. Sobre as disputas entre os partidos PRP E PRD ver: FARIAS, William Gaia. Op. cit.

<sup>127</sup> WEINSTEIN, Bárbara. Op. Cit., p. 121.

<sup>128</sup> SILVA, Ligia Maria Osório. “A Apropriação Territorial na Primeira República”. In: SILVA, Sergio S.; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: HUCITEC/Associação Brasileira de História Econômica/Edusp/Imprensa Oficial, 2002, p.157.

<sup>129</sup> *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 24 de fevereiro de 1891. Capturado do site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm) dia 09/02/2008.

<sup>130</sup> ANDRADE, Manuel Correia. “A questão da terra na Primeira República”. In: SILVA, Sergio S.; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). *Op. Cit.*, p. 148.

<sup>131</sup> Foi o republicano histórico que mais tempo permaneceu a frente do governo do Estado de junho de 1890 a fevereiro de 1897, quando Paes de Carvalho lhe substituiu no cargo.

de um decreto em julho de 1891<sup>132</sup>, deixando a cargo da Diretoria da Repartição de Obras Públicas o serviço de demarcação e registro de terras. A falta de uma regulamentação de como deveria funcionar o serviço deve ter causado inúmeros desentendimentos, pois em pouquíssimo tempo o serviço foi suspenso<sup>133</sup>. Meses depois, novamente por decreto eram estabelecidas as condições para revalidação das posses. Nesse decreto, havia a preocupação de deixar claro que apenas por meio de compra as terras devolutas poderiam ser adquiridas<sup>134</sup>.

Explicando melhor, o serviço de registro de terras foi delegado a diretoria da Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização e, esta por sua vez, o delegou às intendências e aos Conselhos Municipais. Essa função, que a princípio deveria ser meramente de caráter administrativo, acabou por dar margem para que alguns intendentes e membros dos conselhos municipais interpretassem a legislação conforme seus interesses e, portanto, possibilitou que exercessem, de modo *sui generis*, esse serviço. Henrique Santa Roza, diretor da repartição, informa em relatório ao governador do Estado que eram realizadas pelos intendentes:

[...] falsas interpretações sobre a maneira de apreciar tal serviço. A uns parece que lhes é delegada uma investidura judiciária pela qual se tornavam aptos para condenar estes ou aquelles documentos e dar preferência da posse a este ou aquelle contestante ou registrante. A outros a questão se apresenta logo pelo lado do interesse da renda que possa trazer o registro para os cofres municipais.

[...]

À vista disso resolvem alguns Conselhos fixar emolumentos elevados, e alguns, ao que me consta, chegaram a marcar imposto sobre o mesmo registro, ou sobre o numero de seringueiras compreendidas na posse dada a registro<sup>135</sup>.

Em suma, ficava sob o arbítrio desses intendentes o registro dos títulos, transformando, dessa forma, o direito ao registro de títulos de posse em um ato de concessão pessoal, que virava mais um mecanismo de barganha. O acesso ao direito era facilitado ou impossibilitado conforme as relações do requerente com o intendente municipal. O que para este possibilitava não só acumular propriedades, mas também brindar seus correligionários.

Ainda no início da década de 1890, o intendente de Almeirim, José Júlio de Andrade, fez inúmeras inimizades, expulsando posseiros das terras que o interessavam. Esses

<sup>132</sup>Decreto nº364, de 2 de julho de 1891, in: Decretos: Governo Republicano do Estado do Pará.. Belém: Imp. Typ. do Diario Official, 1894. pp259-260.

<sup>133</sup>Decreto nº396, de 2 de julho de 1891, in: *Idem*, p 414.

<sup>134</sup>Decreto nº410, de 8 de outubro de 1891, in: *Idem*, p 475-479.

<sup>135</sup> PARÁ, Estado do. *Relatório apresentado ao Sr. Governador do Estado Dr. Lauro Sodré em 25 de junho de 1892 pelo diretor da repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, Henrique Santa Roza*. Belém: Typ. do Diário Official, 1892, p16.

posseiros foram protestar na imprensa da capital contra José Júlio de Andrade como fez Juvêncio Ramos de Aragão:

Constando que o abaixo assinado que o cidadão José Julio de Andrade pretende apossar-se abusivamente e registrar na Intendência de Almeirim as posses de seringais, que tem no Estirão-Grande do rio Jary, vem por meio da imprensa protestar contra esse registro, pois é posseiro do lugar denominado Paga-Dívida, desde 1855 e do lugar denominado Castello desde 1872 sem interrupção, terras em que tem tido cultura efetiva de goma elástica, suspendendo apenas os trabalhos por alguns meses para o descanso das seringueiras a fim de sustentar a conservação das mesmas por julgar isso necessário.<sup>136</sup>

Não pararam aí as reclamações na imprensa do período contra ações arbitrárias de Jose Julio de Andrade, como o publicado no jornal *Correio Paraense* em que, além de ser acusado de estar exercendo ilegalmente o cargo de intendente em Almeirim, estaria valendo-se desse cargo para dificultar registros de terra. De acordo com o autor do protesto, “[...] tudo serve de pretexto para dificultar, protelar o direito das pessoas que não gosta. E não são poucas nessas condições [...]”. O artigo cita o exemplo de Raymundo do Rozario, que teve sua solicitação de registro negada. Entretanto, Rozario pôde recorrer ao diretor da repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, “[...] mas quantos pela sua ignorância e falta de meios não ficam preteridos em seus direitos pelo capricho e maldade desse funcionário intruzo [...]”, lamentava-se o articulista<sup>137</sup>.

A estratégia de buscar alianças matrimoniais com grupos já estabelecidos no Estado foi posta em prática também por J.J. de Andrade, que, oriundo do Ceará, casou-se com a filha do tenente-coronel Manuel Maria da Silva Neno, conhecido proprietário e tido como influência política em Almeirim, o qual “ali residia a espaçados anos e que gozava de grande estima e extremado conceito naquele município”<sup>138</sup>. O casamento deve ter garantido a José Júlio de Andrade a consolidação de suas posses já adquiridas, assim como, sua aproximação política com o grupo capitaneado por Antonio Lemos após a cisão do PRP, e o favoreceu para a expansão dos seus domínios das terras do rio Jari, onde também se situava o município de Almeirim<sup>139</sup>. Em fins da década de 1930, José Júlio de Andrade foi considerado uns dos maiores latifundiários do Brasil, quiçá do mundo!<sup>140</sup>

<sup>136</sup> “Protesto”, in: *A Província do Pará* 03/04/1892 p.3 n.4730.

<sup>137</sup> “Admiravel!”, in: *Correio Paraense* 09/07/1892 p.3.

<sup>138</sup> Cf: *A Republica* 03/05/1893 p.1 ; *O Pará* 09/11/1898 p.2 .

<sup>139</sup> José Julio de Andrade obteve 8 títulos de legitimação de posse no município de Almeirim, os quais foram demarcados e aprovados entre 1901e 1906 durante o Governo de Augusto Montenegro.Cf: MUNIZ, João de Palma *Índice dos Títulos de Terras: expedidos pelo Governo do Estado na administração do Exm. Dr. Augusto Montenegro. 1901-908*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará. 1909. P.39-40.

Certamente, a imensa maioria das queixas não ultrapassava nem os limites dos municípios, muitos menos chegavam aos jornais da capital. Quanto aos inúmeros posseiros que tiveram suas terras engolidas pela voracidade cada vez maior dos grandes proprietários, tudo leva a crer que tiveram poucas opções, entre elas: ir em busca de outras terras mais afastadas; ou ainda, restavam-lhes permanecer trabalhando na mesma terra e ficar sob o julgo desses grandes proprietários.

Ao que tudo indica as reclamações do Diretor da Repartição de obras públicas, Terras e Colonização, Henrique Santa Roza, foram ouvidas, pelo menos parcialmente. Isso porque, poucos meses após apresentar seu relatório ao governador do Estado, uma nova lei que delimitava, expressamente, as funções a serem exercidas pelos Conselhos Municipais foi promulgada, proibindo-os de “[...] criar impostos ou emolumentos que recaiam sobre o registro de posse ou de propriedade, nem sobre os títulos expedidos, além dos estabelecidos nesta lei”<sup>141</sup>.

Não obstante, apesar das denúncias o registro continuou a ser feito na Intendência Municipal, favorecendo sobremaneira para que muitos sujeitos, quando investidos do cargo de intendente, pudessem registrar em seus nomes inúmeras extensões de terra como de sua propriedade, como foi o caso de Francisco Antonio Rezende, intendente de Anajás. Rezende, assim como José Porphirio, foi eleito nas eleições de agosto de 1898. Essa eleição também somente ocorreu após um processo de anulação pelo Congresso do Estado da eleição realizada no ano anterior. Em 1900, Rezende requereu junto a Intendência três registros de títulos de terra, todas possuindo “[...] diversas estradas de seringueiras [...]”. O que chama a atenção quando se consulta esses registros do município de Anajás é que dos 104 registros de título de posse do período de 1900 a 1904 foram todos assinados por Antonio Rezende como intendente, com exceção dos três registros nos quais foi ele próprio o posseiro<sup>142</sup>.

---

<sup>140</sup> As extensões das propriedades alcançariam as áreas do atual Estado do Amapá. Cf: LINS, Cristóvão. *Jarí: Setenta anos de história*. Rio de Janeiro: DATAFORMA, 1991, ver também o trabalho de Irene Garrido Filha: GARRIDO FILHA, Irene. *O Projeto Jarí e os Capitais estrangeiros na Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980, p.13-14.

<sup>141</sup> Lei nº 82 de 15 de setembro de 1892 que “Estabelece disposições sobre a venda, revalidação, transferência e legitimação das terras devolutas exclusivamente pertencentes ao Estado”. In: *Colleção de Leis do Estado do Pará 1891-1892*. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1893, pp. 121-132. Pela lei era permitido cobrar a quantia de vinte réis por linha do registro.

<sup>142</sup> Cf: Registro de título de posse n.4 do lugar “Itabocal” de Francisco Antonio de Rezende; Registro de título de posse n.5 do lugar “Timbó” de Francisco Antonio de Rezende; Registro de título de posse n. 6 do lugar “Itabocal” de Francisco Antonio de Rezende. In: Registro de posse. Município de Anajás, 1900. Livro nº1. Arquivo do ITERPA.

Suspeita-se que também José Joaquim Dias tenha usado do mesmo subterfúgio anos antes, quando ele exercia o cargo de intendente de Souzel, pois foram realizados nada menos que oito registros entre os dias 11 e 17 de junho de 1896, em nome de uma sociedade chamada “Dias e Irmão”<sup>143</sup>. Esses são os únicos registros que não constam a assinatura de José Dias no exercício do cargo de intendente, sendo assinados pelo vogal mais votado do Conselho de Souzel, pois era quem assumia o poder executivo municipal na ausência do intendente. Nesse caso, os registros foram assinados por Manuel Antonio Lobato. Em contrapartida, em agosto do mesmo ano, José Joaquim Dias de volta a Intendência de Souzel realiza o registro de título de posse do lugar denominado de “Furo do Cacao”, requerido pelo vogal Manuel Antonio Lobato<sup>144</sup>.

Em tempo, ressaltamos que não eram apenas as terras ricas em seringais que estavam sendo registradas nesse período, pois Francisco Bezerra da Rocha Moraes que era membro de uma tradicional família pecuarista, quando intendente de Soure, município localizado na Ilha do Marajó fez solicitação de registro de posse de terras em 1901 e 1902<sup>145</sup>.

Expostas algumas das possíveis motivações para tamanha disputa eleitoral, novamente nos ocupamos delas. Diante das constantes intervenções por parte do legislativo estadual nos processos eleitorais dos municípios, o discurso do governador Paes de Carvalho de 15 de novembro teve como foco a questão do federalismo e da autonomia do município:

Sem a descentralização política e administrativa a Federação é uma chimera. Mas descentralizar não importa tão somente no facto de negar á União para conceber ao Estado ou ao próprio Município o pretensio direito de tutelar, manietando-a, a iniciativa do cidadão, como se a este faltasse a natural aptidão para comprehender os seus próprios interesses<sup>146</sup>.

A autonomia municipal, garantida por lei e que fazia parte do programa do PRP, virava uma moeda de troca, já que se tornou cada vez mais uma concessão do governo

<sup>143</sup> Cf: Registro de título de posse n.76 do lugar “Cahy” de Dias e Irmão; Registro de título de posse n.77 do lugar “Cajuhy” de Dias e Irmão; Registro de título de posse n.77 do lugar “Tucuruhy” de Dias e Irmão; Registro de título de posse n.78 do lugar “Cajuhy” de Dias e Irmão; Registro de título de posse n.79 do lugar “Tamandaré” de Dias e Irmão; Registro de título de posse n.80 do lugar “-----” de Dias e Irmão; Registro de título de posse n.76 do lugar “Cosmopolita” de Dias e Irmão. In: Registro de posse. Município de Souzel (1892-1897) Livro s/n, registro n.25 pp.19v, 20, 20v. Arquivo do Instituto de Terras do Pará (ITERPA).

<sup>144</sup> Cf: Registro de título de posse n.141 do lugar “ Furo do Cacao” de Manuel Antonio Lobato. In: *Idem, ibidem* p.81,81v.

<sup>145</sup> Registro de título de posse n.63 do lugar “Bemtevis” pp.55v,56; Registro de título de posse n.75 do lugar “----” pp.67,67v. No registro n.75, consta que a área requerida tem como limites os terrenos “pertencentes aos irmãos do requerente Doutor Demétrio Bezerra, Phileto Bezerra e Victor Bezerra”(p67) Município de Soure(1894-1904). Livro n.3 Arquivo do Instituto de Terras do Pará(ITERPA)

<sup>146</sup> *Discurso pronunciado pelo Dr. José Paes de Carvalho Governador do Estado do Pará na sessão cívica effectuada no theatro da paz em 15 de novembro de 1898.* Belém: Typ. do Diário Official, 1898, p.13.

estadual aos municípios. Essa autonomia apenas era concedida quando estavam em harmonia o líder estadual e as lideranças municipais.

Não é para menos que o Congresso do Partido Republicano foi reunido em caráter extraordinário em 21 de novembro, somente para manifestar-se a respeito do discurso do governador. O deputado Arthur Lemos, em moção apresentada, interpreta o referido discurso como uma verdadeira síntese do próprio programa do PRP e solicitava que todas as comissões municipais manifestassem-se “[...] a fim de ser discutido o programa definitivo do Partido”<sup>147</sup>.

Em menos de um ano Paes de Carvalho voltou a pronunciar-se sobre a questão do federalismo e da autonomia municipal<sup>148</sup>, por ocasião da mensagem dirigida ao Congresso do Estado, na solenidade de abertura dos trabalhos legislativos no ano de 1899. Mensagem extremamente significativa, afinal fora o Congresso que promoveu reconhecimentos e anulações das eleições municipais.

No seu discurso não deixou de enfatizar o fato de ficar a cargo dos Conselhos Municipais, a apuração e julgamento da validade das eleições propiciava o surgimento de “[...] uma mordaza com que as tiranias locais que pretendessem sopitar a expressão pelas urnas da maioria eleitoral [...]” e que poderia ser usada facilmente para “[...] legitimar o perpetuamento de agrupamentos que os azares de uma eleição tivessem feito empolgar o poder municipal [...]”.

Justamente para evitar tal situação, fazia-se necessária a intervenção do Congresso do Estado para “[...] dar uma válvula aos oprimidos [...]”, pois o Congresso seria um “[...] poder estranho e superior, retirado das lutas locais e mais submissos as criticas e reclamos da opinião publica [...]”<sup>149</sup>. Todavia, o Congresso do Estado não deixava de ser, segundo o governador, um “[...] tribunal político [...]”, o que implicava no fato das decisões estarem nas mãos da maioria<sup>150</sup>. Essa reserva de Paes de Carvalho indica o quanto era suscetível o seu argumento, no que diz respeito à isenção do Congresso, pois o mesmo estava em sintonia com as disputas dentro dos municípios, as quais obviamente, conforme constatado nas páginas anteriores, reproduziam-se nessa casa.

---

<sup>147</sup> “Congresso do Partido Republicano”, in: *O Pará* 21/11/1898 p.2.

<sup>148</sup> PARÁ, Governador do Estado (Paes de Carvalho). *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado em 7 de abril de 1899*. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1899, pp4-5.

<sup>149</sup> *Ibidem*, p.5.

<sup>150</sup> *Ibidem*, pp.5-6.

A maneira como a “política dos governadores” foi executada diferenciava-se entre os Estados. O Rio Grande do Sul, por exemplo, diferenciava-se por forte intervencionismo do líder estadual do Partido Republicano, Borges de Medeiros, junto aos municípios gaúchos. Esse líder optou por postular o enfrentamento entre coronéis nos municípios, mesmo que implicasse na criação de facções dentro do partido nos municípios. Assim, quando essas disputas ameaçavam desestabilizar o partido, Borges de Medeiros poderia até nomear um intendente interino e alheio à crise local<sup>151</sup>.

Não sem razão, são as críticas feitas à tese de que o compromisso entre os coronéis nos municípios e o líder estadual era fundamentado nos votos que o primeiro garantiria aos candidatos apoiados pelo segundo<sup>152</sup> têm por base o argumento de que o novo regime político trouxe poucas mudanças, uma vez que a troca da renda<sup>153</sup> pela alfabetização, como critério para tornar-se eleitor, impediu a expansão do eleitorado, soma-se a isso a exclusão das mulheres, por exemplo, chegando-se a afirmar que “[...] a República conseguiu eliminar o eleitor [...]” de tão reduzido que era o número de eleitores em relação a total da população<sup>154</sup>.

No entanto, cabe salientar que nos casos em que existia uma harmonia de interesses entre lideranças locais e o líder estadual, o voto, isto é, a vitória nas eleições era uma maneira de o coronel hipotecar seu apoio ao governo<sup>155</sup>. Se na prática o controle sobre o eleitorado nos municípios poderia ter pouco valor devido ao fato de que em última instância a vitória eleitoral era garantida não nas urnas, mas no Congresso Estadual; por outro lado, a

---

<sup>151</sup> Sobre as peculiaridades do coronelismo no Rio Grande do Sul ver: FÉLIX, Loiva Otero. *Op. Cit.*; e também: BIAVASCHI, Mário Alex Cordeiro. “O setor ferroviário em Santa Maria e suas conexões com o coronelismo durante o período borgista (1898-1928)”. In: *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, RS v.3, n.6, jul-dez 2004, p201-218. Neste artigo o autor mostra como Borges de Medeiros utilizava os recursos econômicos dos municípios para realizar a cooptação dos seus aliados, no caso do município em tela valia-se do controle da ferrovia para barganhar com aliados. Idem, “O regional e o local no entendimento do coronelismo”. In: *Agora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.2, p. 83-98, jul-dez 2005. AXT, Gunter. “Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexos entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistas-borgista”. In: *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, RS, v.1, n.1, jan-jun 2002, p.201-218.

<sup>152</sup> Trata-se para Victor N. Leal de um sistema de reciprocidade no qual “[...] de um lado, os chefes municipais e os ‘coronéis’, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui em suma, o cofre das graças e o poder das desgraças”. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 43. Ver também: RESENDE, Maria Efigênia. “O processo político na primeira República e o liberalismo oligárquico”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.89-120. (Vol. I)

<sup>153</sup> Ver: Art. 90 da Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, capturada do site dia 09/02/2008: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm).

<sup>154</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados...* p 86.

<sup>155</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”. In: *Dados*, 1997, v.40, n.º. 2.

manutenção e o domínio sobre o processo eleitoral e a conseqüente vitória nas urnas foram aparatos simbólicos necessários dentro do campo político e seriam o capital político de que se valeriam os coronéis no coronelismo<sup>156</sup>. Uma vez que as eleições e o dito direito ao voto serviam para lustrar o novo regime político com um verniz democrático.

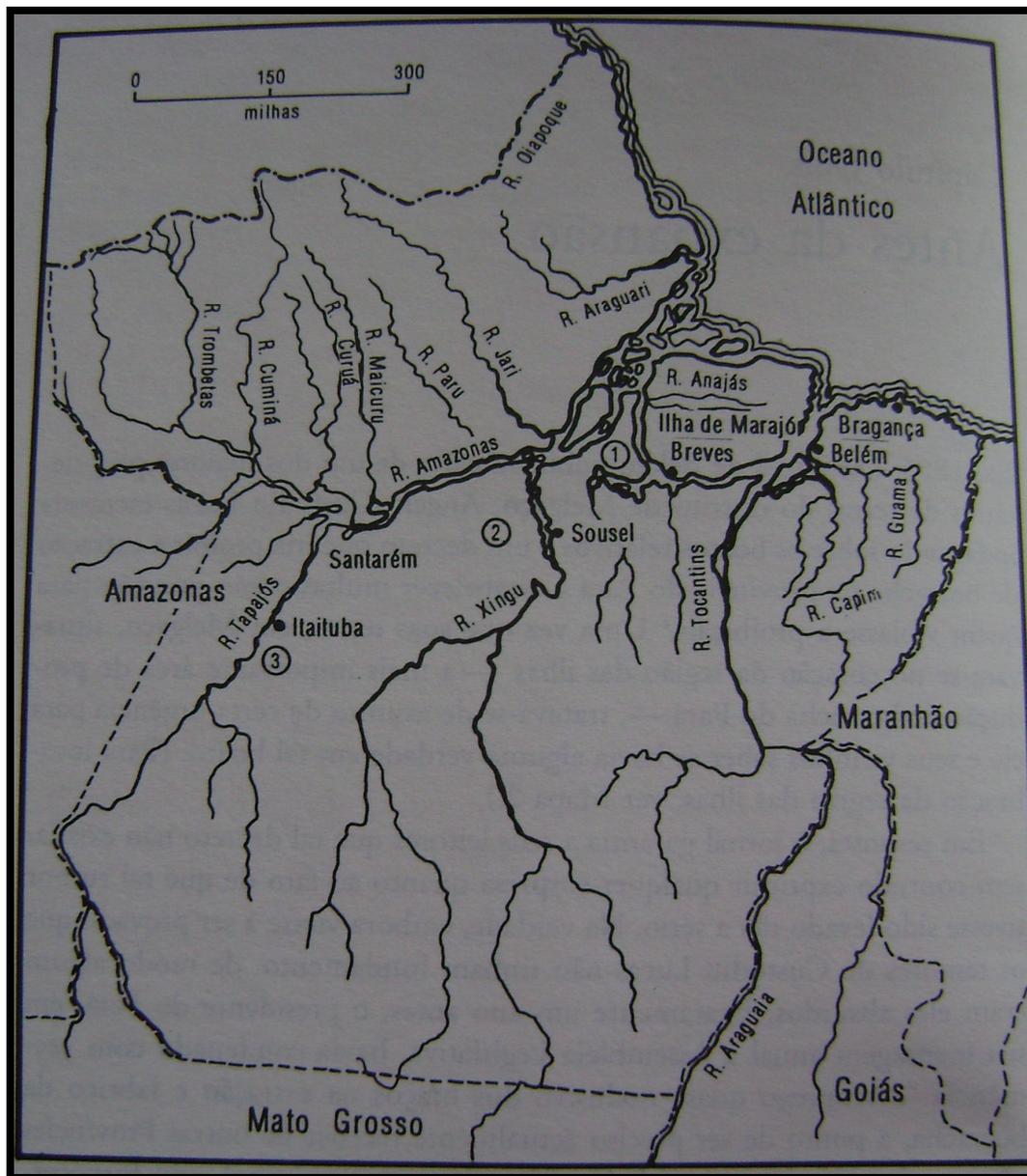
Nestas circunstâncias, cerca de um ano após esses acalorados debates sobre a validade das eleições para os Conselhos Municipais, os “lemistas” fincavam raízes mais profundas no Congresso do Estado, por meio das eleições de 31 de outubro de 1899, para os cargos de deputados e senadores do Estado. Nessa disputa eleitoral, as bases políticas de Antonio Lemos novamente davam resultados, pois o PRP saiu vitorioso, ocupando a maioria das cadeiras do Senado e da Câmara de Deputados. Aproveitando essa vitória, foi realizado um balanço pelo partido, o qual possuía a maior parte dos 53 municípios do Pará, explicando melhor, em 42 municípios os “intendentes e a unanimidade ou maioria absoluta são republicanas, em 8 apenas são lauristas e a maioria absoluta do Conselho [Municipal] é republicana”<sup>157</sup>. Os “lauristas” pouco reclamaram do resultado, ao que parece já estavam convencidos de que vitória nas urnas era cada vez mais difícil de ser conquistada.

Figura nº 01: O Pará em 1910

---

<sup>156</sup> BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. (5ª ed.)

<sup>157</sup> *O Pará* 3/11/1899 p.1 n.578



Fonte: WEINSTEIN, Bárbara. Op. cit.,p.54. Os números em círculo indicam as áreas de exploração da borracha

**OBSERVAÇÃO:**

Em 1906 ao escrever a obra *O Município de Itaituba*, o engenheiro João de Palma Muniz explicava o quão difícil era fazer o trabalho de definição dos limites municipais do estado, o problema havia sido herdado do Império:

Neste estado de incertezas e duvidas veiu a republica a encontrar a delimitação intermunicipal do Pará, que desde logo tornou-se um problema de alta relevância a resolver. No primeiro estatuto constitucional não foi elle encarado de fôrma positiva e bem determinada; tantos eram os assumptos de magnitude a tratar, que este ficou em meio olvido<sup>158</sup>

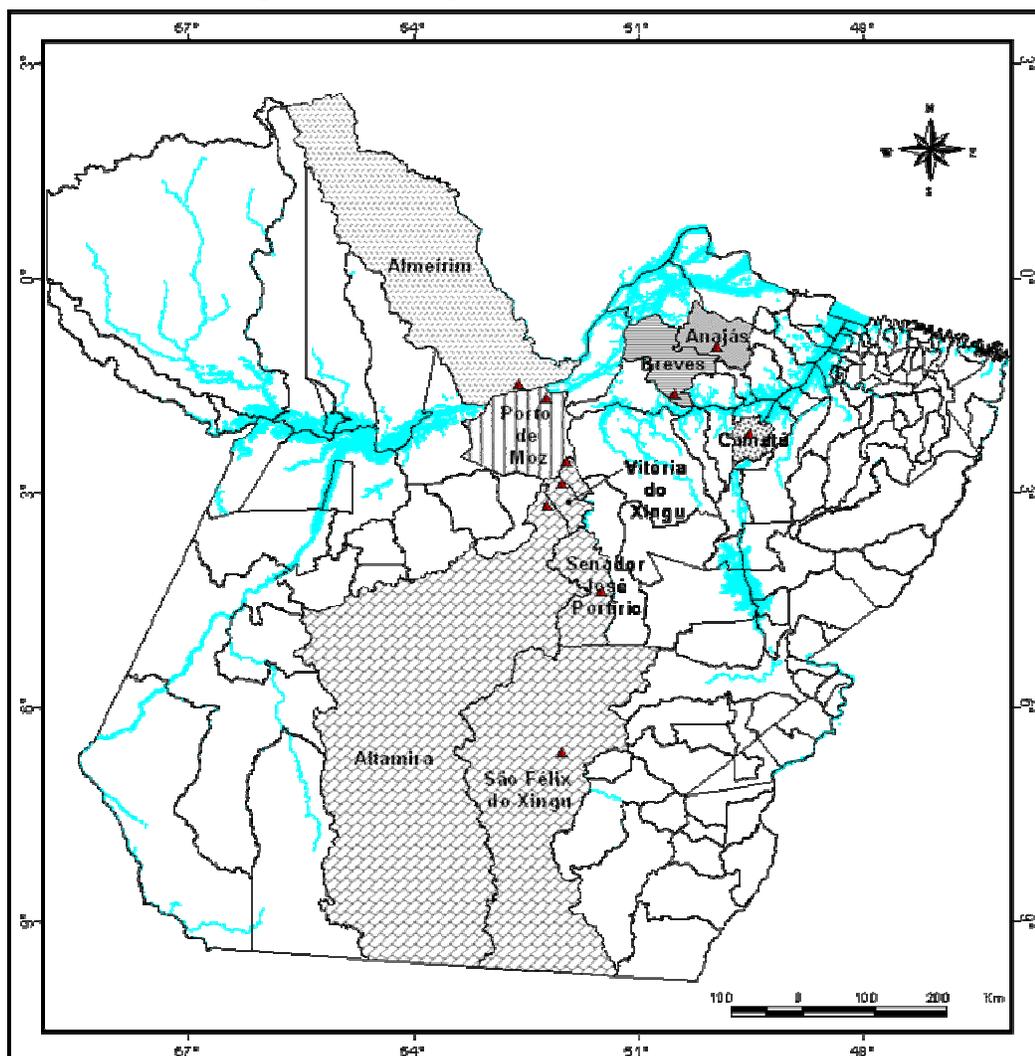
Somente com a lei nº 922 de 10 de outubro de 1904 que determina que os intendentes e os conselhos municipais elaborem um memorial, obra que reuniria as informações como coleções de leis, dados históricos desde a criação dos municípios, enfim informações que explicassem a origem dos limites atuais dos municípios. Todavia, a falta de uma demarcação oficial dos limites poderia facilitar para um aumento das suas áreas. Cabe ressaltar que não foi localizado durante a pesquisa nenhum mapa que apresentasse os limites dos municípios<sup>159</sup>. Embora se reconheça as modificações que os limites municipais sofreram durante o século XX, visto que o numero de município que constituem o estado do Pará quase que triplicou. Portanto, quando adotamos o mapa “Municipios de Atuação dos Intendentes ‘lemistas’” o que temos é muito mais um dado sobre a localização de alguns dos municípios administrados pelos intendentes “lemistas” do que a sua extensão exata.

---

<sup>158</sup>MUNIZ, João de Palma. *O município de Itaituba*. Pará: Typ. Guttemberg, 1906,p.8.

<sup>159</sup>Consta um mapa no Álbum do Pará em 1899, mas apenas indica a localização das sedes de alguns municípios : Pará, Governador. (1897-1901). José Paes de Carvalho. *Álbum do Pará em 1899*. [s/l: s/n],s/p.

## Municípios de Atuação dos Intendentes "Lemistas"



### LEGENDA

-  Anajás
-  Breves
-  Cametá
-  Porto de Moz
-  Limites Aproximados do Extinto Município de Souzael
-  Almeirim
-  Limites Municipais
-  Drenagem
-  Sedes Municipais

ESCALA  
1:9.500.000

EXECUÇÃO: LAIG  
EXECUTORA: MARLY S. CARVALHODA CUNHA  
FONTE: IBGE  
DATA: 04/07/2008

### 1.3. Conclusão

A estrutura de poder oligárquico não se reduz, portanto, ao coronelismo e ao seu controle político-eleitoral, como ressalva Emmi<sup>160</sup>. No caso paraense, a estrutura de poder na qual foi constituída a oligarquia foi a propriedade da terra, em outras palavras, a capacidade que determinadas famílias e /ou indivíduos possuíam de controlarem extensões de terras. Esse controle existia, em muitos casos, independente do título de propriedade, possibilitando a exploração da atividade extrativista e da agropecuária<sup>161</sup>. Desse modo, o voto pode ser entendido não apenas como expressão do poder das lideranças interioranas nos municípios, mas também do grupo oligárquico dominante perante, não apenas seus adversários, mas, sobretudo, diante do governo federal<sup>162</sup>. A vitória nas urnas independente dos meios empregados era a demonstração de que a “política dos governadores” estava sendo cumprida.

O que distingue o eleitor das páginas do romance e o da *Folha do Norte* ou *A Província do Pará*? Entre a “ficção” literária dos viveiros eleitorais e a “realidade” dos jornais, muitos anos se passaram. O enredo do romance *Coronel Sangrado* é situado nos anos de 1870 e com a primeira publicação datada de 1877, quando ainda vigorava o Império. Por outro lado, as notícias de jornais datam da virada do século XIX para o XX e a trama republicana não reservava ao eleitor o papel de protagonista nas novas páginas que estavam sendo escritas, uma vez que o voto não era a expressão da conformidade do eleitor com o partido ou com o candidato, antes era a demonstração da sua obediência e fidelidade ao chefe local. Para José Murilo de Carvalho, o direito político possuía pouca expressividade em uma sociedade que negava, ao mesmo tempo, os direitos civis e sociais, chegando mesmo a conclusão da existência de “cidadãos em negativo”<sup>163</sup>. Os eleitores continuavam a ser “furtados” de diferentes maneiras, desde o rapto na boca de urna à negação do direito ao registro de propriedade, com a falta da garantia sobre sua própria integridade física, que ficava sob dependência de sua fidelidade aos líderes locais.

A debilidade das leis referentes à demarcação das terras associada a uma deficiente burocracia estatal acabou favorecendo o estabelecimento no Pará da lei do mais forte, o que

---

<sup>160</sup> EMMI, Marília. *Op. Cit*

<sup>161</sup> Idem, ibdem.

<sup>162</sup> DAVALLE, Regina. “Federalismo, política dos governadores, eleições e fraudes na República Velha”. In: *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, RS v.3,n.6,jul-dez 2003,p255-246.

<sup>163</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: Um longo caminho*. Rio de Janeiro, 2007(9ª ed.)

fica patente não apenas quando impedem o registro de terras, mas também nos inúmeros relatos de violências praticadas e atribuídas a estes sujeitos. Nesse sentido, não podemos simplesmente considerá-las como “fictícias”, mesmo levando em consideração que elas foram publicadas no jornal oponente<sup>164</sup>. O literato Lima Barreto, em *Recordações do escrivão Isaias Caminha*<sup>165</sup>, explicava ironicamente o processo de “criação” da notícia, no qual o jornalista poderia até adicionar ou adulterar alguns detalhes ao fato para torná-lo mais atrativo aos leitores, mas isso não implica que fosse mera invenção, no mais as “invenções” dos jornalistas tinham que ter alguma correspondência com a realidade, senão, certamente, cairia em descrédito não apenas o profissional, mas como a própria publicação.

---

<sup>164</sup> Ver: SILVA, César Pinto da. *A revolta do Cesário: Trabalho e Revolta no Vale do Rio Jarí/PA (1928)* Monografia de Conclusão de Curso, Departamento de História, UFPA, 2007.

<sup>165</sup> Lima Barreto. *Recordações do escrivão Isaias Caminha*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s/d]

## CAPÍTULO II

### ENTRE RISOS E RITOS: OUTROS MEANDROS DAS CONTENDAS POLÍTICAS NA REPÚBLICA PARAENSE

[...] desde que Lauro Sodré perdera a hegemonia na política paraense, que seus adeptos, através da *Folha do Norte*, deram início a uma campanha desmoralizadora a todas as pessoas que seguiam ou pertenciam à oligarquia lealista. A essa violência verbal, adviera violência física. Aos insultos, acólitos de Lemos e de Montenegro respondiam com a agressão física. Espancamentos, banhos de pixe, eram as reprimendas mais usuais, mais vulgares.<sup>166</sup>

A implantação do novo regime não foi tarefa fácil, nem pacífica. Embora a ameaça de uma restauração monárquica fosse muito mais fruto do discurso republicano do que um projeto real dos monarquistas aliados do poder, os anos iniciais foram marcados por inúmeras tensões, chegando mesmo ao conflito armado<sup>167</sup>. No caso paraense, o processo de construção da República não se deu de maneira diferente, sendo marcado pelos conflitos entre os ditos republicanos históricos e os adesistas, estes arregimentados sob o Partido Republicano Democrático (PRD). Disputas que desencadeavam agressões físicas aos adversários<sup>168</sup>.

No processo eleitoral brasileiro desde o Império, a lisura era um acessório no esquema eleitoral republicano, no que diz respeito às eleições:

[...] fraudulentos são os outros, os que não dispõem do apoio dos chefes estaduais e acham que apenas com o critério quantitativo do somatório de votos podem representar o eleitorado. A Câmara é a expressão de uma qualidade: a direção política dos chefes estaduais<sup>169</sup>

A maioria obtida no Congresso do Estado era garantia aos “lelistas” de mandados legítimos, legitimidade que não pode ser compreendida nos parâmetros atuais da lisura eleitoral. O mandato legítimo era “[...] todo aquele que tem por origem a política oficial de

<sup>166</sup> ROCQUE, Carlos. *História de a Província do Pará*. [S.I].: Mitograhh Editora Ltda,[19?],p.103.

<sup>167</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes. *Op. cit.* Sobre as tensões da consolidação do regime: FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge. *Op. cit.*, p.45-88. (Vol. I)

<sup>168</sup> FARIAS, William Gaia. *Op. cit.*, especialmente o capítulo “Disputas políticas: entre textos e agressões”. Ver também o trabalho sobre os capoeiras no início da República: LEAL, Luis Augusto Pinheiro. “*Deixai a política da capoeiragem gritar*”: Capoeiras e discursos de vadiagem no Pará republicano(1888-1906).Bahia, Dissertação.Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, 2002.

<sup>169</sup> LESSA, Renato. *A invenção republicana*: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks,1999, p.148. Apud: DAVALLE, Regina. *Op. cit.* p. 231.

seu Estado [...] <sup>170</sup>”. O domínio obtido pela oligarquia “lemista” afastou os “lauristas” do governo não só estadual, mas também nos municípios. Por outro lado, possibilitou que as contendas entre essas facções políticas ganhassem novos rumos.

As narrativas a respeito da violência dos “lemistas” sobre seus adversários ficaram célebres na história paraense, como registram Carlos Rocque e Ricardo Borges, ao destacarem as ações dos “lemistas” sobre seus adversários como os “[...] espancamentos, prisões, investidas assassinas [...]” <sup>171</sup>. Notória também ficou a clausura de Paulo Maranhão, jornalista da *Folha do Norte*, que se refugiou por anos, no prédio do jornal, por receio dessas agressões. Como bem explica Isabel Lustosa, a liberdade de imprensa havia sido uma realidade do Império, pois: “Falava-se o que se queria do imperador e dos ministros” <sup>172</sup>. No entanto, ao que diz respeito aos primeiros líderes republicanos, estes mostravam-se, desde os anos iniciais do regime, menos tolerantes com as críticas impressas.

Dessa forma, os relatos de ações atribuídas aos sujeitos, ligados politicamente a Antonio Lemos; também possibilitaram que alguns desses sujeitos inscrevessem-se na memória social do período, sobretudo, de alguns mandões políticos, extremamente associados aos municípios que administravam. As reminiscências do jurista Octavio Meira, que emergem sobre sua infância naqueles primeiros anos do século XX, merecem destaque:

Nessas épocas cada um desses rios, afluentes do Amazonas, tinha um dono. Era José Porfírio de Miranda senhor do rio Xingu: um homem fino, bem vestido, e que trazia uma espécie de sapatos delgados nas pontas, bem polidos, o impossível de se encontrar em homem do interior; no Jari havia José Julio de Andrade, potentado de Arumanduba e que se dedicava à criação de gado e à castanha e só foi apeado de sua propriedade com a Revolução de 1930. [...] Havia os Rezende, Lourenço Borges, os Mendonça, João Anastácio de Queiroz, verdadeiros bandeirantes do século XX, que investiam na selva, fundando cidades, as mantendo à sua própria custa.

Ouvi muitas vezes, como anedota, mas que tinha lá um fundo de verdade o seguinte episódio que teria ocorrido em Breves com o sr. Lourenço Borges, todo poderoso proprietário local.

Um homem conversava com outro no trapiche de Breves dizendo-lhe que naquela madrugada seguiria viagem com seu barco, se Deus quisesse.

Dentro de alguns momentos era preso. Não sabia de coisa nenhuma.

No dia seguinte o sr. Lourenço Borges, ao qual foi apresentado, afirmou-lhe o seguinte: -Ontem o senhor disse que seguiria de madrugada se Deus quisesse. Faltou-lhe acrescentar mais: ‘se o sr. Lourenço Borges consentir’. Eu não consentir e a viagem não se fez porque em Breves quem manda sou eu.

Era esse o clima que existia no interior do Estado <sup>173</sup>.

<sup>170</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>171</sup> BORGES, Ricardo. *Vultos...*, p. 243.

<sup>172</sup> LUSTOSA, Isabel. “O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge. *Op. cit.*, p.298. Ver também Idem, *Op. cit.*, 2000.

<sup>173</sup> MEIRA, Octavio. *Memórias do Quase Ontem*. Belém: Lidador, 1976, p.23(grifos do autor)

Como destaca Julio Pimentel Pinto apesar das semelhanças entre história e memória elas se diferem, embora a essência de ambas seja a mesma: o passado. Pois, “[...] não se perde sua distinção de origem, não se dissolve o local dissonante de atuação do historiador e do memorioso, cada um respondendo ao chamado do passado e às agruras do presente”<sup>174</sup>.

O reconhecimento das diferenças não implica em uma hierarquização, pelo contrário, os “senhores dos rios” que emergem nas memórias do jurista Octavio Meira não apenas entraram para a sociedade política paraense, como notabilizaram-se nela, a partir da ascensão do “lemismo” frente ao governo paraense. Tarefa extremamente difícil seria descobrir “a verdade” desses relatos, que circulavam na época. Mas, o que sem dúvida os tornam mais interessantes para nós é o fato de que eles fornecem “indícios” para que possamos refletir acerca do domínio, do poder e do prestígio dos seus protagonistas<sup>175</sup>. Se as anedotas haviam sido elaboradas por seus desafetos políticos ou mesmo por seus aliados, não sabemos responder. Dependendo do público para quem eram contadas, tais anedotas poderiam ser válidas tanto para denunciar as possíveis arbitrariedades cometidas nos municípios interioranos, quanto a fim de imprimir a autoridade desses sujeitos nos “seus” municípios para os aliados e oponentes. Contudo, o próprio Meira nos dá a deixa para compreender o significado da anedota: “tinha lá um fundo de verdade”. Ainda que fruto da memória de um indivíduo, os relatos são, por sua própria natureza social, produzidos pelos indivíduos e são norteados a partir de referências do grupo ao qual pertencem.

A compreensão do contexto social que propiciou o surgimento de relatos, os quais vão desde relatos de natureza social à relatos de agressão às anedotas, só é possível quando recuamos à vitória nas eleições de 1899, que garantiram aos “lemistas” a maioria no Congresso do Estado e a ascensão nos cargos do legislativo de José Porphirio de Miranda Junior e José Julio de Andrade, por exemplo. O término do governo de Paes de Carvalho e a eleição de Augusto Montenegro, como seu sucessor à frente do poder executivo do Estado, possibilitou que os poderes Executivo e Legislativo caminhassem juntos, momento em que a oligarquia “lemista” exerce seu domínio quase que absoluto dos rumos políticos do Estado<sup>176</sup>.

<sup>174</sup> PINTO, Julio Pimentel. “Os muitos tempos da memória” In: *Projeto História*, nº17. São Paulo: PUC/EDUC, 1997, p. 211.

<sup>175</sup> GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>176</sup> A escolha de Augusto Montenegro como candidato do PRP ao cargo do Executivo estadual deu-se após o rompimento de Antonio Lemos com a família Chermont. Justo Chermont era o candidato do PRP ao governo estadual, segundo Maria de Nazaré Sarges em 1900, Paes de Carvalho na inauguração do monumento do Frei

Diante deste quadro, a função de partido do jornal fica mais ainda evidente. Dessa forma, a *Folha do Norte* exerce então o papel contra-hegemônico. Para Maria Helena Capelato “[...] num país de estrutura partidária frágil ou na ausência de um pluripartidarismo, como foi o caso da Primeira República no Brasil, a imprensa tende a assumir papel semelhante ao dos partidos, chegando a sobrepujá-los”<sup>177</sup>. O PRF, apesar de continuar existindo, transformou a *Folha do Norte* no seu reduto de ataque aos “lemistas”; as penas de Paulo Maranhão e dos demais jornalistas foram o mais expressivos instrumento político,

[...]a escrita deve ser vista como elemento básico de construção seletiva da memória que engendra, sobretudo, a questão do poder. Percebendo-a como seleção e construção, é necessário ver os agentes ou os senhores dessa operação como detentores de poder. Tornar-se senhores dos lugares, das agências da memória é, ao mesmo tempo, ser senhor da memória e do esquecimento<sup>178</sup>.

É inegável que esses sujeitos sabiam da importância do que era relatado nessas páginas que circulavam na cidade, pois elas possibilitavam, por meio desses relatos, a fixação de um determinado fato na memória dos leitores. O relato não pode ser visto como expressão do que realmente aconteceu, nem tão pouco reduzir a discussão em termos do grau de “verdade” e/ou de “mentira” contida nessas páginas. A leitura dos relatos é enriquecida quando se atenta para as intenções do seu autor ao fazer a seleção, tanto do que deve ser registrado, quanto da maneira a ser registrado. Não se trata, portanto, apenas de selecionar o que não deve ser esquecido, mas também é importante delinear como será lembrado<sup>179</sup>.

### 2.1. Em busca do fio da piada: Fazer humor é fazer política.

O literato paraense Inglês de Souza, no final do século XIX ao retratar as cidades interioranas da região amazônica, não deixa de colocar em tela o burburinho causado entre os “matutos” com a presença dos “homens da cidade”. O personagem Miguel, do romance *Coronel Sangrado*, expõe claramente o trato diferenciado dado aos sujeitos vindos da cidade.

---

Caetano Brandão ao descerrar o pano que o cobria deparou-se com um cartaz que lançava a candidatura de Augusto Montenegro ao referido cargo, e não restavam dúvidas que Antonio Lemos estaria por traz desse episódio. Para a historiadora tal fato teria contribuído para rompimento político de Lemos com Chermont. Cf: SARGES, Maria de Nazaré. Op. cit. p. 63.

<sup>177</sup> CAPELATO, Maria Helena. “Imprensa na República: uma instituição pública e privada”. *Cidadania*. CAMILOTTI, Virginia; NAXARA, Márcia Capelari; SILVA, Fernando Teixeira. In: *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: UNIMEP, 2003, p.148.

<sup>178</sup> BARBOSA, Marialva. Op. cit, p.108.

<sup>179</sup> LE GOFF, Jacques, “Memória”. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003, pp. 419-476.

Miguel que, nascido e criado em Óbidos, depois de passar cinco anos na cidade de Belém foi recebido e tratado com desconfiança por seus antigos amigos, receosos de serem alvo de zombarias<sup>180</sup>. A tensão é persistente e repete-se, por exemplo, em outro conto de Inglês de Souza “Amor de Maria”. Nesse caso, a chegada de Lourenço, que embora nascido em Vila Bela de lá se afastou ainda criança, destacava-se entre os habitantes do povoado de Vila Bela, por ser possuidor de “[...] uns modos que só se encontram nas cidades adiantadas, vestia à ultima moda e com apuro, falava bem e era desembaraçado. Quando olhava para algum dos rapazes da vila, através de sua luneta de cristal e ouro o, o pobre matuto ficava ardendo em febre”<sup>181</sup>. O moço educado na cidade fazia troça dos matutos que tinham medo de se aproximarem dele e serem ridicularizados.

No limiar do século XX, o “matuto” volta à cena, mas desta vez de modo diferenciado do proposto pelo literato, podemos afirmar que o fluxo é invertido. Em outros termos, trata-se da narrativa criada na imprensa belenense acerca da suposta estada desses sujeitos na capital paraense. A princípio, essa diferença pode parecer pouco significativa, cabe destacar que o “matuto”, a partir de agora, estará no centro do palco das disputas político-partidárias que marcaram as primeiras décadas do regime republicano paraense.

Com o avançar dos anos do século XX surgia um novo problema ao presidente do PRP, Antonio Lemos: a sucessão ao cargo de governador. Estava expirando o período à frente da administração estadual de Augusto Montenegro, que sucedeu Paes de Carvalho. A solução estava na convocação de congresso do PRP, a oposição desconfiava das intenções de Lemos e acreditava que seu intuito era convencer os seus sectários da necessidade de uma modificação na Constituição Estadual, a qual só permitia a candidatura de paraenses para o cargo máximo do executivo estadual, então o maranhense Lemos poderia sair como candidato<sup>182</sup>. Assim pensavam os opositores.

Lemos tratou de dissolver essa idéia, por meio de *A Província do Pará*, esclarecendo que a reunião tinha como motivação o apoio das lideranças do partido a uma reforma constitucional, que possibilitaria a reeleição de Augusto Montenegro e não pretendia realizar maiores mudanças como era informado por outros órgãos da imprensa<sup>183</sup>. Desse

<sup>180</sup> Inglês de Souza. *Coronel Sangrado*. Belém: EDUFPA, 2003(Coleção Amazônia)

<sup>181</sup> Inglês de Souza. “Amor de Maria”. In: *Contos Amazônicos*. São Paulo: Martin Claret, 2000, p.49.

<sup>182</sup> Sarges, Maria de Nazaré. Op. Cit.

<sup>183</sup> *A Província do Pará*, 19,21, 23/07/1903, Apud. CARVALHO, Antonio de. *O Congresso Político de 1903*. Belém: Secção de obras d’A Província do Pará,1904,p.9-10.

modo, era lançado o convite às lideranças de todos os municípios do interior do Estado a comporem o congresso do PRP na capital.

Na manhã de 15 de agosto de 1903, Antonio Lemos recebia na entrada do Bosque Municipal, posteriormente denominado de Bosque Rodrigues Alves, os seus convidados, tratavam-se dos intendentes municipais e figuras influentes politicamente na capital. Anos antes havia ocorrido o congresso de 1897 que tinha como importante missão deliberar sobre a posição do partido frente à cisão na capital federal. Então, o que diferenciaria o evento de 1903 das reuniões realizadas anteriormente? Lemos não se preocupou apenas de chamar os delegados do PRP nos municípios, mas os convites eram destinados aos próprios intendentes, era o apoio destes que ele desejava, até porque muitos acumulavam os cargos de intendentes e presidentes das comissões municipais do partido. O convite também era estendido aos representantes do congresso estadual e federal, aos presidentes das comissões distritais do PRP na capital, aos secretários do governo do Estado, aos vogaes do Conselho municipal de Belém, ao coronel comandante do Regimento militar, ao tenente-coronel do Corpo de Bombeiros e à imprensa.

O Congresso de 1903 possuía uma série de elementos comuns aos grandes eventos políticos da sociedade paraense, desde os anos iniciais da república. Membros expressivos da elite pertencente à sociedade política e civil estavam reunidos em torno de banquetes, bailes e festas; enfim, que reproduziam a hierarquia existente na sociedade<sup>184</sup>. Ao historiador resta apenas fazer o mesmo que aos contemporâneos que não foram convidados, acompanhar o que se passou pelos jornais<sup>185</sup>. Mas, temos a convicção de que inúmeras questões lançadas sobre o jornal irão permanecer sem respostas, devido ao seu próprio limite. Por outro lado, não se deve esquecer que a notícia sobre o evento, enquanto fonte e por mais detalhada que possa nos parecer, foi produzida para informar aquela sociedade. Nesse sentido, eram, portanto, os detalhes que a interessavam.

Antes mesmo da chegada, os convidados de Antonio Lemos já causavam burburinho na imprensa local, esclareça-se, desde logo, que a oposição deu ampla divulgação

---

<sup>184</sup> MOURA, Daniela de Almeida. “Um brinde à República: o poder dos banquetes”. In: *A república paraense em festa (1890-1911)*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Programa de Pós- Graduação em História Social da Amazônia, 2008.

<sup>185</sup> Segundo os opositores de Lemos a escolha do Bosque para sediar o congresso tinha por intuito o isolamento, pois, os participantes estariam distantes dos olhares da oposição. O local ainda foi “guardado pela força pública” para proibir a entrada de “qualquer elemento suspeito a política do anfitrião”. Cf: “O banquete no bosque”, in: *Folha do Norte* 16/08/1903 p.1.

ao evento. Logo, os redatores da *Folha do Norte* lançavam seus dardos, na véspera do congresso, tratava-se de questionar “A que vieram?” os convidados:

Realisa-se amanhã o *pic-nic*, ou o que quer que é, que o sr. intendente vae offerecer aos seus collegas do interior .

[...]

Alguns mal sabendo assignar os nomes e a maioria sem ter o preciso cultivo intellectual, pode-se lisamente crêr que estejam nas condições de compreender a importancia e responsabilidade da missão que vêm como um bando de carneiros `a ordem do chefe do seu partido desempenhar?<sup>186</sup>

Ao que tudo indica, discutia-se sobre a pena de Paulo Maranhão, quem geralmente escrevia na coluna “Gazetilha”, tradicionalmente uma coluna reservada nos jornais às polêmicas, na qual se faz afirmações, acusações e imputa-se declarações<sup>187</sup>. No artigo em tela, trata-se de uma clara tentativa de descredenciar a própria grandiosidade atribuída pelos organizadores ao evento, a começar pelos seus convidados. Uma espécie de pasquim passou a acompanhar os comentários políticos mais sisudos sobre o evento.

Os banquetes políticos que marcaram os anos iniciais da república no Pará, sempre tiveram ampla divulgação na imprensa local, desde o seu planejamento, preparo e realização; ainda no período em que o Partido Republicano Paraense e o Partido Republicano Democrático (PRD) disputavam a liderança do governo paraense. Segundo Moura, em estudo sobre as festas republicanas, os partidos, por meios dos jornais que dispunham naquele momento, também produziam suas versões sobre os eventos organizados por seus opositores. Versões tão conflitantes que, muitas vezes, um mesmo evento poderia ser descrito como um grande e animado festejo, ou um triste funeral<sup>188</sup>.

O Congresso dos Intendentes, como ficou conhecido, também possui suas diferentes versões. No entanto, as estratégias utilizadas para desprestigiar o evento foram diferenciadas. Notadamente, um dos grandes destaques de uma festa são seus convidados, os quais garantem a importância e o sucesso do evento com sua presença, já que mesmo quando a intencionalidade política do evento não é explícita, os banquetes são ocasiões em que alianças podem ser construídas. Ter seu nome na lista de convidados indica essa intenção por parte do anfitrião. Daí terem sido justamente sobre estes que recaíram os olhares e atenções por parte da oposição.

<sup>186</sup>, “A que vieram?”, in: *Folha do Norte* 14/08/1903 p. 1

<sup>187</sup> BARBOSA, Marialva. *Op. cit.*

<sup>188</sup> MOURA, Daniela de Almeida. “Os festejos republicanos paraenses de 15 e 16 de Novembro”. *Op. cit.*, p.45-75.

Um trabalhão enorme deram, hontem, alguns dos “maires” para chegarem até ao bosque municipal.

Uns tinham medo do trem e queriam ir à pé, mas não estando acostumados ao uso dos sapatos, começaram a coxear, e desacostumados dos *colleirinhos*, como chamavam, começaram a sentir assim uma *vertige*, a cabeça a dar *córtas*....

Por isso lá chegaram esfaldados, com o peito da camisa abreto, expondo as vitas curiosas os peitos cabelludos, com os sapatos nas mãos, palletot, collete, meia, etc.

[...]

E à mesa, santo Deus!

Um mastigava com ruído igual ao que fazem os suínos, outro comia com a faca, palitava o dente com o garfo, chupava os dentes, escarafunchava o nariz, palitava biabo!

Chegou a hora dos brindes e todos queriam falar ao mesmo tempo.

Um horror! Foi preciso convencer-os de que não era fazer pouco na *inloquencia* delles; mas é que assim não chegava o tempo nem para o assahay, nem para o refresco de cupuassú.

No melhor da festa, isto é, dum dos brindes passou uma cotia a correr...

Houve uma debanda geral, quasi não ficou ninguém à mesa.

Tudo descalçou as botas e deu de correr atraz da cotia.

A salvação do Estado, naquelle momento, ficou suspensa da calda microscópica do elegante animalzinho...

E assim terminou o mais bello brodio que já se realizou em todos os tempos...<sup>189</sup>

O escárnio foi e é largamente utilizado nos embates políticos<sup>190</sup> e identificar os comentários da *Folha do Norte* como zombeteiros pouco nos ajuda a compreender as disputas políticas e a sociedade daquele momento. Para compreensão da própria anedota e da sociedade que a criou, é preciso historicizar o risível. Em outras palavras, para compreender o riso, “[...] impõe-se colocá-lo no seu ambiente natural, que é a sociedade; impõe-se, sobretudo determinar-lhe a função útil, que é uma função social. [...] O riso deve ter uma significação social”<sup>191</sup>.

O recurso não era nenhuma novidade, já em 1901 foram publicados os primeiros artigos com carácter similar, isso em razão da presença de algumas dessas lideranças na capital, investidos nos cargos de deputados no Congresso do Estado. Segundo nos apresenta a *Folha do Norte*, a Câmara dos Deputados transformou-se em um “Clube dos Roceiros”. Nesse jornal, as reuniões dos deputados eram satirizadas, conforme nos narra o seguinte caso que teria ocorrido durante uma das sessões:

<sup>189</sup> “Caminho da roça...”, in: *Folha do Norte*, 16/08/1903, p.1

<sup>190</sup> É o que Georges Minois denomina de “riso partidário”, para ele se desenvolveu na França após a revolução. MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

<sup>191</sup> BERGSON, Henri. Apud: SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.22.

(Passa uma carroça na avenida)  
 O sr. Diogo: - Oh! Gentes, que barulho! Lá no meu município quando eu dou sessão nem canoa passa no rio.  
 O sr. Virginio ao sr. Bezerra: Está ouvindo? Até no Mojú.  
 O sr. Bezerra: - Não admira em Soure quando a Intendência funciona o próprio gado não muge.  
 O sr. Rezende: - Estas carruagem é o demonio; atrapalham a gente. Em outro dia não acabei um purjecto porque elas fizeram eu perdê o fio da discussão.  
 O sr. Victorio: -aquilo não é carruage, culéga , aquilo é carretão, porque faz barulho.  
 O sr. Porphirio, solene: -Pois, não é nada disso; aquilo é bondis.  
 O sr. Theodomiro: -Bravos, seu culéga; ensine estis matótos(sic)<sup>192</sup>.

Os comentários galhofeiros em torno das lideranças interioranas permitiam aos seus críticos fornecer indícios do poder desses sujeitos nos seus municípios de origem. Como por exemplo, o “personagem” da sátira, Diogo Henderson (se assim é possível afirmar, pois as referências às lideranças são expressas diretamente), que acumulava os cargos de intendente do município do Mojú e chefe do Partido Republicano no referido município e membros de sua família já haviam ocupado anteriormente uma vaga na Câmara dos Deputados, assim como seu pai. Outro personagem é Pedro Bezerra da Rocha Moraes que pertencia a um dos maiores clãs pecuaristas de Soure, município situado na ilha do Marajó e a intendência desse município de longa data era administrada por membros de sua família<sup>193</sup>. Não destoando desse quadro, Jose Porphirio de Miranda Junior era intendente de Souzel. Esse esforço da oposição em ridicularizá-los nada mais é que uma arma na luta política (talvez a única possível nesse momento aos lauristas), apresentar um líder com tons ridículos ante ao público é uma maneira de desacreditá-lo, desmoralizando-o com a zombaria, questionando dessa maneira, a sua própria legitimidade<sup>194</sup>.

Nesse caso não se tratava apenas do deputado X ou Y, mas de vários membros. Busca-se com isso o descrédito de toda a organização partidária a qual pertenciam. Embora, o caso acima citado faça referência a vários deputados, podemos dizer que um dos grandes alvos da zombaria era o intendente de Souzel. Sustenta-se tal afirmativa pelo fato dele ter se

<sup>192</sup> “Congresso do Estado”, in: *Folha do Norte* 10/02/1901 p.2.

<sup>193</sup> Cf: *A República* 09/ 03/1893 p.2; *Idem* 03/12/1893 p.2. Sobre a atuação da família Bezerra em Soure ver: BARBOSA, Joana Maria Brito. *Famílias e poder: A política oligárquica no município de Soure* (1880-1930). Monografia de Conclusão de Curso, Departamento de História, UFPA, 2002. (ver especialmente o capítulo intitulado “A família Bezerra-Um caso de Oligarquia no município de Soure”. pp.17-21).

<sup>194</sup> CHILTON, Paul & SHAFFNER, Christina. “Discurso y política”. In: DIJK, Teun A. van (compilador). *EL discurso como interaccion social*. Barcelona: Gedisa editorial: 2000. Ver especialmente pp 304-307

tornado uma personagem constante, isto é, quando não protagoniza os casos narrados pela *Folha do Norte*<sup>195</sup>.

Atentemo-nos para mais uma das reuniões do clube relatadas no impresso, nessa reunião José Porphirio chegava à câmara calado e sem cumprimentar ninguém indo a direção do deputado Virginio (Dr. Virginio Americo Santa Rosa), agarrando-o “pelas abas do frack de lustrim” e pergunta-lhe o motivo da sua ausência em um evento que deveriam ter ido juntos. A cena prossegue da seguinte maneira com a resposta de Santa Rosa:

-Tenha paciência colega a minha casaca está para tinturaria e eu...  
 [interrompe-o J. Porphirio] -Quas, nada! E porque não respondeu o bilhete que lhe mandei ontem?  
 Interveio o sr. Guamá [Dr. Edgard Correa de Guamá]:  
 -Perdão, colegas, quem recebeu o bilhete fui eu, o colega Virginio já não estava e guardei para entregar hoje hei-lo.  
 O sr. Virginio lê:  
 ' *culega Vilgino mandi me dezer cumo eu vu vistido na çeção sulenhe de palitú, de fracs u de dórma. Curner Purfiro deputado du cungreçu*'(sic)<sup>196</sup>

É evidente qual a intencionalidade de colocar, em tela, uma cena com esse teor aos leitores do jornal, nota-se de inicio que os dois deputados/doutores<sup>197</sup> dessa cena não cometeram nenhum desvio gramatical. Por outro lado, o único investido apenas da patente de coronel José Porphirio é apresentado como alguém que não possui lá muita familiaridade com a língua portuguesa, tanto na sua forma oral quanto na escrita.

Chega-se ao extremo nessa paródia “laurista” de que o deputado não acertaria escrever nem o próprio nome. Isso em uma sociedade em que na sua legislação eleitoral a alfabetização era uma condição necessária do direito ao voto.<sup>198</sup> Como bem registra Inglês de Souza, a roupa e os gestos são elementos que diferenciam entre o “homem da cidade” e o “matuto”. Conforme aponta Gilda de Mello e Souza em seu estudo sobre a moda no século XIX, a indumentária funcionava como um elemento definidor das barreiras e possibilitava deixar visíveis as diferenças entre as classes sociais, nesse século. Além disso, esse estudo analisa as transformações das vestimentas e dos seus significados a partir da idéia de que a

<sup>195</sup> Cf: “Congresso do Estado”, in: *Folha do Norte* 05/02/1901; 08/02/1901; 21/02/1901; 23/02/1901; 03/03/1901.

<sup>196</sup> *Folha do Norte* 01/03/1901 p.2 (Grifo nosso).

<sup>197</sup> Na divulgação em 1899 do resultado da eleição para senadores e deputados para o congresso do Estado é realizada essa identificação ao nome de uns aparece a patente de coronéis (Diogo Henderson e Jose Porphirio de Miranda Jr., por exemplo) e outros são distinguidos como doutores (Dr. Virginio Americo Santa Rosa e Dr. Edgard Correa de Guamá). Cf: *O Pará* 01/12/1899

<sup>198</sup> CARVALHO, José Murilo de. (2001)

moda é uma expressão dos valores de uma sociedade. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos afirmar que não bastaria simplesmente ostentar a sua riqueza por meio da vestimenta, pois as diferenças seriam também marcadas pelo “[...] polimento das maneiras, na composição elaborada dos gestos, enfim no elemento dinâmico da moda. A distinção econômica do luxo cede lugar à distinção estética da elegância”<sup>199</sup>.

Certamente, pesara no momento de elaboração da caricatura de José Porphirio o fato de ser um *nouveaux riches* e, principalmente, pertencer ao partido dominante, pois no discurso “laurista”, o dinheiro acumulado pelo seringueiro não era garantia de que ele obtivesse um refinamento aos moldes daquela sociedade, embora lhe possibilitasse adquirir os bens mais variados. Na visão da oposição, especialmente, ele seria sempre alguém que só ocupava aquele cargo devido seu poder econômico e relações familiares. Mas, vale a reflexão de Norbert Elias, acerca da elasticidade do conceito de civilização, que permite a cada sociedade(ou grupo, neste caso) estabelecer *sua* civilização como *a* civilização, já que “[...] rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma ‘civilizada’ ou ‘incivilizada’”<sup>200</sup>. Portanto, não podemos reduzir o significado da piada como resultado da dificuldade desses coronéis enquadrarem-se aos padrões vigentes<sup>201</sup>, o que seria comungar da idéia de civilização expressa no jornal “laurista”.

Em instigante trabalho sobre o papel da cultura política na Revolução Francesa, a historiadora Lynn Hunt analisa o quanto valores e regras, muitas vezes implícitas na sociedade, guiaram as ações dos franceses naquele período. Nesse cenário, a historiadora percebe uma verdadeira politização do cotidiano, aumentando significativamente a área de exercício do poder assim como as estratégias para exercê-lo. Nesse exercício do poder “[...] cores adornos, vestes, louças, dinheiro, calendários e cartas de baralho tornaram-se ‘sinais de filiação’ a um lado ou a outro”.<sup>202</sup> Não podemos perder de vista o caráter extraordinário, próprio do período revolucionário, no qual se baseiam as considerações de Hunt. Por outro lado, o trabalho nos sugere o quanto é importante aos sujeitos envolvidos nessas disputas

<sup>199</sup> SOUZA, Gilda de Mello e. "A luta das classes". *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 134.

<sup>200</sup> ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 23. (2.V)

<sup>201</sup> CUNHA, Marly Solange Carvalho da. *Terra, poder e relações familiares: José Porphirio de Miranda Jr. (1897-1911)*. Monografia de Conclusão de Curso, Departamento de História, UFPA, 2005, p. 32-33.

<sup>202</sup> HUNT, Lynn. *Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 78.

saber manejar muito bem os valores e regras eleitas pela sociedade e que constituíam um campo de luta política.

Diante disso, concluímos que afirmar simplesmente que se trata de uma manifestação do preconceito contra os interioranos, pouco nos ajuda a compreender o significado da analogia, entre a figura do “matuto” e as lideranças interioranas, que foi criada pelo jornal oponente e nem os esforços de negação dessa analogia, os quais foram realizados, posteriormente, por parte de tais lideranças. Tendo em vista que, para Bronislaw Baczko, o domínio do imaginário também faz parte das disputas pelo poder, considerando:

as situações conflituais entre poderes concorrentes estimularam a invenção de novas técnicas de combate no domínio do imaginário. Por outro lado, estas visavam a constituição de uma imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar sua legitimidade; por outro lado, exaltavam através de representações engrandecedoras o poder cuja causa defendiam e para o qual pretendiam obter o maior numero de adesões<sup>203</sup>

Os jornais não são apenas divulgadores de discursos, mas também constituem um local privilegiado do discurso político<sup>204</sup>. Esses jornais consolidavam-se como o lugar onde os jornalistas “[...] procuravam se fortalecer enquanto profissionais. Vencer o debate na imprensa significava o reconhecimento no campo jornalístico e ao mesmo tempo, era o jornalismo político a arena de luta na batalha político-partidária”<sup>205</sup>. Desse modo, o médico Cipriano Santos, proprietário da *Folha do Norte*, era segundo Ricardo Borges um “[...] abnegado ao seu culto a Lauro Sodré”<sup>206</sup>. Da mesma forma, Paulo Maranhão, jornalista de profissão, dedicou grande parte de sua vida a realização de críticas virulentas a Lemos e seus seguidores. Então, pode-se afirmar que tanto Cipriano Santos quanto Paulo Maranhão fizeram desse jornal um local de culto a Sodré e ataque a oposição.

Em outras palavras, a *Folha do Norte* foi o local do discurso “laurista”, isto é, dos sectários de Sodré, grupo que legitima sua autoridade nas disputas políticas e nas críticas que realiza aos adversários, valendo-se do histórico de seu expoente máximo, apresentado como alguém que galgou postos na vida pública por meio do seu próprio esforço, por mérito

<sup>203</sup> BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. Vol. V. p.300.

<sup>204</sup> FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

<sup>205</sup> FARIAS, William. Gaia. Op. cit.p.36.

<sup>206</sup> BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará*. Belém: CEJUP, 1986, p. 215

e, principalmente, por meio da educação<sup>207</sup>. Merece destaque aqui, a formação de Lauro Sodré na Escola Militar da Praia Vermelha, ainda que longe dos padrões idealizados na Europa, em que o poder baseado no parentesco e na riqueza estava se subordinando cada vez mais ao mérito individual. Tal Escola Militar passou a adotar o princípio do mérito entre seus alunos, extremamente “moderno” aos olhos daquela sociedade brasileira<sup>208</sup>. O líder paraense seria, pelo menos para os seus admiradores e seguidores, o exemplo lapidar fruto dessa formação.

Com isso, pode-se dizer que os jornalistas da *Folha* assumiriam, então, a função destes “intelectuais metropolitanos”. O historiador inglês Raymond Williams no seu estudo sobre as idéias do campo e da cidade na história inglesa cria essa feliz expressão: “intelectuais metropolitanos”. Williams nos esclarece que esses “intelectuais metropolitanos” podem ser facilmente identificados, pois são:

[...] não apenas às pessoas que jamais conheceram o meio rural e cuja ignorância, portanto, pode ser identificada, mas também todos aqueles que herdaram de fontes muito diversificadas, um velho desprezo pelo camponês, o matuto, o caipira, e que portanto tem como moeda corrente todo um repertório acumulado de estereótipos de um meio rural distante-leite, palha, animais, bosta são as palavras-chave que repetidamente levam à paródia e ao riso<sup>209</sup>

Tal característica seria acentuada pelo “vício do bacharelismo”, como diria Sérgio Buarque de Holanda para qualificar a importância dada a carta de bacharel que possibilitava ao seu portador um grande auxílio para galgar os altos cargos públicos e, ainda reforça uma tendência a exaltar, acima de tudo, a personalidade individual, que pode vir a ser tão superior que dispensa o indivíduo com o título de doutor “[...] de uma caça incessante aos bens materiais, que subjuga e humilha a personalidade”<sup>210</sup>. Não obstante, o jornalismo era

<sup>207</sup> A educação foi um elemento de grande importância também durante o governo de Sodré sua preocupação com a formação “cívica e científica” do povo o levou a realizar algumas transformações na instrução pública paraense. Cf: FARIAS, W. Gaia. *op.cit.* p.66 . Ver também sobre a importância da instrução pública: DORNELLES, Rodrigo José Guedes. “Mestres do Povo, Servidores da Civilização: O Sentido da Educação Pública Paraense no Alvorecer da República” *Revistando Memórias da Instrução Pública Paraense: Autoridades, intelectuais e pedagogistas orquestrando a educação republicana. (1890 – 1900)*. (Monografia de Graduação). UFPA: LABHIS, 2004.

<sup>208</sup> Sobre o mérito: CASTRO, Celso. *Os militares e a república: um estudo sobre a cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. Ver especialmente os capítulos dedicados a “Mocidade Militar” e a “Escola Militar da Praia Vermelha”. Alan Coelho também aborda a formação na Escola Militar de Lauro Sodré, embora detenha o seu estudo sobre suas “idéias”, cf.: COELHO, Alan Watrin. *A ciência de governar: positivismo, evolucionismo e natureza*. Belém, 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Departamento de História, UFPA.

<sup>209</sup> WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.p 58.

<sup>210</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. (26ª ed.), p.157. A datação da obra longe de ser um empecilho auxilia-nos na compreensão da importância do diploma, escrito em no início dos anos 30 do século XX, o autor ainda vivencia uma sociedade marcada pelo vício que descreve.

muitas vezes porta de entrada para a carreira política, era o local que muitos recém egressos das faculdades exercitariam justamente o manejo da palavra escrita.

Longe de ser exclusividade de um segmento da elite paraense, desde o Império pelo menos, há registros de manifestações de desprezo pelos homens e cultura interiorana, um jogo constante de oposição entre campo e cidade. Para Márcia Naxara, a elaboração de identidade do brasileiro esbarrava constantemente no grande distanciamento percebido entre um Brasil rural e outro urbano, este era modelar e aquele o exemplo do que deveria ser superado:

Acentuando uma tendência que já havia se manifestado desde a instalação da Corte no Rio de Janeiro e da Independência, ela contribuiu para, e veiculou, a imagem do atraso do homem rural, ridicularizando seu modo de trajar, de falar, de portar-se enfim. E o grande contraponto era o homem cidadão, “moderno”, que falava “corretamente”, que se vestia e portava pelos padrões europeus (urbanos, portanto civilizados)<sup>211</sup>

No início do século XX, sob os auspícios do governo do Estado do Pará, um grupo de intelectuais foi reunido com o intuito de elaborar uma obra que divulgasse os progressos do Estado<sup>212</sup>. O barão de Santa-Anna Nery ficou responsável pela introdução da obra denominada de *O Pará, em 1900* e mostrava-se preocupado com o que ele chamou de “preconceito vetusto” dos homens do Sul do Brasil, em relação a população do Norte e alertava:

Para o nosso patricio do Sul, nós, os Paraenses, somos ainda, por mais estrondosos que tentam sido os nossos recentes progressos, os ‘cidadãos de arco e flexa’, ludibriados por um Estadista galhofeiro do tempo do Império, -os seringueiros ‘matutos’ e endinheirados, de quem a operetta está prestes a fazer troça, -os caboclos anêmicos e algum tanto beribericos que vivem ou, melhor, vegetam em estufa equatorial<sup>213</sup>.

A origem indígena e as condições ambientais geravam uma imagem extremamente caricata do homem da região: “cidadãos de arco e fecha” e “seringueiros matutos e endinheirados”. Para Santa-Anna Nery essa imagem da sociedade paraense era fruto da ignorância da população do Sul em relação ao Norte. A obra tinha a intenção justamente de diminuir essa ignorância, visando estreitar as distâncias entre o Norte e o Sul do

<sup>211</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998, p.115-116.

<sup>212</sup> FONTES, Edilza. “O Paraíso chama-se Pará: o Álbum” Pará em 1900” e a propaganda para atrair imigrantes. In: BEZERRA NETO, José Maia e GUZMÁN, Décio. *Terra Madura: História & Historiografia Social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatua, 2002.

<sup>213</sup> PARÁ, Governador (Paes de Carvalho). *O Pará em 1900: quarto centenário do descobrimento do Brasil*. Pará: Imprensa A. A. Silva, 1900, p. 2

Brasil apresentando os ditos progressos que o Pará alcançara. Para decepção do propagandista da Amazônia, como se intitulava Santa-Anna Nery<sup>214</sup>, essa imagem burlesca era também fomentada e reproduzida pelos próprios habitantes da região, os quais acabaram estabelecendo uma hierarquização entre a cidade e o campo dentro do Estado.

O modelo de cidade adotado pelos jornalistas era Belém. A *belle-époque* belenense já tornou-se lugar comum na historiografia, mas que atualmente está sendo problematizado sob diversos ângulos, como nos trabalhos recentes sobre as epidemias que a grassavam<sup>215</sup>. Mas, não podemos ignorar que a cidade de Belém, nesse período, vinha sendo alvo de constantes intervenções do poder público, em especial o municipal, que visavam à modernização do espaço urbano<sup>216</sup> e foi a partir desse referencial de cidade que os jornalistas lançaram suas críticas às lideranças interioranas.

Portanto, é possível afirmarmos que já existia um campo fértil para a inserção e exploração da figura do “matuto” nessas disputas políticas, como por exemplo, o registro literário de Inglês de Souza, que destaca justamente o antagonismo quase que conflitante entre o urbano e o rural, mesmo entre aqueles que, embora de origem rural e interiorana, haviam incorporado hábitos que seriam próprios da cidade. Os jornalistas da *Folha do Norte* exploraram justamente esse imaginário buscando descobrir elementos tidos como característicos, tais como: a fala, a vestimenta, os gestos, enfim buscavam criar situações em que facilmente as lideranças “lemistas” fossem vistas como pessoas de quem se deve rir, explorando distâncias que os separariam do líder tido como exemplar: Lauro Sodré. Assim, entende-se que: “Tornar uma personalidade pública objeto do riso não é ato fortuito, mas uma ação carregada de implicações políticas”<sup>217</sup>.

<sup>214</sup> COELHO, Anna Carolina de Abreu. *Santa-Anna Nery: Um propagandista “voluntário” da Amazônia (1883-1901)*. Belém, 2007. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Departamento de História, UFPA.

<sup>215</sup> AMARAL, Alexandre Souza. *Vamos à vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904 a 1911)*. Belém, 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Departamento de História, UFPA.

<sup>216</sup> SARGES, Maria de Nazaré. “Belém: um outro olhar sobre a ‘Paris dos Trópicos’ (1897-1911)”. In: SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda (Orgs.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999, p.49-74. Idem. *Belém: Riquezas produzindo a belle-époque, 1870-19120*. Belém: Paka-Tatu, 2000. Ver também: DIAS, Mascarenhas Edineia. *A Ilusão do Fausto: Manaus -1890-1920*. Manaus: Valer Editora, 1999.

<sup>217</sup> MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006.p.21. Ver também o artigo: MOTTA, Rodrigo Pato Sá. “O lado cômico da crise: caricaturas sobre João Goulart e seu governo comprovam a força do riso como arma política.”. In: *Nossa História*. Ano. 1, nº 6, mar/2004, p.36-39.

É consenso entre os estudiosos do humor e do risível a capacidade do desenho humorístico atingir um público não familiarizado com a escrita. Nesse sentido, a caricatura possibilitava que os jornais e revistas alcançassem um público maior<sup>218</sup>. “A caricatura ajuda a traduzir os eventos conflitos e grandes personagens políticos para a linguagem popular, tornando tais temas mais palatáveis para indivíduos iletrados e/ou socialmente excluídos.”<sup>219</sup>. O que não era o caso das sátiras apresentadas na *Folha do Norte*, tratava-se exclusivamente de textos e em sua maioria extensos, como explicaram anos depois que eram “[...] uma boa dúzia de *charges* pictórescas [...]”<sup>220</sup>, o que poderia suscitar a idéia de que tiveram pouca difusão. Ensina Roger Chartier, em estudo sobre a leitura na França do Antigo Regime, o quão difícil é para o historiador saber a respeito da recepção do que é lido por parte dos leitores. Por outro lado, Chartier coloca em cheque a teoria de que a cultura escrita seria inacessível aos não alfabetizados, seu acesso é possível “[...] pelas sociabilidades diversas da leitura em voz alta, existe nas sociedades antigas uma cultura do escrito mesmo entre aqueles que não sabem nem produzir nem ler um texto”<sup>221</sup>.

A respeito dos periódicos Marialva Barbosa afirma que a leitura em grupo do jornal, como atividade de socialização, possibilita uma leitura coletiva e seu conteúdo é discutido e reelaborado de acordo com o grupo que o lê. Dessa maneira, o jornal não precisa ser lido para que seu conteúdo seja alvo de comentários e debates, para isso basta ser ouvido<sup>222</sup>. Ganha importância a forma como o texto é apresentado, no caso das sátiras da *Folha*, desde a forma de versos, explorando as rimas e musicalidade, a junção da forma e do conteúdo produzem o efeito cômico:

Nicota,

Se não mandei  
Ainda notícias minhas  
É porque estão eu bem sei,  
Ardendo as barbas vizinhas...  
A tal *Folha do Norte*  
Só leva a mangar da gente,

<sup>218</sup> Idem, *Ibidem*; SALIBA, Elias Thomé. Op.cit.; MINOIS, Georges. Op. Cit.

<sup>219</sup> MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Jango e a caricatura*....p.18.

<sup>220</sup> “O monumento do Bosque”, in: *Folha do Norte* 14/06/1906, p. 1

<sup>221</sup> CHARTIER Roger. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora Unesp, 2004, p.11. Ver também o artigo: DARTON, Robert. “História da leitura”. In: BURKE, Peter (Org). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 199-236. Ensina Darton o quão difícil é para os historiados responder sobre os ‘porquês’ e os ‘como’ era realizada essa leitura. “A leitura tem uma história”, e que embora possamos folhear hoje os textos de diferentes épocas, e estes deveriam lidos de maneira diferentes.

<sup>222</sup> BARBOSA, Marialva. Op. cit., p. 189-190.

E mette o pão mesmo forte  
Até no próprio intendente...

E aqui te digo em segredo,  
Nicota do coração,  
Que até ando com medo  
De ser mettido em função.  
Tomara que o bilhetinho  
Que te escrevo  
Não se suma no caminho  
E não vá parar alli.

Eu nem te conto... O diacho  
Para nós tem sido feito...  
Mas nós não fiquemos em baixo,  
Porque assim não tinha jeito,  
Certo dia nos deram um bruto  
Banquete (dois e que é:  
Num tal bosque e no instituto  
Do Douto Lóro Sodré...)

Nós então, em pagamento  
Juntamo os cobre num lote  
E demo um advertimento  
Que chamaram conviscote.  
E' o putirum da cidade,  
Sem roçado nem plantio,  
Por ser dentro do navio.  
[...]  
Nicota, de tanta festa  
Já estou bastante aborrido,  
O que é demais nunca presta,  
Faz a gente disquerido.  
Depois da subscrição  
Para casa do intendente,  
Nos teus braços, tão contente,  
Lá terás o teu<sup>223</sup>.

Durante a realização do Congresso foram publicadas na primeira página, cartas fictícias dos convidados, endereçadas às suas esposas que teriam ficado no interior, nelas os remetentes informam sobre o evento e ainda dão ordens de como os trabalhos na Intendência deveriam ser conduzidos na sua ausência<sup>224</sup>. No caso citado acima, o remetente mostra-se preocupado com as chacotas do jornal oposicionista. Como vimos anteriormente, os comentários dos adversários assim que ganhavam as ruas eram prontamente respondidos e as zombarias também exigiram respostas. Considerando-se que a pior maneira de reagir à zombaria, seja em qualquer época histórica, é mostrar-se claramente atingido por ela, logo as

<sup>223</sup> “Os bales”, in: *Folha do Norte* 27/08/1903, p.1

<sup>224</sup> Ver os artigos com o título “A correspondencia dum ‘maire’” publicadas na *Folha do Norte* em: 15/08/1903; 19/08/1903; 20/08/1903; 21/08/1903; 22/08/1903; 23/08/1903; 26/08/1903; 29/08/1903.

páginas do jornal *A Província do Pará* não se mostravam suficientes, exigindo das lideranças interioranas o uso de outros recursos.

## 2.2. *Nos fastos das glórias: o Monumento ao Congresso*

É inegável o êxito do Congresso, no que diz respeito a sua motivação inicial. Mais do que isso, a vinda das lideranças à capital, atendendo ao convite de Lemos, foi uma prova para a sociedade paraense da força da oligarquia “lemista”. Antonio Lemos não realizou um simples congresso do partido, com os delegados municipais, mas soube aproveitar a oportunidade para estreitar cada vez mais a aliança com essas lideranças, fundamentais para sua manutenção à frente da política estadual (conforme estão listadas no quadro abaixo.). Isso justifica a recepção desses sujeitos em grande estilo, o evento deveria se destacar dos inúmeros banquetes políticos por sua singularidade, desde os convidados ao local escolhido para a abertura. O que pode explicar o esforço da oposição em miná-lo, zombando dos seus convidados.

Quadro: Lideranças políticas dos municípios do Estado presentes no Congresso de 1903.

		<b>Nome</b>	<b>Função</b>	<b>Município</b>
1	Coronel	Francisco Bezerra da Rocha Moraes	Pres. da Comissão Municipal	Soure
2	Coronel	Cezar Augusto de Andrade Pinheiro	Intendente	Quatipurú
3	Coronel	Manuel Pedro de Castro	Pres. da Comissão Municipal	Salinas
4	Tenente-Coronel	Herculino Bentes	Intendente	Marapanim
5	Coronel	João Rodrigues dos Santos	Intendente	São Caetano
6	Coronel	José Julio de Andrade	Intendente	Almeirim
7	Tenente-coronel	Levindo Dias da Rocha	Intendente	Baião
8	Dr.	Silvino Pinto Guimarães	Intendente	Santarém
9	Coronel	Manuel Jeronymo Ferreira Guimarães	Intendente	Curuçá
10	Coronel	Antonio Pedro da Silva Pereira	Intendente	Bragança
11	Major	Olyntho José Pereira	Intendente	Viseu
12	Coronel	José Joaquim Lages	Intendente	Itaituba
13	Coronel	Francisco Antonio de Resende	Intendente	Anajás
14	Tenente-coronel	Manuel da Glória Guerreiro	Intendente	Bagre
15	Coronel	Manuel Valente Flexa	Intendente	Mazagão
16	Tenente-coronel	Aristides Miquelino de Araújo	Intendente	Acará
17	Coronel	José Garcia da Silva	Intendente	Igarapé-Miry
18	Senador	Jacinto Machado Moreira	Intendente	Mocajuba

19	Major	Francisco José Leal	Intendente	Melgaço
20	Tenente-coronel	Francisco de Araujo Freire	Intendente	São Sebastião da Boa Vista
21	Coronel	Antonio Manuel de Arrouxellas Galvão	Intendente	Porto de Mós
22	Coronel	Hygino Maués	Intendente	Abaeté
23	****	José Maria Cabral	Intendente	Breves
24	****	Theodoro Manuel de Mendes	Intendente	Macapá
25	Coronel	Bento Lobato de Miranda	Intendente	Cachoeira
26	Capitão	Felix Hemeterio da Silva	Intendente	Oeiras
27	Coronel	Diogo Henderson	Intendente	Moju
28	****	Martiniano dos Santos Torres	Pres. da Comissão Municipal	Chaves
29	Coronel	Lourenço de Mattos Borges	Intendente Eleito	Breves
30	Coronel	Fulgencio Mariano de Andrade	Intendente	Breves
31	Tenente-coronel	Torquato Pereira de Barros	Intendente	Abaeté
32	Dr.	Liberato Magno da Silva Castro	(Pelo) Intendente Albertino de Souza Barahuma	Afuá
33	****	Eduardo Rufino de Medeiros Furtado	Intendente Eleito	São Sebastião da Boa Vista
34	Coronel	Albino José da Costa	Intendente Eleito	Alemquer
35	Dr.	Flaviano Flavio Baptista	Intendente Eleito	Gurupá
36	Tenente-coronel	Antonio José do Carmo Barriga	Intendente	Vigia
37	Tenente-coronel	Felipe Julio de Paiva	Intendente	Acará
38	****	Pedro de Alcantara Alves	Intendente	Melgaço
39	Tenente-coronel	Theodulo Bahia	Intendente	Portel
40	Tenente-coronel	Raymundo Bezerra de Moraes Rocha	Intendente	Soure
41	Tenente-coronel	João Capistrano de Souza Vasconcellos	Intendente	Chaves
42	Coronel	José Heitor de Mendonça	Intendente	Cametá
43	Tenente-coronel	Leonardo Lobato Tavares	Intendente Eleito	Ponta de Pedras
44	Coronel	José de Almeida Campos	Intendente	Aveiros
45	Tenente	Florêncio Serrão dos Reis	Intendente Eleito	Irituia
46	****	Francelino Galdino Gomes	(pelo) Pres. Coronel João Duarte Alves.	Marapanim
47	Tenente-coronel	Candido José de Souza	Pres. da Comissão Municipal	Ourém
48	Dr.	Virgilio de Mendonça	(pelo) Pres. Bazilio Lopes de Mendonça	Cametá
49	****	Domingos Francisco Cerdeira (Cordeiro?)	Intendente Eleito	Curralinho
50	****	José Antonio Tavares Bastos	(pelo) Pres. sr. Antonio Severo de Souza	São Domingos do Capim
51	****	Servulo da Costa Athayde	Intendente	São Miguel do Guamá
52	Tenente	Candido Nunes	(pelo) Pres. da	São Miguel

			Comissão Municipal	do Guamá
53	Dr.	José Ferreira Teixeira	(pelo) Intendente Municipal tenente-coronel Simão Ferreira Monteiro	Muaná
54	Coronel	Joaquim José da Costa	Intendente	Monte-Alegre
55	Coronel	José Antonio de Mattos Piranha	Intendente	Óbidos

Fonte: CARVALHO, Antonio de. *O Congresso Político em 1903*. Belém: Secção de Obras d'A Província do Pará, 1904.

Os convidados ausentes tratavam de enviar representantes ou justificar sua ausência, como fez o intendente de Souzel José Porphirio de Miranda Junior. Em um telegrama destinado a Lemos informava que motivos “imperiosos” impediram-no de participar e deixa claro que:

Acostumado a obedecer a quão criteriosa quão sabia orientação de V. Exc. égide do poderoso Partido Republicano, cumpro dever de aderir, incondicionalmente a deliberação assentada pela totalidade do estado, legitimamente representada pelos intendentes, senadores, deputados e chefes locais<sup>225</sup>.

O intendente de Souzel, no telegrama, não apenas justifica sua ausência, mas também reafirma sua obediência a Lemos, prática a qual já estaria “acostumado”, muito mais do que uma demonstração de acordo com a maioria dos participantes do evento, o remetente busca deixar clara sua subserviência ao destinatário, o que explica sua adesão de antemão as deliberações. Uma leitura mais apressada do telegrama nos sugeriria, de fato, uma submissão do intendente, contudo não nos esqueçamos do caráter estritamente político desse telegrama: declarar-se publicamente obediente. O telegrama, como tantos outros referentes ao Congresso, fora publicado no jornal. O que não significa que esse comportamento se efetive, na prática. Serve antes de tudo para permanecer nas graças do chefe.

Ainda assim, a listagem dos convidados apresentada não deve ser vista homogeneamente, o grupo designado “lemista” apresentava também algumas divergências internas, como a que existia entre José Porphirio de Miranda Junior e José Julio de Andrade. Ao que parece dificilmente participavam do mesmo evento, tanto que por ocasião de um baile em homenagem ao governador Augusto Montenegro, José Julio de Andrade, ainda que tenha

<sup>225</sup> “Telegramma”, in: *A Província do Pará*, 24 /08/1903, Apud. CARVALHO, Antonio de. *Op. cit.*,p.98. A publicação de telegramas era uma prática comum, sobretudo, os referentes as lideranças políticas do interior do Estado informando sobre eventos nos municípios.

contribuído financeiramente, não foi convidado, o que acabou influenciando para essa decisão dos organizadores do baile foi o fato de ser “[...] desaffectedo pessoal do sr. José Porphirio”<sup>226</sup>. Segundo o articulista, essa inimizade já era de conhecimento público e por isso não fez mais nenhum comentário a respeito dos motivos da desavença, o que não deixa de ser sugestivo para nós, pois ao longo da pesquisa essa foi a única referência que encontramos sobre a hostilidade existente entre esses intendentes. Não podemos, contudo ignorar a injunção dos interesses econômicos que poderiam está presentes na origem dessas quizilas entre partidários da mesma sigla.

A inimizade entre os dois “lemistas” poderia ter motivações comerciais, devemos lembrar de que ambos eram proprietários de inúmeras estradas de seringais em regiões relativamente próximas: a região do rio Xingu e a do rio Jarí (ver o mapa na p.54). Talvez, a presença de José Julio nos municípios às margens do rio Jarí, especialmente em Almeirim, fosse um empecilho para a expansão dos domínios do “rei do Xingu”, José Porphirio. Assim como a recíproca pode ser verdadeira, enfim, a presença de um seria uma barreira ao crescimento do outro naquelas paragens, ou para usar a expressão comumente empregada na época, no que se refere a esses sujeitos o “reinado” de um impediria a expansão do outro.

Todavia, independente dessas querelas internas os que se fizeram presentes também estavam preocupados em agradar o anfitrião e apresentaram, durante o Congresso, a proposta de “[...] exclusão do dispositivo constitucional referente à obrigatoriedade da naturalidade de paraense para os candidatos a chefe do Estado”<sup>227</sup>, apresentada pelo intendente de Cametá, José Heitor de Mendonça, e que recebeu assinatura de vários participantes. Todos esperavam agradar Lemos, afinal era consenso entre partidários e adversários acreditavam que sua “[...] grande aspiração política fosse concorrer ao Governo do Estado”<sup>228</sup>. Lemos reagiu, ameaçando retirar-se do Congresso caso a proposta fosse votada, o que levou ao proponente excluí-la da pauta de votação.

Ainda que considerado um sucesso em seus objetivos, após o termino do evento, ficaram os intendentes, desculpem o trocadilho: matutando uma maneira de comemorá-lo. A primeira idéia apresentada pelos intendentes era de uma placa sobre uma coluna a ser colocada na clareira do Bosque Municipal, idéia que logo foi substituída pela construção de

---

<sup>226</sup> “Os convite para o baile”, in: *Folha do Norte*, 05/02/1909, p. 1.

<sup>227</sup> “A segunda reunião nocturna”, in: *A Província do Pará*, 19 /08/1903, Apud. CARVALHO, Antonio de. *Op. cit.*, p.50.

<sup>228</sup> SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do Velho...*, p.65.

um monumento<sup>229</sup>. Os intendentess aproveitaram para celebrar um ano do evento e dar início aos trabalhos necessários para que o monumento tomasse forma, reuniram-se e formaram a comissão responsável pela construção. Assim ficaram distribuídos os cargos: coronel Lourenço Borges, presidente; Dr. Flaviano Flavio Batista, secretário; coronel José Porphirio de Miranda Jr., orador; e os membros, coronel José Julio de Andrade, Dr. Ignácio Moura e major Francelino Galdino Gomes<sup>230</sup>.

Novamente no Bosque Municipal, as lideranças políticas estavam reunidas para o lançamento da pedra fundamental do monumento e se os banquetes eram reservados à elite paraense, esse era um evento aberto a toda sociedade paraense, participando “[...] homens das mais elevadas como das mais modestas camadas [...]”, assim como senhoras e crianças. Segundo o orador:

Nos fastos das glórias do Partido Republicano Paraense esse acontecimento, eminentemente político tem o seu registro assinalado e jamais se apagará da memória dos homens, porque contra elle é impotente a acção do odio e da perversidade dos maus, dos nullos e dos incapazes!<sup>231</sup>

Qual registro do evento deveria ser fixado na memória daquela sociedade? Terminantemente, não desejavam as lideranças “lemistas” que fosse a memória da renitente chacota oposicionista. Nesse caso, era necessário criar um verdadeiro lugar de memória. Esclarece Pierre Nora, a respeito da construção desses lugares de memória, que ela é necessária por que não há memória espontânea, e:

[...] sem a vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis<sup>232</sup>.

Diante da possibilidade de forjar uma memória desejável daquele evento, a escolha do projeto era uma etapa importante, para isso foi aberto um concurso internacional. Assim como, fora publicado em 1904 a obra *O Congresso Político em 1903*, de Antonio de Carvalho, para auxiliar os concorrentes com informações sobre o evento. A obra nada mais é

<sup>229</sup> *A Província do Pará 25/10/1903*, in: CARVALHO, Antonio de. Op. cit., p. 145

<sup>230</sup> “Festa no Bosque Municipal”, in: *A Província do Pará 25/10/1903*, in: CARVALHO, Antonio de. Op. cit., p. 146.

<sup>231</sup> CARVALHO, Antonio de. Op. cit., p.125.

<sup>232</sup> NORA, Pierre. “Entre a memória e a história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto história*. São Paulo, (10), dez. 1993.p.13.

do que a compilação dos artigos referentes ao Congresso, publicadas no jornal *A Província do Pará* e editada na própria oficina do jornal. Antonio Marques de Carvalho preocupou-se em fornecer uma descrição minuciosa do Bosque Municipal e forneceu, em anexo, as leis da Constituição Estadual modificadas graças ao Congresso. Portanto, os concorrentes, mesmo os europeus, teriam todo acesso aos subsídios necessários para a elaboração dos projetos.

A ausência dos projetos concorrentes não é um impedimento absoluto para conhecê-los, isso é possível por meio das considerações realizadas pela comissão julgadora. Foram, nada menos que, treze inscritos: Michele Sansebastiano, professor Guisepe Navone, Archille Canessa, S. Vittorio D'Angeli, Mario Ciancia, Perfetti Giovanni, Julieta França, professor Mauricio Blaise, Genovesi Carlo, Guisepe D'Angeli Verdura, engenheiro Palma Muniz, Antonio Bello e Alberto Cappabianca. No entanto, apenas os projetos apresentados pelos cinco primeiros chegaram a ser avaliados, os demais foram excluídos por não remeterem em nada ao evento, ou ainda por não possuírem “[...] certos elementos indispensáveis a uma obra de arte [...]”<sup>233</sup>, diga-se de passagem que o articulista em nada esclarece que elementos seriam esses.

A lista já trazia alguns nomes conhecidos no Pará, como o de Sansebastiano, escultor genovês que ganhou o primeiro concurso promovido pelo governo republicano, o do monumento à república. Assim sendo, já existia um trabalho de sua autoria na cidade, um verdadeiro conjunto escultural erigido na Praça da República, com destaque para a figura da Mariane<sup>234</sup>. O projeto de Sansebastiano foi considerado uma verdadeira obra de arte, na qual harmoniosamente estão dispostas elementos da arquitetura e da escultura, apresentando três figuras simbólicas, apoiadas em uma grande pirâmide e do seu vértice estaria pendurada uma medalha comemorativa do Congresso. As figuras representariam: o Estado do Pará, o Pensamento e a Ação. Na avaliação da comissão, o projeto não era indicado para o bosque e além do mais o consideraram fúnebre. E alegando os mesmos motivos, o articulista nem se quer descreveu para os leitores o projeto do professor Giuseppe Navone. .

Por motivo similar, não caiu nas graças da comissão. Segundo o parecer, o projeto de Archille Canessa, “baldo de originalidade”, seria mais indicado para uma grande praça. Tratava-se de um braço com as mãos fechadas em forma de um soco de cinco metros de altura, rodeado de quatro figuras simbólicas: a República Brasileira, a Cidade de Belém, a

<sup>233</sup> “O Congresso de 1903”, in: *A Província do Pará*, 23 /04/1905, p. 1.

<sup>234</sup> COELHO, Geraldo Martires. *No coração do Povo: o monumento à república em Belém - 1891 – 1897*. Belém: Paka – Tatu, 2002.

História e a Confraternização dos povos. E não parava por aí, a descrição continua: “[...] no topo do monumento, sobre um macisso architectural contornado de columnas corynthias, ns dextra, o sólido fache, illuminante da estatua da Liberdade de Bartholdi”<sup>235</sup>.

Os projetos de Vittorio D’Angeli, Mario Ciancia e Perfetti Giovanni predominaram a arquitetura, pecaram pelo exagero nas dimensões do monumento, com custos considerados muito elevados pela comissão e, além disso, não seriam adequados para um bosque equatorial.

A única mulher inscrita apresentou uma fotografia de sua maquete. Na opinião da comissão, ao projeto de Julieta França faltaria unidade entre a parte superior e inferior, a tal ponto que a exclusão de qualquer uma delas não afetaria em nada o monumento, de acordo com a opinião da comissão. A descrição do projeto auxiliaria para justificar tal parecer: “[...] uma figura representando a República recebe o tributo da Constituição, a *República* recebe o tributo da *Constituição* personificada pela mocidade que lhe offerecia o ramo de oliveira”. Ainda contaria com a figura da Nação, na sua base; ao seu lado direito, a do Progresso e a da Historia, à esquerda “[...] esculpindo as taboas da nova Constituição paraense”.

O projeto aceito foi o apresentado pelo professor da Escola Normal, Maurice Blaise, que recordava a fonte de Médicis erigida em Paris. Segundo o parecer, seria o que mais cumpriria com a função de “[...] perpetuação do Congresso político de 1903”. Composto de uma:

[...] fachada simples contra o qual se apóiam dois grupos de duas columnas jonicas, coroadas pelos respectivos entablamentos. No intercolumnio central, há um grupo de bronze representando a *História*, registrando, sob a égide da *Paz*, as bases da reforma constitucional do Estado. A data do Congresso acha-se inscripta n’um *cartouche* ou placa de mármore ornamentada n’um rochedo, de sob o qual jorra uma torrente; o grupo de bronze é sobrepujado pelas *Armas do Pará*, de pedras esmaltadas. Emfim, para coroar a parte cental, dando-lhe um aspecto vigoroso, vê-se a *água* das arma paraenses executada em bronze<sup>236</sup>.

O monumento ainda contaria com os bustos em bronze do governador Augusto Montenegro e do senador Antonio Lemos, promotor do Congresso. Em frente ao conjunto teria uma fonte, complementado com uma placa de mármore na parte posterior, na qual teriam os nomes dos intendentes e demais participantes do banquete inicial ocorrido no bosque. Além disso, localizada acima da chapa um cartouche, representando o escudo da Intendência de Belém.

<sup>235</sup> “O Congresso de 1903”, in: *A Província do Pará*, 23 /04/1905, p. 1

<sup>236</sup> Idem. Ibidem.

Não são apenas os critérios expressos no edital do concurso que nos permitem compreender as motivações das reprovações dos demais projetos apresentados, esses projetos tinham em comum uma visão muito distante da república brasileira, em especial do Pará. Apropriavam-se de uma série de elementos comumente usados para simbolizar o regime, talvez o que lhes faltasse não fosse tanto criatividade como lhes acusava a comissão, mas sim conhecimento sobre a situação política local. Blaise, pelo contrário, conseguiu reunir tanto esses elementos mais usuais dos monumentos erigidos no período, mas também soube uni-los com as figuras dos dois líderes políticos paraenses, bem como abriu espaço para os tão criticados intendentess interioranos. A escolha também torna-se mais compreensível, quando atenta-se para os nomes que compunham a comissão julgadora: Felinto Santoro, engenheiro arquiteto; tenente-coronel Antonio Marques de Carvalho, deputado estadual, literato e crítico de arte do jornal *A Província do Pará*; e Fraga Castro, redator do mesmo jornal.

O literato João Marques de Carvalho, assim como seu irmão o deputado estadual Antonio Marques de Carvalho, toma parte no esforço para a defesa do Congresso “lemista”, não só participando da referida comissão, mas por meio do seu talento literário. Na sua peça teatral *A Bubonica*, encenada no principal teatro em funcionamento de Belém, uma das personagens brinda em nome daquele evento, reafirmando sua importância de Lemos para a política estadual.

Portanto, o brado da *Carapaná* de “Viva o Pará” pretendia acalmar os ânimos políticos, já que a oposição ao grupo lemista, através dos correligionários do senador Lauro Sodré, intensificara-se nos embates. Mais uma vez, e não seria diferente, o comendador Marques de Carvalho defende na literatura missionária as ações do PRP, procurando reforçar através d’*A Bubonica* a coroação da oligarquia lemista<sup>237</sup>.

Tratava-se de um grande esforço para responder as zombarias “lauristas”, no qual fora recrutados literatos, artistas e homens públicos. Dessa forma, a oligarquia “lemista” valer-se-ia dos dotes desses sujeitos nessa disputa. O projeto, então, correspondia à necessidade política do momento, assumiria uma função pedagógica tão ao gosto dos republicanos do período. Se o monumento à república fora encomendado com o objetivo de

---

<sup>237</sup> SARGES, Maria de Nazaré & AMARAL, Alexandre Souza. “As querelas republicanas, os intelectuais e o círculo político no Pará: literato, pintor e crítico de arte na legitimação do Congresso dos Intendentess no início do século XX” In: *Revista de Estudos Amazônicos*, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2006. p.5

inscrever o novo regime no “coração do povo”<sup>238</sup>. Contudo, tal objetivo não estava muito distante das intenções daqueles homens no início do século, tratava-se agora da “oligarquia lemistá” que buscava legitimar-se, também, perante as camadas mais populares da sociedade<sup>239</sup>. Lynn Hunt, em trabalho já citado, analisa os símbolos e rituais não como simples metáforas do poder, mas como um próprio meio de obtê-lo, pois:

O exercício do poder sempre requer práticas simbólicas. Não há governo sem rituais e sem símbolos, por mais que possa parecer isento de mística ou mágica. Não é possível governar sem história, sinais e símbolos que, de inúmeros modos tácitos, transmitam e reafirmem a legitimidade de governar. Em certo sentido, legitimidade é concordância geral sobre sinais e símbolos<sup>240</sup>.

Atendendo ao pedido da comissão promotora foram realizadas algumas alterações no projeto original de Blaise, que deveria dar maior destaque ao conjunto de esculturas e menor às armas estaduais e, sobretudo, que se adequasse ao orçamento, recebesse o prêmio de três contos de reis e assinasse o contrato com o coronel José Porphirio de Miranda Jr, o qual assumiu interinamente a presidência da comissão<sup>241</sup>.

Havia muito a ser feito após a escolha do projeto e assinatura do contrato, para isso contou-se com a colaboração de alguns intendentess, que conseguiram aprovar dentro dos orçamentos dos municípios por eles administrados, verbas exclusivas para a construção do monumento.

O município de Cameté contribuiu com dois contos de réis, valor superior ao valor destinado aos “festejos e regosijos publicos” durante todo o ano de 1906, que contara com um conto de reis<sup>242</sup>. Igual quantia saiu dos cofres do município de Igarapé Miri<sup>243</sup>. O Conselho municipal de Óbidos autorizou o intendente a contribuir com a quantia de um conto e

<sup>238</sup> Assim justificava o governador do Estado Justo Chermont em ofício encaminhado a Intendência de Belém em 1890 acerca da necessidade da construção de um monumento na capital. Ver: COELHO, Geraldo Martires. *Op. cit.*, p.61.

<sup>239</sup> Em trabalho pioneiro José Murilo de Carvalho discutiua a sobre a importância para os republicanos em criar símbolos e elementos que instigasse na população uma identificação com a República, Carvalho ressalta o fato de que também as construções dos monumentos não estavam ausentes das disputas pela apropriação da memória. Os símbolos não escritos, segundo o autor, permitiam aos republicanos atingir um público menos familiarizado com a palavra escrita. Cf: CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

<sup>240</sup> HUNT, Lynn. *Op. cit.*, p.78.

<sup>241</sup> “O Congresso político de 1903”, in: *A Província do Pará*, 29/04/1905, p. 1

<sup>242</sup> Lei nº 119 de 29 de dezembro de 1905. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1906, publicada no jornal *Cameté* de 14 janeiro de 1906, o jornal fora anexado ao ofício da intendência para a secretaria do Senado, afim de que a lei fosse submetida aprovação daquela casa Câmara do Senado, série: pareceres, anos 1905, 1906, caixa nº 135, do APEPA.

<sup>243</sup> Lei nº 6 de 29 de novembro de 1905. Orça a receita e despesa para o ano de 1906. Anexada ao parecer nº 113(?) do Senado aprovando a referida lei. In: *Ibidem*

quinhentos réis para a conclusão da obra<sup>244</sup>. Por outro lado, o município de Muaná auxiliou a construção com um conto de réis<sup>245</sup>.

Na documentação consultada, nenhuma intendência foi mais generosa que a de Baião, por meio da lei nº 114 de 10 de maio de 1906, permitia ao intendente contribuir com cinco contos de reis, que poderiam ser entregues em uma ou mais parcelas conforme a comissão promotora do monumento julgasse mais conveniente. Tal lei foi criada após o fechamento do orçamento de Baião para o ano de 1906. Na citada lei, em seu artigo terceiro, o Conselho municipal também autorizava que: “para esse pagamento deverá ainda o Intendente abrir a necessária verba no orçamento vigente”<sup>246</sup>.

Ainda sobre os auxílios dos municípios para a sua construção, chamou nossa atenção o fato de que no orçamento previsto para o ano de 1906 da intendência do município do Souzel não constava nenhuma verba destinada ao monumento<sup>247</sup>, considerando que o intendente desse município estava à frente da comissão responsável pela construção. Por outro lado, a respeito do município de Breves, que tinha como intendente o presidente da comissão promotora do monumento não localizamos o orçamento referente ao ano de 1906.

Ainda temos que considerar os constantes artigos estampados na *Folha do Norte* a respeito dos administradores de Breves e Souzel. A eleição de Lourenço Borges em 1903, ano de realização do Congresso, foi alvo de intensa contestação, segundo seus opositores só foi possível devido o parentesco de Lourenço Borges com Antonio Lemos<sup>248</sup>. Vale destacar a

<sup>244</sup> Lei nº 30 de 12 de Julho de 1906, anexada ao parecer de nº 42 do Senado, parecer que aprovava essa assim como outras leis enviadas pela Intendência do município de Óbidos. *Ibidem*

<sup>245</sup> Lei nº 70 de 4 de maio de 1906. Autoriza o Intendente a contribuir com a quantia de um conto de reis, como auxílio para o monumento comemorativo do Congresso dos Intendentes na capital deste. Lei anexada ao parecer de nº 68 do Senado. In: *Ibidem*

<sup>246</sup> Lei nº 114 de 10 de Maio de 1906. Autoriza o Intendente a auxiliar com a quantia de 5:00\$000 a comissão encarregada da criação de um monumento no Bosque Municipal em Belém comemorativo da reunião do Congresso Político de 1903. Cf: Câmara do Senado, série: ofícios, anos 1906, 1907, 1908 caixa nº 113, do APEPA. Tal generosidade da municipalidade de Baião não passou despercebida pela oposição, pois em artigo intitulado “Menoscabo ao decoro publico” era proposto ironicamente que “[...] só da collecta entre amigos esse monumento deveria provir”, in: *Folha do Norte*, 01/08/1906, p. 1.

<sup>247</sup> Lei nº 19 de 11 de dezembro de 1905. Orça a receita e despesa do município de Souzel para o ano de 1906. Belém: Typ. do Diario Official, 1906. Anexada ao parecer do Senado nº 21, in: *Ibidem*.

<sup>248</sup> Ver os artigos na coluna intitulada “Noticias do interior: Breves”, in: *Folha do Norte* 23/01/1902 p.1; *Folha do Norte* 23/01/1902 p.1 ; *Folha do Norte* 01/02/1902 p.1; *Folha do Norte* 09/02/1902 p.1. Os artigos informam uma disputa interna na comissão do PRP em Breves, na qual os próprios correligionários solicitam a saída de Fulgêncio de Andrade da Intendência e a da presidência do PRP em Breves.

Liderando o grupo oposicionista estava Lourenço Borges, “[...] senhor duma parcella de auctoridade que lhe advem do facto de ser parente do sr. Senador Antonio Lemos, obrigou a embarcarem para esta capital aquellos pobres homens, mezarios na ultima na ultima eleição, afim de lhes extorquir, pela ameaça, a confissão de factos que não se deram”, “Violencias em Breves: declarações á força”, in: *Folha do Norte* 11/03/1903 p.1 . E os artigos seguintes não destacam desde seu título a violência, e ou o estado de miséria que se encontrava o município empregada pelos “lemistas” no município, ver: “Violencias em Breves”, in: *Folha do Norte* 13/03/1903 p.1;

importância de Breves para a receita estadual, pois este município era o maior fornecedor de borracha, liderança que não foi ameaçada nem mesmo com a expansão do extrativismo para novas áreas como a região do Xingu e do Tapajós<sup>249</sup> (ver figura 01, p52.) mapa p.. Longe de findarem com a sua eleição para a Intendência, as notícias do interior continuaram a chegar à capital, por conta do orçamento aprovado para o ano de 1906, no qual “[...] aumentou diversas verbas da lei anterior e criou novos cargos sem utilidade de natureza alguma”, o articulista destaca o aumento no imposto sobrado sobre a borracha naquele município. Entretanto, faltava verba para cuidar do saneamento da cidade de Breves, chegando a ponto de preferir mudar o local da sede do município<sup>250</sup>. Diante do exposto, é mais provável que o Conselho Municipal de Breves, assim como o de Souzel, não tenha destinado recurso para construção do monumento em Belém dentro do orçamento para o ano de 1906, considerando a natureza dos comentários feitos ao referido orçamento, pois isso seria mais um elemento para que os “lauristas” endossassem suas críticas a Lourenço Borges.

Ao que diz respeito a José Porphirio e a Souzel, a situação não era muito diferente. Frequentes eram os artigos no impresso “laurista”, dedicados ao intendente. “Presidente”, “imperador” dos “Estados Unidos do Xingu e Jary”, do “feudo”. Enfim, as designações variavam bastante tanto para o intendente, quanto para a região do Xingu. Mas todas tinham a mesma intenção de expor aos leitores belenenses o caráter “dominador” do intendente de Souzel, que estaria estendendo sua influencia aos municípios vizinhos, como Porto de Moz, elegendo aliados para o cargo de intendente<sup>251</sup>.

O que não significa que apenas aqueles municípios, já citados, possam ter contribuído financeiramente para a construção do monumento, deve-se considerar o próprio caráter das fontes. A documentação consultada foi em sua maioria anexada aos pareceres emitidos pelo Senado, mas nem sempre a lei enviada para ser avaliada está acompanhando o parecer. Tal documentação é referente ao Congresso do Estado, na qual localizamos os orçamentos e leis votadas pelos conselhos municipais do interior do Pará. Portanto, muitos

“Breves: mais violências”, in: *Folha do Norte* 16/03/1903 p.2 ; “Noticias do interior: Breves”, in: *Folha do Norte* 20/03/1903 p.1; “Breves: novas violências”, in: *Folha do Norte* 23/03/1903 p.1 ; “Breves: continuam as violências”, in: *Folha do Norte* 27/03/1903 p.2 ; “As misérias de Breves”, in: *Folha do Norte* 29/03/1903 p.2.

<sup>249</sup> PARÁ, Governador do Estado (João Antonio Luiz Coelho). *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado em 8 de maio de 1911*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1911.

<sup>250</sup> Município de Breves: como se consome o dinheiro do povo”, in: *Folha do Norte* 16/03/1906, p.1; “Município de Breves”, in: *Folha do Norte* 20/03/1906, p.; “Gazetilha: Os nossos municípios”, in: *Folha do Norte* 09/05/1906, p.1

<sup>251</sup> “Justiça da roça te persiga...”, in: *Folha do Norte* 25/03/1904, p.1; “Gazetilha: Nos dominios do coronel José Porphirio”, in: *Folha do Norte* 16/04/1904, p.1

municípios tiveram suas leis aprovadas pelo Congresso do Estado, mas não podemos saber sobre que assuntos versavam tais leis<sup>252</sup>.

Talvez, a maior contribuição tenha vindo mesmo da Intendência de Belém, houve um significativo aumento da verba destinada às despesas com as festas e regozijos públicos no ano de 1906, em relação aos anos anteriores. Segundo dados do relatório apresentado por Antonio Lemos ao Conselho Municipal de Belém, foram 118:548\$099<sup>253</sup>, quantia bastante superior aos 15:175\$657 destinados no ano de 1905 e 23:542\$ 400, em 1907, isso para não compararmos ao 1:000\$000, destinado no ano de 1908<sup>254</sup>.

Pode ser que diferentemente do ano de 1897, em que foi destinado um valor específico da receita municipal de Belém para a construção do monumento à República, no orçamento para o ano de 1906 a intendência não tenha declarado explicitamente esse valor. Em 1897, a situação era bem diferente, havia quase que uma concordância a respeito da necessidade de criação do monumento. Todavia, em 1906, além da ácida oposição que criticava até as reformas no bosque, segundo a qual eram executadas “obras sobre obras” e, acima de tudo, “[...] seria desculpável se as finanças municipais estivessem prosperas.”<sup>255</sup> A única certeza que se tem é que de 1905 a 1906 houve uma queda na renda municipal de 9.904:225\$851 para 7.389:349\$422. Novamente repetiremos: talvez, por isso não fosse positivo em termos políticos destinar qualquer quantia em favor da construção diante de uma queda nas rendas municipais, quem sabe se o aumento das verbas destinadas as festas e regozijos públicos pode ter sido a forma encontrada para contribuir com o monumento sem

---

<sup>252</sup> É sempre pertinente o ensinamento de Henry Rouso a respeito dos arquivos, dos documentos em geral: “[...] o arquivo dito escrito revelam por sua própria existência uma falta [...]”, os vestígios com os quais os historiadores trabalham são apenas indícios daquilo que foi perdido. ROUSSO, Henry. “O arquivo ou o indício de uma falta”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 9, nº 17, 1996, p.90.

<sup>253</sup> Anexo nº16: Finanças, in: *O município de Belém: 1906*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente senador Antonio José de Lemos em 15 de março de 1906. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907. (5º Vol.). O monumento à República, por exemplo, custou 158:859 \$593 aos cofres do município no ano de 1897 e as festas 14:565\$199. Cf: Anexo nº17: Finanças: Balanço da Intendência Municipal de Belém, no ano de 1897, inclusivè o mez de janeiro adicional, in: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1902. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1902.

<sup>254</sup> Referente as despesas de 1905 ver: Anexo nº12: Finanças, in: *O município de Belém: 1905*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente senador Antonio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1906. (4º Vol.). Sobre as despesas de 1907 ver: Anexo nº09: Finanças, in: *O município de Belém: 1907*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente senador Antonio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1908. (6º Vol.). Assim como a respeito dos gastos do ano de 1908 cf.: Anexo nº24: Finanças, in: *O município de Belém: 1908*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente senador Antonio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1909.

<sup>255</sup> “Obras no Bosque”, in: *Folha do Norte*, 06/11/1906, p.1.

chamar a atenção da oposição. Ainda dentro de um campo de possibilidades, nada impediria que os intendentes ou pelo menos alguns deles retirassem do seu próprio bolso o auxílio<sup>256</sup>.

Eis que os esforços surtiram efeito, pois em 17 de dezembro de 1906 era inaugurado o monumento e reaberto o Bosque Municipal, denominado de Bosque Rodrigues Alves<sup>257</sup>, depois de uma longa reforma. O dia escolhido era o dia do aniversário de Antonio Lemos, data marcada por inúmeras celebrações pela cidade de pessoas desejosas de permanecer nas graças do aniversariante. Era lançado na imprensa belenense o convite:

Devendo inaugurar-se a 17 de Dezembro, pela manhã, o monumento commemorativo do congresso político de 1903, no bosque Rodrigues Alves, o coronel Lourenço de Mattos Borges, presidente da comissão de intendentes e chefes políticos do interior do Estado, convida para assistirem a essa solennidade, as altas auctoridades, corpo consular, imprensa, funcionalismo publico e povo em geral<sup>258</sup>.

Juntamente com o convite era informado aos leitores que desejassem participar da solenidade que estaria disponível, na estação de Belém, um trem especial da Estrada de Ferro de Bragança e também um comboio de bondes da *Pará Electric*, na estação central. Diferentemente, dos banquetes reservados a um grupo específico, a inauguração era uma solenidade em que a presença do povo era fundamental, por esse motivo a comissão responsável pela construção do monumento disponibilizou o transporte. A inauguração era a possibilidade dos intendentes e chefes políticos apresentarem e estabeleceram a sua versão de como o evento de 1903 deveria ser lembrado e como deveria ser inscrito na memória da sociedade paraense, ou seja, por meio do concreto, do mármore e do bronze.

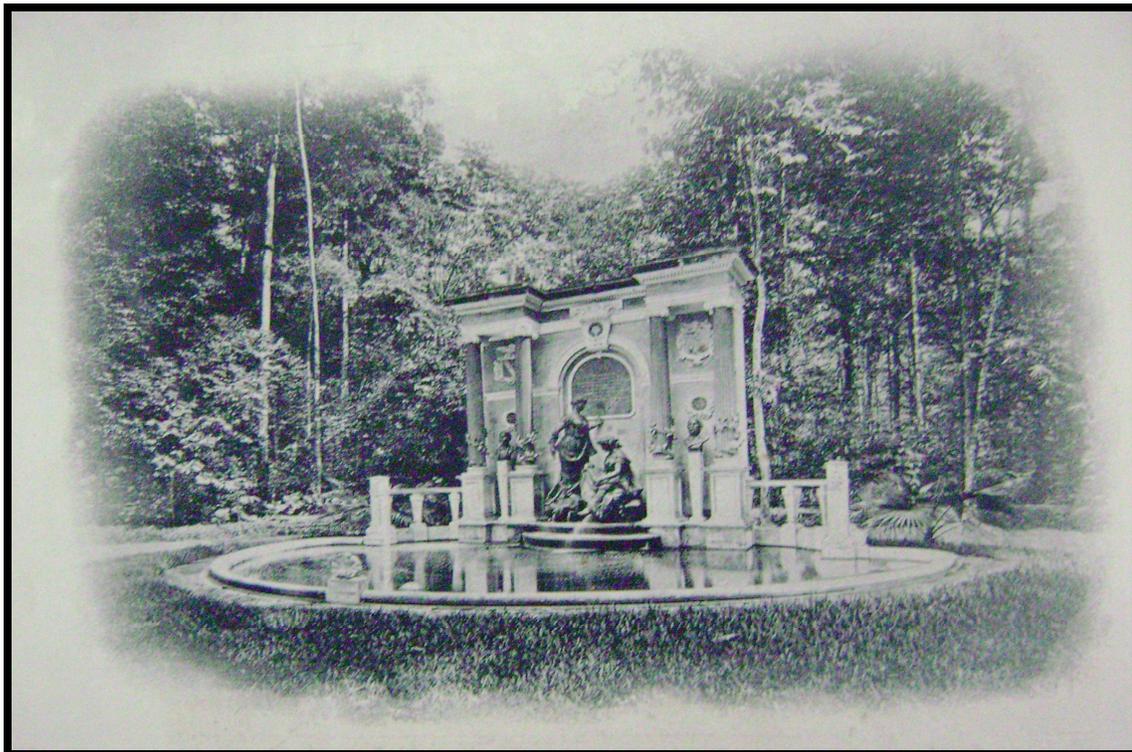
---

<sup>256</sup> GINZBURG, Carlo. “Provas e possibilidades à margem de ‘ Il ritorno de Martin Guerre’, de Natalie Zemon Davis”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: Difel, 1991, p.179-202.

<sup>257</sup> O nome foi dado em homenagem ao ex-presidente da República Rodrigues Alves (1902-1906) através da Resolução nº 158, de 12 de dezembro de 1906 do Conselho Municipal de Belém. Cf. LEMOS, Antonio José de. *O município de Belém* (1906). Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente senador Antonio José de Lemos. v. 5. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907 p. 200.

<sup>258</sup> “17 de Dezembro”, in: *A Província do Pará*, 15/12/1906, p. 1.

Figura 02: Monumento ao Congresso dos Intendentes



Fonte: PARÀ, Governador do Estado do. (Augusto Montenegro). *Álbum do Estado do Pará* de 1908. Paris: Chaponet, 1908.

Figura 03: Detalhe do Monumento



Figura 04: Parte Posterior do Monumento



Fotografado em 01/06/2008.

A inauguração do monumento destacava-se entre os inúmeros eventos que ocorriam na cidade por ocasião do aniversário de Lemos, a participação na solenidade era uma das formas de homenageá-lo. Estiveram presentes lideranças políticas da capital e do interior e o povo <sup>259</sup>.

Elogios referentes ao monumento são conteúdos da coluna “crítica de arte”, publicada no jornal *A Província do Pará*. Depois de uma longa descrição do monumento, o articulista conclui que: “[...] se não pertence ao numero d’aquelles que assombra pela riqueza, tem a seu favor os preciosos requisitos de sobriedade elegante, [opportunidade] historica e serena expressão em nobreza de suas linhas singellas e [clássicas], onde se architectura e a esculptura”.

<sup>259</sup> “A data natalícia de Antonio Lemos: uma apotheose cívica”, in: *A Província do Pará*, 18/12/1906, p. 1.

Ainda acompanhando a crítica de arte feita ao monumento, percebem-se algumas interessantes mudanças sobre o projeto inicial, como no frontão, ou seja, nas colunas que o compõe, pois foram “[...] ornamentados por flexíveis ramos de herveas e [theobroma], em bronze, artisticamente enroscados àquelles e symbolizando os dois principais productos do sólo paraense: - borracha e o cacau”.<sup>260</sup> Diante da homenagem, pode-se presumir que o capital necessário para a construção do monumento veio das rendas geradas pela exportação desses dois produtos.

Mas nem só de elogios o monumento foi alvo. Logo, ganhou a alcunha de “paredão” pelos críticos “lauristas”. Os “lauristas” não estavam muito interessados em buscar informações sobre os significados contidos nos elementos que compunham o monumento, nem mesmo as figuras alegóricas saberiam nomeá-las corretamente<sup>261</sup>. Aliás, a ignorância ou a indiferença manifestada sobre as inúmeras explicações dadas e publicadas sobre o projeto, serviram antes de qualquer coisa ao desprestígio da obra, por parte dos “lauristas”. Asseveravam, ainda, que o “paredão” seria de pouca duração.

Descrito como uma “[...] parede grossa, baixa, amalgamada de diversos elementos minerológicos (sic)”, de complicada discriminação e com o “[...] frontão com dois bustos, um magrisso e outro papudão, letras de ouro, colunas e duas estátuas; e na outra face, é fúnebre com os nomes dos intendentes e a data do congresso escrito a *tinta preta*?”<sup>262</sup>. Confrontada as duas faces do monumento, lançavam mais um questionamento aos leitores: haverá maior injustiça com os intendentes? Não se trata é claro de uma defesa aos “injustiçados intendentes”, provavelmente bem mais apropriada fosse entendê-la como um ataque ao Lemos. O intendente de Belém era considerado pela oposição como um sujeito exibicionista, o que explicaria, por meio dessa lógica, o seu destaque em detrimento aos intendentes. O que diria o articulista se soubesse que passados um século os créditos pela construção do monumento foram dados exclusivamente a Antonio Lemos.<sup>263</sup>

José Murilo de Carvalho, analisando edificações estatuárias, percebe as intensas disputas políticas, em torno da memória, a respeito da Proclamação da República. Civis e militares disputavam seu lugar no evento, que deveria ser perpetuado, e quando o projeto já estava escolhido ou o monumento já estava concluído, também recorriam expediente

<sup>260</sup> “Crítica d’Arte: O monumento commemorativo do Congresso político de 1903”, in: *A Província do Pará*, 16/12/1906, p. 1.

<sup>261</sup> “Monumento?”, in: *Folha do Norte* 22/01/1907 p. 1

<sup>262</sup> “O peredão...”, in: *Folha do Norte* 26/01/1907 p. 1 (grifo no original).

<sup>263</sup> Trata-se da informação contida na placa que identifica atualmente o monumento no Bosque

similar<sup>264</sup>. Em outras palavras, os elementos estéticos da crítica ficavam em segundo plano na avaliação dos conjuntos escultóricos. A edificação do monumento causava esse tipo de reação pela importância que ele tem no jogo da memória e esquecimento, o “Club dos Roceiros” e o “pic-nic no Bosque”. Afinal, as piadas tinham um efeito de curta duração se comparada com a longevidade que um monumento pode alcançar.

## 2.4. Conclusão

Bastante atento às tensões políticas daquele momento, Maurice Blaise edifica uma leitura bastante perspicaz, não apenas do Congresso Político de 1903, mas da própria política local. As duas faces do monumento são complementares: à frente da política estadual e no frontão do mesmo estava Augusto Montenegro e Antonio Lemos; e na parte posterior, justamente com seus nomes inscritos na placa de mármore, estão os chefes políticos interioranos, os quais por meio do seu apoio garantiam estabilidade política necessária para a governabilidade do Estado por Lemos e Montenegro. E até José Porphirio de Miranda Jr. que embora estivesse ausente do Congresso, teve sua “presença”, ou melhor, sua fidelidade política registrada com seu nome gravado.

As disputas políticas, em que esses diferentes sujeitos estavam envolvidos, não podem ser encaradas como assuntos de caráter puramente administrativo. A vitória nas urnas e a validade das eleições eram garantidas por meio de suas alianças com o grupo liderado por Lemos. Para os mais apressados, bastaria afirmar que se tratava do “sistema do coronelismo” em pleno funcionamento, mas como defende Michel Foucault: limitar a discussão do poder subordinando-o unicamente à sua “instância econômica” impede que se visualize a sua mecânica, os diversos meios pelos quais ele é exercido na sociedade. Não é unicamente o seu caráter repressivo que garante sua manutenção e aceitação<sup>265</sup>.

No caso das disputas políticas aqui estudadas, de um lado, a batalha nas urnas era difícil de ser conquistada pelos seus adversários; por outro, a batalha pelo imaginário empreendida no jornal a *Folha do Norte* mostrou-se como um local do discurso de grande valia para levantar questões e dúvidas aos seus leitores sobre a legitimidade do poder do adversário, recorrendo, freqüentemente, ao recurso simbólico. Zombar do seu oponente ganha

---

<sup>264</sup> CARVALHO, José Murilo de.. *Op.cit.* 1990.

<sup>265</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2007(24ª ed.)

significância quando se atenta para os valores em jogo, a piada garantia algumas vitórias aos “lauristas”, as quais poderiam não se converter em votos, mas conseguiam, certamente, provocar enorme incômodo aos intendentess “lemistas”, sendo necessário empreender a defesa contra “[...] as nuvens do ódio mal contido, do despeito pequenininho, da injúria soez e alvar [...]”<sup>266</sup>, recorrendo também ao recurso simbólico.

---

<sup>266</sup> São palavras do discurso proferido pelo Dr. Flaviano Flavio Baptista, intendente eleito do município de Gurupá, na ocasião do almoço oferecido pelos intendentess ao Governador do Estado e Antonio Lemos em retribuição ao convite do Congresso. Ver: “O convescote: notas e pormenores”, in: *A Província do Pará* 25/10/1903, in: CARVALHO, Antonio de. Op. cit., p. 82.

## EPÍLOGO

### DO CLUB À LIGA: ESTREITANDO DISTÂNCIAS ESTABELECENDO NOVOS NÓS

Intendente municipal de Souzel e chefe político de incontestável influência na zona uberrima do Xingu, as sympathias que se avolumaram em torno do seu nome não ficaram apenas circunscriptas ao município que administra-partiram também da capital do Estado ao encontro do prestante cidadão<sup>267</sup>.

Apesar de todas as críticas que sofriam os clubes políticos, foi por meio da instalação de mais um na capital paraense que o intendente de Souzel resolveu fincar raízes mais profundas na capital paraense. Para tanto, atuando na construção do *Club José Porphirio*, fundado em 7 de setembro 1904 na capital paraense, o clube levava o nome do seu patrono, Desta vez, não se tratava de um clube fictício e restrito às páginas de um jornal. Presidia o clube o Dr. Lindolpho de Abreu, parente do homenageado. Nesse mesmo período, o patrono tinha o seu nome lançado como candidato do PRP a uma cadeira no Senado do Estado.

O clube foi fundado meses antes das eleições de 1904 para o Congresso do Estado e possivelmente era um expediente que facilitaria a aceitação da candidatura de José Porphirio de Miranda Junior. Embora os “lauristas” afirmassem que nessa candidatura era seguro “[...] por uma amarra poderosa que é a do parentesco”<sup>268</sup>, o clube seria a maneira mais rápida e prática de estreitar ainda mais as ligações do seringalista do Xingu na capital paraense. As eleições de 1904, não apenas possibilitaram a escalada na carreira política apenas de José Porphirio, mas também de outros “lemistas”. Na Câmara dos Deputados, Lourenço Borges pleiteava uma das cadeiras, bem como Heitor de Mendonça, aquele tinha também a vantagem do parentesco - vantagem sempre lembrada pela oposição, na disputa já que era sobrinho de Antonio Lemos<sup>269</sup>, o que justamente garantiu-lhes a vitória<sup>270</sup>.

A principal fonte que encontramos sobre as atividades dessa associação foi a revista *Tribuna Política: revista política, literaria, científica e artística*<sup>271</sup>, o seu primeiro

<sup>267</sup> “Senador José Porphirio”, in: *A Província do Pará* 08/04/1909, p.1.

<sup>268</sup> “A senatoria estadual”, in: *Folha do Norte* 27/09/1904, p. 1.

<sup>269</sup> “A deputação estadual”, in: *Folha do Norte* 29/09/1904, p.1.

<sup>270</sup> Ver parecer nº 88 de 1904, reconhecendo a eleição de José Porphirio a cadeira no Senado, in: Câmara do Senado, Série : pareceres, anos: 1903,1904, caixa nº 134.

<sup>271</sup> *Tribuna Política: revista política, literaria, científica e artística*. Órgão do Club José Porphirio. Belém: Typ. Da Livraria Escolar. Ano I n.1, janeiro de 1907. O jornal *A Província do Pará* também publica a programação do

número foi editado quase três anos após a fundação do clube. No entanto, só restou um total de treze números da revista dos anos de 1907, 1909 e 1910. De modo que, na leitura das mesmas em nenhum momento se fala em encerramento da edição ou mesmo uma possível retomada da publicação, o que temos já nos fornecem uma boa idéia das atividades do Clube Jose Porphirio.

*Tribuna Política*, título bastante sugestivo considerando-se que tribuna é o local do discurso político. Esse título é, portanto, uma denominação bastante apropriada para o que será o local no qual se realizará a defesa de José Porphirio. Em seu primeiro número, a revista deixava claro o propósito de seu lançamento. No seu artigo inaugural, que levava o nome da revista, a explicação a respeito do motivo da associação lançar um impresso residia no fato do *Club José Porphirio* considerar-se “[...] instalado e definido perfeitamente na vida política paraense [...]”<sup>272</sup> e por identificação de idéias alinhava-se às lideranças políticas do Estado naquele período: Antonio Lemos, Augusto Montenegro e claro José Porphirio. Diante disso, a *Tribuna* posicionava-se como uma “[...] publicação política exclusivamente dedicada a cooperar, no limite de sua enérgica boa vontade, pela grandeza cada vez maior do Partido Republicano Paraense”<sup>273</sup>.

---

clube em comemoração ao aniversário de José Porphirio ver sob o titulo “Senador José Porphirio” A Província dos dias 08/04/1907 e 09/04/1907.

<sup>272</sup> *Idem, ibidem*, p.1

<sup>273</sup> *Idem, ibidem*, p.3

Figura 04: Corpo dirigente do período de 1906 a 1907



Fonte: Tribuna Política, setembro de 1907 (?)<sup>274</sup>

Sentados da esquerda para a direita: Senador José Porphyrio, desembargador Antonio Accioly Lins, presidente da assembléia geral; Dr. Lindolpho de Abreu, presidente da diretoria; em pé também da esquerda para direita: Dr. Oscar de Carvalho, diretor; Agostinho Costa Leite, 2º secretário da diretoria; capitão Candido Abreu, secretário da assembléia geral; Cônsul do Chile, coronel Gil A. de Novaes Rodrigues, diretor; capitão Raphael Bezerra, 1º secretário da diretoria; capitão Isaac Benmyara; professor Abílio Fonseca. De certo, trata-se da edição comemorativa do terceiro aniversário do clube, por isso o esmero da publicação, que estampava em sua capa a fotografia do corpo dirigente e do patrono do clube. Não há na publicação qualquer referência sobre o fotógrafo, mas a seleção do cenário e a posição dos fotografados. Enfim, as vestimentas deixam claro o quão distante o patrono estaria daquela malograda imagem projetada pelos “lauristas”. É o que o historiador Peter Burke define como propaganda visual de uma boa “imagem pública”<sup>275</sup>, nesse caso de um líder político cercado por seus admiradores.

Certamente a data mais importante do Clube José Porphyrio era o 8 de abril, dia do aniversário do seu patrono, o periódico cristalizava o seu caráter laudatório, a edição de

<sup>274</sup> Trata-se provavelmente da publicação de setembro de 1907.

<sup>275</sup> BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru/SP: Edusc, 2004. Cf. especialmente o capítulo “Poder e protesto”.

abril de 1907 era quase toda dedicada ao aniversariante. José Porphírio consolidava a imagem:

Como homem público, exercendo proficuamente vários cargos da soberania popular despendendo a maior parte de sua atividade produtiva e indefessa em prol dos ideais do partido Republicano Pareanse, s. exc., se tem constituído, ao lado do glorioso chefe do mesmo partido, um dos mais fortes esteios dos bons princípios e das boas normas que se resumem na situação atual.

No que se particulariza na sua vida íntima, nada sabemos o que desaproveitar; tudo é nobre, belo e elevado; tudo significa a maior bondade que se pode existir num coração<sup>276</sup>.

A programação do clube nesse dia era intensa, pela manhã na sede do clube devidamente ornamentada, localizada na Avenida Tamandaré, era realizada uma salva de 21 tiros de morteiro, repetindo-se às seis horas da tarde, sendo ainda realizada uma reunião dos associados às oito horas da noite para registrar em ata o evento. Ao fim da sessão, formava-se uma grande comissão para ir à casa do aniversariante para lhe dar os parabéns e entregá-lo uma edição especial da *Tribuna Política*<sup>277</sup>. É importante deixar claro que não se limitavam à revista as menções e as comemorações, as quais ganhavam destaque nas páginas do jornal *A Província do Pará*, as informações sobre os eventos abriam espaço no jornal para estender inúmeros elogios ao líder político<sup>278</sup>. A revista mesmo que fosse um importante divulgador das boas ações do intendente de Souzel não deveria ter o mesmo alcance que um jornal em termos de leitores e ouvintes.

O oito de abril era também ocasião de tornar conhecimento dos leitores as outras qualidades do seringalista. Na edição de 1909, em artigo intitulado “um homem de ação”, afirma-se que se o dito aniversariante atingiu a “[... ] invejável situação econômica, social e política em que se acha [...]”, deve as suas inúmeras qualidades que possui como: liderança, inteligência e trabalho. E se alguma “[...] voz discordante se eleva procurando desmentir a

<sup>276</sup> *Tribuna Política: revista política, literaria, científica e artística*. Órgão do Club José Porphírio. Belém: Typ. Da Livraria Escolar. Ano I n.4, abril de 1907, p. 2.

<sup>277</sup> *Tribuna Política: revista política, literaria, científica e artística*. Órgão do Club José Porphírio. Belém: Typ. Da Livraria Escolar. Ano I n.4, abril de 1907, p. 11-12.

<sup>278</sup> Ver os artigos sob o título “Senador José Porphirio” publicados na primeira página de *A Província do Pará* dos dias 08/04/1907 e 09/04/1907.

intensidade da aclamação geral, encontra a sua explicação nesse sentido de inveja que impulsiona os inferiores, os vencidos contra os triunfadores”<sup>279</sup>.

As repetidas comemorações do aniversário podem ser compreendidas como uma tentativa do estabelecimento do intendente de Souzel na capital paraense, enquanto uma liderança política não apenas municipal, mas que pretendia ter projeção para além dos limites estaduais<sup>280</sup>. Como é possível observar, o espaço da revista também permitia sua defesa contra as principais acusações realizadas pela oposição. Nesses artigos da revista, surgiam respostas para as críticas direcionadas a José Porphírio, como, por exemplo, sobre o domínio que exercia na região do Xingu, a qual se localizava Souzel. A revista o mostra como um chefe político, cujo prestígio estendia-se aos vários municípios (Gurupá, Porto de Moz, Souzel), nos quais seu nome era “benquista” e “aclamado unissonantemente”, consolidando-se como “[...] arbitro supremo das mínimas pendências que ali se digladiem, *fidel* rigoroso da balança política naquelas regiões - a vossa influência decorre muito naturalmente das tradições de honra, lealdade, trabalho e justiça”<sup>281</sup>. As mesmas ações do seringalista ganhavam interpretações diversas, dependendo do veículo que as divulgavam. Explicando melhor, o que era evidência de prestígio político para seus prosélitos, nada mais era do que uma demonstração do seu domínio despótico que tanto povoavam o impresso da oposição.

Mas não apenas a divulgação de sua imagem fazia com que esses homens criassem associações. Não foi por acaso que as primeiras grandes flutuações do preço da borracha levou a formação da Liga dos Negociantes Aviadores<sup>282</sup>, criada com a finalidade de proteger a borracha das constantes baixas nos preços. A Liga tinha como sócios fundadores: senador

<sup>279</sup> *Tribuna Política: revista política, literaria, científica e artística*. Órgão do Club José Porphírio. Belém: Typ. Da Livraria Escolar. Ano ? n.?, abril de 1909, pp. 1-2.

<sup>280</sup> A revista segundo ela própria informa teve o “[...] mais fidalgo acolhimento no círculo político-literário da capital, na imprensa e em todos os pontos do interior do Estado, onde a fizemos circular”. O clube era notícia tanto na imprensa de Belém como *A Província do Pará* no *O Jornal* (órgão do PRP) quanto na revista da capital federal *O Malho* que estampou em uma de suas páginas a fotografia do corpo dirigente do Clube José Porphírio, assim como órgãos da imprensa alagoana *Guttenberg* e da revista *A Tribuna* que fizeram referências ao primeiro número do impresso do clube. Ver: *Tribuna Política: revista política, literaria, científica e artística*. Órgão do Club José Porphírio. Belém: Typ. Da Livraria Escolar. Ano I n.2, fevereiro de 1907, p. 11; *Tribuna Política: revista política, literaria, científica e artística*. Órgão do Club José Porphírio. Belém: Typ. Da Livraria Escolar. Ano I n.3, março de 1907, p. 14.

<sup>281</sup> *Idem, ibidem*, pp11-12(grifo no original)

<sup>282</sup> Segundo definição da historiadora Barbara Weinstein aviador era o “comerciante ambulante que supria os seringueiros de mercadorias a crédito ou em troca de borracha; ou, também, casa comercial de Belém que abastecia aqueles comerciantes e comercializava a borracha. Quam recebia a mercadoria dos aviadores, fosse um outro intermediário ou um seringueiro, era conhecido como aviado, e as próprias mercadorias chamavam-se aviamento. Cf: WEINSTEIN, Bárbara. Op. cit., p. 307.

José Porphirio de Miranda Junior, da firma A. F. de Souza & Cia.; Ângelo Amador Leite, da Leite Company Incorporated; senador José Pinto de Ribeiro, da Mendonça e Ribeiro, Thomé de Vilhena & Cia.; Wan-Dik Amanajás Tocantins, da Barbosa & Tocantins; Luiz Dias da Silva, firma individual; Isaac J. Roffé, da Isaac J. Roffé & Cia.; Abilio Augusto Certo, da Pinho & Certo; Ernesto Batista da Silva Cunha, da Silva Cunha & Cia.; Antonio Brandão Dias, da Martins Abreu & Cia.; Candido José Rodrigues & Cia.; Saul Cagy, Alves Braga Rubber & Cia.; José Soalheiro, da Soalheiro & Cia.; Antonio José de Pinto, da Melo & Cia.; Plácido Felipe Ribeiro, da B. Antunes & Cia.; José Furtado Mendonça Sobrinho, da José Furtado Mendonça & Cia.; Fernando Melo, da Melo Frotas & Cia.; Antunes Nunes Victorio, da E. Pinto Alves & Cia.; Camillo Velhote, da Velhote e Cia.; Menasses Bensimon, da Bensimon & Coriat; Raymundo Rocha Pereira, da Pereira Lemos & Cia.; Raymundo Rodrigues Vieira, da Vieira & Irmã; Alfredo J. de Souza Pereira, da A. J. de Souza Pereira & Cia.

Composta de 24 firmas de Belém e presidida por José Porphirio de Miranda Junior, os associados tinham a expectativa de que outras casas menores de aviamento viessem agregar-se, pois forçaria que a compra da borracha fosse feita por intermédio de uma única associação<sup>283</sup>. Essa era a solução para combater a baixa no preço, já que “[...] uma queda de preços, com todas as suas ramificações, só podia ser atribuída a uma demanda a curto prazo, exacerbada por uma pernicioso especulação. Ambos esses problemas, supunham os paraenses, podiam ser facilmente resolvidos por meio da valorização.”<sup>284</sup> Valorização que seria alcançada por meio da Liga que controlaria a oferta do produto no mercado. A Liga receberia e armazenaria a borracha vinda dos seringais do interior e faria a sua venda as casas exportadoras.

Conscientes da importância dos tributos, oriundos do comércio da borracha para as rendas do Estado, os aviadores, reunidos na Sociedade Cooperativa Anônima “A Seringueira da Amazônia” em 1910, não deixavam de incorporar em seus argumentos a ameaça que significa para as finanças estaduais a permanência da desvalorização da borracha. Por esse motivo, esses aviadores solicitaram ao Congresso do Estado uma “[...] pequena contribuição

<sup>283</sup> As primeiras reuniões para a organização da Liga ocorreram em setembro de 1909, ver os artigos intitulados “Liga contra os baixistas da borracha” publicados nos dias 28/09 e 02/10 na *Folha do Norte*. A lista com as 24 firmas foi publicada em MENDES, José Armando. *Pará versus Ceilão*. Pará: [s.n]1910

<sup>284</sup> WEINSTEIN, Bárbara. Op. cit, p. 245.

que auxilie as providencias officiaes indispensáveis ao commercio [...]”, já que uma das condições estabelecidas no estatuto da Companhia era a contribuição de 50 réis sobre cada quilo da borracha que fosse desembarcado na cidade, a cobrança da taxa duraria apenas enquanto durasse a “[...] situação anormal da borracha [...]”. Tão logo recebido o requerimento, o pedido foi aceito e elaborado o projeto de lei conforme foi solicitado<sup>285</sup>.

Não só a “tremenda crise”, como foi justificada no parecer, deve ter influenciado na agilidade e aceitação do pedido, mas também a lista das firmas que a compõe é bastante sugestiva. Como informa a anotação feita no requerimento, trata-se de “[...] diversas firmas importante desta praça [...]”, na qual conseguimos identificar a A.F. de Souza que tinha como representante José Porphirio de Miranda Junior, assim como a firma representada pelo senador José Pinto de Ribeiro.

Perspicaz observador de seu tempo, Machado de Assis, já lamentava a economia de papel e tempo de copiar praticada no Senado carioca em 1896, que não publicava mais nos anais os discursos na integra dos senadores, pois de que adiantava o “[...] uso de imprimir entre parêntesis a palavra lê quando o orador lê alguma cousa”, pois para os que não haviam acompanhado as sessões ficavam “[...] sem saber o que se leu, e portanto sem perceber a força da argumentação[...]”<sup>286</sup>. A situação não fora muito diferente no que se refere ao Congresso do Estado do Pará, que nem as publicações econômicas que tanto aborreciam o literato foram feitas das suas sessões<sup>287</sup>, o que temos são as atas. A respeito, por exemplo, do projeto elaborado na Câmara dos Deputados<sup>288</sup> que autorizava o Estado a promover o plantio da seringueira concedendo terras devolutas aos interessados, quando foi recebido no Senado teve parecer favorável “[...]visto ser conter matéria de utilidade publica para o Estado”<sup>289</sup>. Esse parecer sucinto foi assinado pelos senadores José Porphirio e Valente Flexa. Podemos até concordar com Machado de Assis sobre a perda da força da argumentação, porém, as atas

<sup>285</sup> Câmara dos Deputados, Série: Pareceres, anos: 1900, 1902, 1908,1909,1910,1911, 1912, Caixa nº: 66, APEPA

<sup>286</sup> Machado de Assis, “Crônica de 13 de Dezembro de 1896”, in: *O Velho Senado*. Brasília: Senado Federal, 2004, p.72.

<sup>287</sup> Os anais do Congresso foram editados até 1899.

<sup>288</sup> Projeto n.1036 da Câmara dos deputados, in: Câmara dos Deputados, série: Projetos, ano: 1909; caixa: 90.

<sup>289</sup> 36ª sessão da 1ª reunião ordinária da 7ª Legislatura, em 30 de outubro de 1909. In: Fundo Legislativo, Atas das Sessões Ordinárias da 7ª Legislatura (1908-1909), Vol. 46. A concessão de até 20.000 hectares e garantia a redução de 50% nos impostos de exportação da borracha durante 10 anos, e também a redução de 30% nas tarifas da Estrada de ferro de Bragança e das taxas dos vapores de navegação de linhas subvencionadas pelo Estado durante 20 anos. Ver lei nº 1.100 de novembro de 1909, publicada no *Diario Oficial do Estado*, 11 de Novembro de 1909.

apesar de sua característica economia de palavras permitem conhecermos alguns projetos, mesmo que não nos informe quem os apresentou, indicam quais senadores ou deputados estiveram empenhados na sua avaliação.

Figura 05: Charge de José Porphirio



Fonte: BRAGA, Teodoro. In: *Revista Paraense*, Ano. 1, nº3, 27 de fevereiro de 1909<sup>290</sup>

A seguinte legenda acompanha a charge:

José Porphirio: - Eis meus principais elementos, um, é o meu fraco, o outro... é o meu forte, sou invencível no primeiro no outro sou o bicho, assim como no Xingu... sou o Tucháua!...

Portanto, ignorar a presença de alguns desses sujeitos no Congresso do Estado pode induzir que as medidas tomadas no momento de crise da borracha foram fruto da ação do “Estado”, embalado por uma elite política autônoma em relação à sociedade civil. O historiador William Gaia Farias, retomando a velha lição de Gramsci sobre política, esclarece que “[...] a política deve ser compreendida nas relações sociais que ocorrem tanto na

<sup>290</sup> Esta assim como outras charges de Teodoro Braga encontra-se na Biblioteca Núcleo “Antonio Lemos” do Museu de Artes de Belém. Infelizmente as charges foram reproduzidas em uma espécie de catálogo, em que consta apenas a referência da revista em que foram publicadas.

‘sociedade civil’, quanto na ‘sociedade política’, instâncias que se encontram em permanente conflito e interrelação”<sup>291</sup>.

Da mesma forma que estavam simbolicamente entrelaçadas as colunas no frontispício do monumento, a borracha estava também entrelaçada aos interesses defendidos pelo grupo “lemista”. Os rendimentos gerados pela sua exportação não apenas financiaram a construção do monumento, mas foi o que propiciou a ascensão política de alguns desses sujeitos. Diferentemente dos coronéis de barranco, assim chamados os seringalistas, do Amazonas que limitaram seu papel político em “[...] sancionar os acertos políticos acordados na capital, buscando a legitimação de seu poder local”<sup>292</sup>. O envolvimento desses intendentesseringalistas no Pará com o comércio de importação, de certo motivou que se envolvessem não apenas nas disputas políticas no âmbito municipal, exigiu um envolvimento maior na política estadual. Nesse sentido, não limitaram seus interesses a simples oferta de uma autonomia na administração municipal. Esse fato justifica porque alguns mantinham um pé na intendência municipal e outro no Congresso do Estado.

---

<sup>291</sup> FARIAS, William Gaia. Op. Cit, p. 11.

<sup>292</sup> FERREIRA, Sylvio Mario Puga. “O Amazonas na República Velha”. In: *Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha*. (1889-1914). Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, 2005, p. 164. Tal papel político era explicado, segundo Ferreira, pelo fato de que os seringalistas no Amazonas eram selecionados pelas casas aviadoras em Manaus “[...] mediante recomendações cuidadosas entre as famílias tradicionais do Pará e do Nordeste”, sendo os seringalistas oriundos da classe média e alta da cidade.

## REFERÊNCIAS

### FONTES:

#### **Documentação do Arquivo do Instituto de Terras do Pará (ITERPA)**

Registro de título de posse n. 6 do lugar “Itabocal” de Francisco Antonio de Rezende. In: Registro de posse. Município de Anajás, 1900. Livro nº1.

Registro de título de posse n.5 do lugar “Timbó” de Francisco Antonio de Rezende. In: Registro de posse. Município de Anajás, 1900. Livro nº1.

Registro de título de posse n.78 do lugar “Cahy” de Dias e Irmão; In: Registro de posse. Município de Souzel (1892-1897) Livro s/n, registro n.78

Registro de título de posse n.77 do lugar “Tucuruhy” de Dias e Irmão; In: Registro de posse. Município de Souzel (1892-1897) Livro s/n, registro n.77

Registro de título de posse n.79 do lugar “Tamandaré” de Dias e Irmão; In: Registro de posse. Município de Souzel (1892-1897) Livro s/n, registro n.79

Registro de título de posse n.80 do lugar “-----” de Dias e Irmão; In: Registro de posse. Município de Souzel (1892-1897) Livro s/n, registro n.80.

Registro de título de posse n.76 do lugar “Cosmopolita” de Dias e Irmão. In: Registro de posse. Município de Souzel (1892-1897) Livro s/n, registro n.76.

Registro de título de posse n.25 do lugar “Bela Vista” de D. Leopoldina Carolina Nunes Souza. In: Registro de posse. Município de Souzel (1899-1904) Livro s/n, registro n.25

Registro de título de posse n.26 do lugar “Bom Retiro” de D. Leopoldina Carolina Nunes Souza. In: Registro de posse. Município de Souzel (1899-1904) Livro s/n, registro n.26

Registro de título de posse n.60 do lugar “Liberdade” de José de Lima Azevedo. In: Registro de posse. Município de Souzel (1899-1904) Livro s/n, registro n.60.

Registro de título de posse n.63 do lugar “Bemtevis” de Francisco Bezerra da Rocha Moraes, pp.55v,56.In: Registro de posse. Município de Soure (1894-1904). Livro n.3

Registro de título de posse n.75 do lugar “-----” de Francisco Bezerra da Rocha Moraes, pp.67,67v. In: Registro de posse. Município de Soure (1894-1904). Livro n.3

### **Documentação do Arquivo Público do Pará (APEPA)**

Fundo: Intendência Municipal de Belém

Ofício da Intendência Municipal de Soure, de 26 de fevereiro de 1898, in: Intendência Municipal de Belém. Ofícios recebidos de diversas autoridades (03/01 a 23/06/1898).

Ofício da Intendência Municipal de Soure, de 17 de novembro de 1901, in: Intendência Municipal de Belém. Ofícios recebidos (outubro a dezembro de 1901)

Fundo: Documentação de Governo

Lei nº534 de 21 de Maio de 1898; Lei nº535 de 21 de Maio de 1898; Lei nº539 de 25 de Maio de 1898; Lei nº542 de 26 de Maio de 1898; Lei nº550 de 4 de Junho de 1898; Lei nº567 de 13 de Junho de 1898; Lei nº571 de 15 de Junho de 1898; Lei nº565 de 11 de Junho de 1898; Lei nº566 de 11 de Junho de 1898; Lei nº589 de 23 de Junho de 1898; Lei nº594 de 4 de Junho de 1898.In: *Cartas de Leis* de 1898. Códice 2144.

Minutas de ofícios aos comandantes dos Regimentos militares. 1898. Códice 2136

Fundo: Legislativo

36ª sessão da 1ª reunião ordinária da 7ª Legislatura, em 30 de outubro de 1909. In: Atas das Sessões Ordinárias da 7ª Legislatura (1908-1909), Vol. 46.

Fundo: Congresso do Estado

Lei nº 119 de 29 de dezembro de 1905. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1906 do município de Cametá, in: Jornal *Cametá* de 14 janeiro de 1906. In: Câmara do Senado, série: pareceres, anos 1905, 1906, caixa nº 135.

Lei nº 6 de 29 de novembro de 1905. Orça a receita e despesa para o ano de 1906 para o Município de Igarapé-Miry. In. Idem

Lei nº 30 de 12 de Julho de 1906 do município de Óbidos. Concede o auxílio de 1:500.000 para a conclusão do monumento commemorativo do congresso dos Intendentes Municipais que se reuniu no Bosque Municipal em 15 de Agosto de 1903. In. Idem

Lei nº 70 de 4 de maio de 1906 do município de Muaná. Auctoriza o Intendente a contribuir com a quantia de um conto de reis, como auxílio para o monumento commemorativo do Congresso dos Intendentes na capital deste. In. Idem

Lei nº 114 de 10 de Maio de 1906. Auctoriza o Intendente a auxiliar com a quantia de 5:00\$000 a comissão encarregada da criação de um monumento no Bosque Municipal em Belém commemorativo da reunião do Congresso Político de 1903. In: Câmara do Senado, série: ofícios, anos 1906, 1907,1908 caixa nº 113.

Lei nº19 de 11 de dezembro de 1905. Orça a receita e despesa do município de Souzel para o anno de 1906. Belém: Typ. do Diario Official,1906. In. Idem

Abaixo-assignado da Sociedade Anonyma “A Seringueira da Amazônia”. In: Câmara dos Deputados, Série: Pareceres, anos: 1900, 1902, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912, Caixa nº. 66.

Projeto n.1036 da Câmara dos Deputados. In: Câmara dos Deputados, Serie: Projetos, ano: 1909; caixa: 90.

### **Relatórios (APEPA):**

BELÉM, Intendência. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902 pelo Exmo. Sr. Intendente Antonio José de Lemos. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1902.

\_\_\_\_\_. *O Município de Belém*: 1905. Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antonio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal de Belém, 1906.

\_\_\_\_\_. *O município de Belém*: 1906. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente senador Antonio José de. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907.

\_\_\_\_\_. *O município de Belém*: 1907. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antonio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1908.

\_\_\_\_\_. *O município de Belém*: 1908. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antonio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1909.

### **Fundação Biblioteca Nacional - Brasil:**

CAMPOS, Américo; ABREU, Lindolpho. *O município de Souzel*. Belém: [s/i], 1909.

### **Biblioteca Pública Arthur Viana: Setor de Obras Raras**

*Annaes da Câmara dos Deputados do Estado do Pará*. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1898. Vol.VIII.

*Annaes da Câmara dos Senadores do Estado do Pará*. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1898. Vol.VIII

ANDRADE, Valente de. *Evolução Política: A Queda das Oligarchias*. Belém: Typografia da Livraria Escolar.

CARVALHO, Antonio de. *O Congresso Político em 1903*. Belém: Secção de Obras d'A Província do Pará, 1904.

*Collecção de Leis do Estado do Pará 1891-1892*. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1893

Decretos: Governo Republicano do Estado do Pará. Belém: Imp. Typ. do Diario Oficial, 1894.

*Discurso pronunciado pelo Dr. José Paes de Carvalho Governador do Estado do Pará na sessão cívica effectuada no theatro da paz em 15 de novembro de 1898*. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1898

MEIRA, Octavio. *Memórias do Quase Ontem*. Belém: Lidador, 1976.p.23.

MUNIZ, João de Palma *Índice dos Títulos de Terras: expedidos pelo Governo do Estado na administração do Exm. Dr. Augusto Montenegro. 1901-908*. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará. 1909.

PARÁ, Governador do Estado (Paes de Carvalho). *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado em 7 de abril de 1899*. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1899.

PARÁ, Estado do. *Relatório apresentado ao Sr. Governador do Estado Dr. Lauro Sodré em 25 de junho de 1892 pelo diretor da repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, Henrique Santa Roza*. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1892.

PARÁ, Governador do Estado (Paes de Carvalho). *O Pará em 1900: quarto centenário do descobrimento do Brasil*. Pará: Imprensa A. A. Silva, 1900.

PARÁ, Governador. (1897-1901). José Paes de Carvalho. *Álbum do Pará em 1899*. [s/l: s/n]

PARÁ, Governador do Estado do. (Augusto Montenegro). *Álbum do Estado do Pará de 1908*. Paris: Chaponet, 1908.

*Regimento Interno da Camara dos Deputados*. Belém: Secção de Obras d'A Provincia do Pará, 1906.

SIMÕES, Fulgêncio Firmino. *Regimen Municipal do Estado do Pará: Lei Orgânica n.226 de julho de 1894*. Belém: [s/i], 1908

Revista:

*Tribuna Política: revista política, literaria, scientifica e artística*. Órgão do Club José Porphírio. Belém: Typ. Da Livraria Escolar. Ano I n.1, janeiro de 1907.(números de janeiro a outubro de 1907)

*Tribuna Política: revista política, literaria, scientifica e artística*. Órgão do Club José Porphírio. Belém: Typ. Da Livraria Escolar. Ano ? n.?, abril de 1909.

*Tribuna Política: revista política, literaria, scientifica e artística*. Órgão do Club José Porphírio. Belém: Typ. Da Livraria Escolar. Ano ? n.?, junho de 1909.

*Tribuna Política: revista política, literaria, scientifica e artística*. Órgão do Club José Porphírio. Belém: Typ. Da Livraria Escolar. Ano ? n.?, abril de 1910

Biblioteca Pública Arthur Viana: setor de Microfilmagem

Jornais:

anos:

*O Pará*, Belém

1897, 1898, 1899

*Folha do Norte*, Belém

1897, 1898, 1899, 1901, 1903, 1904, 1907, 1910.

*Correio Paraense*, Belém

1892

*Diário de Noticias*, Belém

1897

*A República*, Belém

1893, 1896, 1897

*A Provincia do Pará*, Belém

1892, 1897, 1903, 1905, 1906.

*O Democrata*, Belém

1894

*Diario Official do Estado*, Belém

1909.

**Literatos:**

- Inglês de Souza. “Amor de Maria”. In: *Contos Amazônicos*. São Paulo: Martin Claret, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Coronel Sangrado*. Belém: EDUFPA, 2003(Coleção Amazônia).
- Lima Barreto. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Rio de Janeiro: Ediouro,[s/d]
- Machado de Assis. “Crônica de 13 de Dezembro de 1896”. In: *O Velho Senado*. Brasília: Senado Federal, 2004.

**BIBLIOGRAFIA:**

- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. *Saias, Laços e ligas: Construindo imagens e lutas (um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses-1910-1937)*. Belém, 1990. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos: Universidade federal do Pará,1990.
- AMARAL, Alexandre Souza. *Vamos à vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904 a 1911)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Departamento de História, UFPA. Belém, 2006.
- ANDRADE, Manuel Correia. “A questão da terra na Primeira República”. In: SILVA, Sergio S.; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: HUCITEC/Associação Brasileira de História Econômica/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.
- AXT, Gunter. “Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexo entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistaborgista”. In: *Métis: história & cultura*. Caxias do Sul, RS, v.1, n.1, jan-jun 2002.
- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v. V.
- BARBOSA, Joana Maria Brito. *Famílias e poder: A política oligárquica no município de Soure (1880-1930)*. Monografia de Conclusão de Curso, Departamento de História, UFPA, 2002.
- BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa: poder e público*. Rio de Janeiro: Vídeos de Leitura, 2000.

- BIAVASCHI, Mário Alex Cordeiro. “O setor ferroviário em Santa Maria e suas conexões com o coronelismo durante o período borgista (1898-1928)”. In: *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, RS, v.3, n.6, jul-dez 2004, p. 201-218.
- \_\_\_\_\_. “O regional e o local no entendimento do coronelismo”. In: *Agora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.2, p. 83-98, jul-dez 2005.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. *Jornais Paraoaras*: catálogo. Belém: Secretaria de Cultura do Estado, 1985.
- BOBBIO, Norbet. *Estado, Governo, sociedade*: Para uma teoria geral da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BORGES, Ricardo. *O Pará republicano (1824 – 1929)*: ensaio histórico. Belém Conselho Estadual de Cultura. 1983.
- \_\_\_\_\_. *Vultos notáveis do Pará*. Belém: CEJUP, 1986.
- BORGES, Vavy Pacheco. “História e Política: laços permanentes”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n.23/24. Vol.12, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. (5ª ed.)
- BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã*: um estudo das elites do século XVII. São Paulo: editora Brasilense, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Testemunha Ocular*: história e imagem. Bauru/SP: Edusc, 2004.
- CANCELA Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém 1870-1920)*. (Tese) Programa de Pós-Graduação em História Econômica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- CARONE, Edgar. *A República Velha*: instituições e classes sociais (1889-1930). Rio de Janeiro/ São Paulo: DIFEL, 1978. (Col. Corpo e alma do Brasil).
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas*: O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A construção da Ordem*: a elite política imperial; *Teatro de Sombras*: a política imperial. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Relume-Dumará, 1996. (2ª ed).
- \_\_\_\_\_. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”. In: *Dados*, 1997, vol.40, nº. 2.
- \_\_\_\_\_. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil*: Um longo caminho. Rio de Janeiro, 2007(9ª ed.).

- CAPELATO, Maria Helena. “Imprensa na República: uma instituição pública e privada”. *Cidadania*. CAMILOTTI, Virginia; NAXARA, Márcia Capelari; SILVA, Fernando Teixeira. In: *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: UNIMEP, 2003.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a república: um estudo sobre a cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- CHARLE, Christophe. “Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea”. In: HEINZ, Flavio M(Org.). *Por ma história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CHARTIER, Roger. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- CHILTON, Paul & SHAFFNER, Christina. “Discurso y política”. In: DIJIK, Teun A. van (compilador). *EL discurso como interaccion social*. Barcelona: Gedisa editorial: 2000.
- COELHO, Alan Watrin. *A ciência de governar: positivismo, evolucionismo e natureza*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Departamento de História, UFPA. Belém, 2006.
- COELHO, Anna Carolina de Abreu. *Santa-Anna Nery: Um propagandista “voluntário” da Amazônia (1883-1901)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Departamento de História, UFPA. Belém, 2007.
- COELHO, Geraldo Martires. *No coração do Povo: o monumento à república em Belém - 1891 – 1897*. Belém: Paka – Tatu, 2002.
- COUTINHO, Carlos Nelson Coutinho. *Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (3ª ed).
- CUNHA, Marly Solange Carvalho da. *Terra, poder e relações familiares: José Porphirio de Miranda Jr. (1897-1911)*. Monografia de Conclusão de Curso, Departamento de História, UFPA, 2005.
- DARTON, Robert. “História da leitura”. In: BURKE, Peter (Org). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 199-236.
- DAVALLE, Regina. “Federalismo, política dos governadores, eleições e fraudes na República Velha”. In: *Métis: história & cultura, Caxias do Sul, RS ,v.3, n.6, jul-dez 2003, p255-246*.
- DIAS, Mascarenhas Edinea. *A Ilusão do Fausto: Manaus -1890-1920*. Manaus: Valer Editora, 1999.

DORNELLES, Rodrigo José Guedes. “Mestres do Povo, Servidores da Civilização: O Sentido da Educação Pública Paraense no Alvorecer da República” *Revistando Memórias da Instrução Pública Paraense: Autoridades, intelectuais e pedagogistas orquestrando a educação republicana. (1890 – 1900)*. Monografia de Conclusão de Curso, Departamento de História, UFPA, 2004.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994,

EMMI, Marília. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1897.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. In: *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 5, Vol. 10, 1992.

FERREIRA, Sylvio Mario Puga. “O Amazonas na República Velha”. In: *Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha. (1889-1914)*. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, 2005.

FIGUEIREDO, Élide Moura; RICCI, Magda. *Guia de Normalização para Dissertações*. UFPA/PPHIST. Belém: 2006 (mimeografado).

FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.45-88. (Vol. I)

FONTES, Edilza. “O Paraíso chama-se Pará: o Álbum Pará em 1900” e a propaganda para atrair imigrantes. In: BEZERRA NETO, José Maia e GUZMÁN, Décio. *Terra Matura: História & Historiografia Social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatua, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2007(24ª ed.).

GARRIDO FILHA, Irene. *O Projeto Jarí e os Capitais estrangeiros na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1980.

- GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. “Provas e possibilidades à margem de ‘ Il ritorno de Martin Guerre’, de Natalie Zemon Davis”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: Difel, 1991, p.179-202.
- GRAHAN, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. (9ª ed.)
- \_\_\_\_\_. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. (8ª ed.).
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. (26ª ed.).
- HUNT, Lynn. *Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LACERDA, Franciane Gama. “A vida e o trabalho nos seringais”. In: FONTES, Edilza (Org). *Contando a História do Pará: da Conquista à sociedade da borracha (séc.XVI-XIX)*. Belém: E.Motion, 2002, pp.295-318.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- LINS, Cristóvão. *Jarí: Setenta anos de história*. Rio de Janeiro: DATAFORMA, 1991.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: A guerra dos jornalistas na Independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. “O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura”. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.287-312. (Vol. I)
- MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. “O lado cômico da crise: caricaturas sobre João Goulart e seu governo comprovam a força do riso como arma política.”. In: *Nossa História*. Ano. 1, nº 6, mar/2004, p.36-39.

\_\_\_\_\_. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006.

MOURA, Daniela de Almeida. *A república paraense em festa (1890-1911)*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2008.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998.

NORA, Pierre. “Entre a memória e a história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto história*. São Paulo, (10), dez. 1993.

PETIT, Pere. *Chão de Promessas: Elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka - Tatu, 2003.

SILVA, César Pinto da. *A revolta do Cesário: Trabalho e Revolta no Vale do Rio Jarí/PA (1928)* Monografia de Conclusão de Curso, Departamento de História, UFPA, 2007.

PINTO, Julio Pimentel. “Os muitos tempos da memória” In: *Projeto História*, nº17. São Paulo: PUC/EDUC, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira: da Colônia à Primeira República*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

\_\_\_\_\_. “O coronelismo: uma interpretação sociológica”. In: FAUSTO, Boris (Org). *História geral da civilização brasileira: O Brasil Republicano-Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, 1977.

RÉMOND, René. “Uma História Presente”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora EFRJ/ FGV, 1996.

RESENDE, Maria Efigênia. “O processo político na primeira República e o liberalismo oligárquico”. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.89-120. (Vol. I)

ROCQUE, Carlos. *A grande Enciclopédia da Amazônia*. Belém: AMEL-Amazônia. Editora Ltda, 1979.

\_\_\_\_\_. *História de a Província do Pará*. [S.I].: Mitograh Editoria Ltda,[19--]

ROUSSO, Henry. “O arquivo ou o indício de uma falta”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 9, nº 17, 1996.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. “Belém: um outro olhar sobre a ‘Paris dos Trópicos’ (1897-1911)”. In: SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda (Orgs.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999, pp.49-74.

\_\_\_\_\_. *Belém: Riquezas produzindo a belle-époque, 1870-1920*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

\_\_\_\_\_. *Memórias do “Velho Intendente”*: Antônio Lemos (1969-1973). Belém: Paka – Tatu, 2002.

SARGES, Maria de Nazaré & AMARAL, Alexandre Souza. “As querelas republicanas, os intelectuais e o círculo político no Pará: literato, pintor e crítico de arte na legitimação do Congresso dos Intendentes no início do século XX” In: *Revista de Estudos Amazônicos*, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2006.

SILVA, Ligia Maria Osório. “A Apropriação Territorial na Primeira República”. In: SILVA, Sergio S.; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: HUCITEC/Associação Brasileira de História Econômica/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. “Intervalo: a lógica histórica”. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. “Folclore, antropologia e história social”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antônio Luigi & SILVA, Sergio (orgs.). Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2001.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo horizonte: Editora C/ Arte, 2001.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850 – 1920)*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WITTER, José Sebastião. *República, política e partido*. Bauru: EDUSC, 1999.